



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICA DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO
MUTIRÃO EM CAMPINA GRANDE/PB: REFLEXÕES A PARTIR DOS
DESASTRES “NATURAIS”**

ZENIS BEZERRA FREIRE

RECIFE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DINÂMICA DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO
EM CAMPINA GRANDE/PB: REFLEXÕES A PARTIR DOS DESASTRES “NATURAIS”

ZENIS BEZERRA FREIRE

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco,
como parte dos requisitos para obtenção de título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de
Almeida

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

F866d Freire, Zenis Bezerra.
Dinâmica de des-re-territorialização na Comunidade do Mutirão em Campina Grande/PB : reflexões a partir dos desastres "naturais" / Zenis Bezerra Freire. – 2016.
159 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.
Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Geografia. 2. Territorialidade humana. 3. Desastres. 4. Catástrofes naturais. 5. Comunidades – Campina Grande (PB). I. Almeida, Nilo Américo de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-50)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



ZENIS BEZERRA FREIRE

DINÂMICA DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO EM CAMPINA GRANDE/PB: REFLEXÕES A PARTIR DOS DESASTRES "NATURAIS"

Dissertação aprovada, em 22/02/2016, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida
(1º examinador – orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho
(2º examinador – Geografia/UFPE)

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes
(3º examinador – PPGeo/DCG/UFPE)

RECIFE – PE
2016

DEDICATÓRIA

À meu irmão, Artur Bezerra Freire (*In memoriam*).
A Davison Fernandes, morto na enchente de 2011 no Mutirão. A todos(as) os moradores(as) do Mutirão, em especial aos que sofreram com o desastre de 2011. E a todos os corpos afetados em desastres “naturais” no Brasil e no mundo.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes seis anos que faço geo-grafias tenho muito que agradecer a todos aqueles sem ajuda e auxílio não teria conseguido o término de mais uma etapa de vida e de profissão. Agradeço, antes de tudo. A Deus que com seu amor e dedicação tem me dado saúde, motivação e proteção em todos os momentos para conseguir concretizar meus objetivos.

Meu muito obrigado às duas pessoas que mais se esforçaram no mundo para que eu pudesse conseguir meu objetivo, que são meu pai e minha mãe. Obrigada pai por levantar todos os dias às 03 horas da manhã para iniciar a jornada de trabalho e enfrentar tanto sol e chuva para manter a família e meus estudos. Obrigada mãe pelo carinho, por sua força de vontade, por amar tanto seus filhos e por velar meu sono dizendo palavras de amor até os dias de hoje, quando habito em segurança ao seu lado.

O que falar dos meus irmãos e irmãs? Redson sempre torcendo por mim, me aconselhando a sempre seguir bons caminhos, e junto com minha cunhada Ilma, me dando minhas alegrias de vida, minhas sobrinhas Larissa e Cecília. Obrigada Artur por ter me dado o privilégio de conviver com você durante 14 anos tão felizes. Hoje cantas nos céus junto ao pai e me dá forças para seguir em frente apesar da sua ausência. Vitória, sempre tão pequena e tão forte, sem você não teria conseguido deixar meus pais para seguir caminho porque sabia que cuidaria deles.

Tatianne Ellen, minha irmã/amiga e companheira de todas as horas, obrigada por aguentar meu cansaço, mau humor e momentos de estresse, ter de fazer trabalhos de campo comigo e ler todos os meus textos. Não foi fácil, essa conquista é nossa. Thalytta Evilly agradeço os anos de companheirismo e as risadas. Dona Leide, nenhuma palavra seria capaz de expressar a gratidão que sinto por tudo que a senhora fez por mim durante estes anos de estudo. Muito obrigada.

Quero agradecer ainda às minhas avós Ana e Mercês. Obrigada por me ensinarem cada uma a sua maneira a ser uma mulher forte e de fibra que não teme as adversidades da vida. Agradeço ainda a todos os meus familiares que de alguma maneira estiveram presentes nesta caminhada.

Dos grandes afetos que construí, nos caminhos que percorri do Rio de Janeiro à Barra de Santana, de lá a Campina Grande e hoje a Recife, não foram poucos os ensinamentos e amigos que consegui e os carinhos que se mantêm. Por isso agradeço a cada um dos meus amigos e professores desde minhas primeiras letras até a construção da dissertação.

Na UEPB potencializei meus afetos com meus queridos amigos da turma 2009.2, sobretudo com os meus companheiros Delânio nas pesquisas de campo, Lucas, Gláucio e Juliana Azevedo nas conversas inseparáveis. Jackson e Nailson nas parcerias de escrita e nas discussões teóricas. Agradeço muito a todos vocês.

Meus queridos professores da graduação com quem muito aprendi sobre o como fazer geo-grafias e Geografia, Arthur Valverde cujos conselhos são sempre infalíveis. Antonio Albuquerque que direcionou meus caminhos no TCC. Jackeline Carvalho que com seu carinho e delicadeza faz as discussões se tornarem sempre prazerosas. Professor Hermes Almeida a quem devo muito de minha inspiração como profissional pela postura e carinho de sempre. Josandra Melo, com quem tive o prazer de trabalhar no PIBID/Geografia UEPB obrigada pela competência e pela confiança.

Agradeço ainda aos professores do programa de pós-graduação em geografia da UFPE, sobretudo a Jan Bitoun por ser uma pessoa tão atenciosa aos temas de pesquisa e nos possibilitar abrir tantos caminhos. Obrigada Jan pela oportunidade de aprender tanto contigo.

Agradeço ainda a Caline Mendes pelas correções nos projetos, pelas conversas e discussões teóricas. Aos meus amigos da pós. Agradeço a parceria de sempre de Marcos Allan (MA), dois “des-territorializados” em terras pernambucanas. Agradeço a Ana Cláudia (Sakura) pelos momentos de divertimento nas aulas e pelos dias que dividimos apartamento bem como por ter me deixado conviver com Victor desde a barriga até seus primeiros suspiros na maternidade. As crianças sempre renovam minhas esperanças no mundo por isso é muito bom tê-los por perto. Naiana Santana, obrigada pela amizade nos momentos difíceis e pelas correções dos textos. Daniela Silva, agradeço pelas discussões e amizade ao longo do mestrado.

Agradeço ao meu orientador Nilo Américo Lima, por ter aceito meu trabalho, encorajado minha pesquisa e colocado o desafio de buscar outras maneiras de pensar. Obrigada mostrar-me outras geo-grafias e um pensamento menos colonial.

Agradeço a minha Banca Examinadora: Rodrigo Dutra por me mostrar que os caminhos da Ciência e da Geografia são complexos e ampliar minhas possibilidades de pensamento; Luiz Eugenio Pereira de Carvalho, obrigada por estar nesta banca, pelos momentos de auxílio em que me ajudou a sanar minhas dúvidas e por sua objetividade.

Gostaria ainda de deixar meu muito obrigada a Eduardo Veras, secretário do PPGeo. sem sua dedicação a vida burocrática seria bem mais difícil. Agradeço a UEPB, onde me graduei, fiz muito amigos e sempre me senti em casa, e a UFPE que me recebeu na pós-graduação. Por fim, agradeço àqueles sem os quais esta pesquisa não teria nenhum sentido.

Agradeço a todos os moradores do Mutirão do Serrotão, em Campina Grande. Agradeço a cada um dos entrevistados que abriram sua casa e me permitiram tomar um pouco de seu tempo. Em especial gostaria de agradecer a Dona Lizoete Barreto e Aleksandra Martins que me acompanharam durante a pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer ao GEMAC: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino, Meio Ambiente e Cidade, da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande pela elaboração dos Mapas e a Alex Mendes desenhista que confeccionou os croquis presentes neste trabalho.

Agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa.

Muito obrigada a todos que potencializaram minha vida com seus afetos, carinhos, ensinamentos e bons momentos. A cada um de vocês e os outros que não citei, mas que igualmente me deram bons encontros e muita alegria de chegar ao fim desta etapa.

RESUMO

Os problemas decorrentes dos desastres “naturais” têm se intensificado no Brasil e no mundo. É diante desse contexto que a abordagem sobre a alteração nas dinâmicas territoriais dos sujeitos afetados por eventos dessa natureza é discutida neste trabalho. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar a dinâmica de des-territorialização e re-territorialização na comunidade do Mutirão em Campina Grande, cidade do interior do Estado da Paraíba, a partir da ocorrência de um desastre “natural” proveniente de extremo de chuva que resultou em rompimento de reservatórios de água. Esta pesquisa também busca refletir acerca do processo de ocupação da área onde está localizado o Mutirão com base na ideia de territorialização; Discutir a possibilidade de pensar os desastres como agentes propositores do processo de des-territorialização; Analisar como se configuram os “territórios de espera” em meio ao processo de des-re-territorialização; Discutir os impactos pós-evento no Mutirão bem como a dinâmica de re-territorialização nessa comunidade. Dentre as questões formuladas, destacam-se as seguintes: como é possível pensar a aplicabilidade das discussões de des-re-territorialização em casos de desastres naturais? Como se deu o processo de ocupação da área estudada? Quais elementos podem ser considerados para pensar a des-territorialização a partir dos desastres “naturais”? Como se configuram as relações territoriais existentes nos abrigos onde permaneceram as pessoas do Mutirão que perderam suas casas durante o desastre “natural”? Como se deu o processo de re-territorialização desses sujeitos na comunidade ou em outras áreas da cidade? A partir das questões acima referenciadas e dos objetivos elencados, direcionamos a pesquisa a partir de uma análise da revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, além de trabalho de campo, por intermédio do qual relatamos a experiência da pesquisa com diários de campo. Contamos ainda com coleta documental em órgãos públicos, entrevistas concedidas por moradores do Mutirão e fotografias de locais atingidos pelo desastre. Por fim, observou-se que as dinâmicas de des-re-territorialização presentes no Mutirão foram intensas não só no período da enchente/inundação, mas desde seu processo de constituição. Nesses entremeios, os moradores afetados por desastre perpassam por “territórios de espera” enquanto buscam continuamente a re-construção de seus territórios.

Palavras-Chave: Des-territorialização, Re-territorialização, Desastres naturais, Comunidade do Mutirão.

ABSTRACT

The problems resulting from “natural” disasters have intensified in Brazil and worldwide. In this context, this study discuss the approach on the changes on territorial dynamics of the subjects affected by such events. In this sense, our aim is to analyze the dynamics of des-territorialization and re-territorialization in the “Mutirão” community, in Campina Grande, a city in the state of Paraíba, from the occurrence of a “natural” disaster occasioned by extreme rain that resulted in rupture of water supply reservoirs. This research also seeks to reflect on the occupation process of the area where is located the “Mutirão”community based on the idea of territorialization; Discuss the possibility of thinking about disasters like proponents agents of the des-territorialization process; Analyze how is configured the “waiting areas” amid the process of de-re-territorialization; Discuss the post-event impacts on “Mutirão” as well as the dynamics of re-territorialization in this community. Among the formulated questions the following was highlighted: how is it possible to think the applicability of the discussions of de-re-territorialization in cases of natural disasters? How did the process of occupation of the study area? Which elements can be considered to think the de-territorialization from the occurrence of natural disasters? How is configured the existing territorial relations in the shelters where the people of “Mutirão” who lost their homes during the occurred natural disaster remained? How did the process of re-territorialization of these individuals in the community and in other areas of town? From these questions and listed objectives, we direct the research from a analysis of review literature and bibliographic research, and also field work, through which we report the experience of research with field diaries. We also have documentary collection in public agencies, interviews by residents of “Mutirão” and photographs of places affected by the disaster. Finally, it was observed that the dynamics of de-re-territorialization presented in “Mutirão” were intense not only in the period of the flood, but since the beginning of its establishment. During this process, the resident saffected by disaster went through “waitingareas” while continually seeking the re-buildof their territories.

Keywords: Des-territorialization; Re-territorialization; Natural disasters; Mutirão community.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Bairro do Serrotão na cidade de Campina Grande/PB.	43
FIGURA 2: Mapa do Mutirão do Bairro no Serrotão.	46
FIGURA 3: Mapa do projeto de construção do conjunto habitacional de Mutirão da FAC em conjunto com o projeto Habitar Brasil.	48
FIGURA 4: Croqui do projeto inicial de construção do Mutirão.	49
FIGURA 5: Mapa de localização do Mutirão em relação ao Centro da Cidade.	52
FIGURA 6: Localização da Comunidade do Mutirão entre o Presídio e o Lixão.	53
FIGURA 7: Crianças brincando nas ruas no Mutirão em meio aos problemas de Saneamento.	58
FIGURA 8: Perfil de processo de enchente e inundação.	77
FIGURA 9: Barragens nas proximidades da comunidade do Mutirão em 2009.	78
FIGURA 10: Barragens destruídas após rompimento em enchente de 2011.	79
FIGURA 11: Sequência de vídeo que mostra o dia seguinte da enchente/inundação.	84
FIGURA 12: Animais sob escombros pós-desastre no Mutirão.	85
FIGURA 13: Morador recolhendo o que restou dos utensílios domésticos.	85
FIGURA 14: Registro fotográfico que retrata a destruição da casa de alguns moradores.	86
FIGURA 15: Esquema para pensar as dinâmicas de desterritorialização.	95
FIGURA 16: Moradores ilhados depois da destruição da ponte que dava acesso o outro ponto da comunidade.	98
FIGURA 17: Moradores observando os destroços no dia seguinte a enchente.	98
FIGURA 18: Moradores se deslocando para abrigo depois da enchente.	99
FIGURA 19: Casa destruída após enchente/inundação perda total da casa.	100
FIGURA 20: Casa destruída em enchente/inundação de 2011.	100
FIGURA 21: Morador atingido pela enchente com objeto danificado pós-desastre.	105
FIGURA 22: Moradora retorna a casa parcialmente destruída recuperar o que restou.	106
FIGURA 23: Rachaduras em casa “condenada” pela Defesa Civil	110
FIGURA 24: Localização de famílias afetadas na enchente.	111
FIGURA 25: Ruas mais atingidas pelo desastre.	112
FIGURA 26: Resgate de vítima de enchente.	116
FIGURA 27: Manifestação de moradores reivindicando busca de desaparecidos e presença de órgãos do Estado no local.	117
FIGURA 28: Mapeamento de área de risco CPRM- Mutirão do Serrotão.	126
FIGURA 29: Croqui que mostra sentido da água na enchente/inundação de 2011.	127
FIGURA 30: Casa destruída em pela enchente/inundação de 2011.	128
FIGURA 31: Casa de D.E.G. destruída pela enchente de 2011.	128
FIGURA 32: Obras da construção do canal e pontes improvisadas.	129
FIGURA 33: Esgoto a céu aberto e interrupção de construção de canal.	129
FIGURA 34: Ponte improvisada para transição na comunidade. Ao fundo casas afetadas pela enchente.	130
FIGURA 35: Ponte improvisada de transição entre ruas.	130
FIGURA 36: Situação de deslocamentos das famílias pós-enchente.	133
FIGURA 37: Deslocamento de famílias atingidas na enchente.	133
FIGURA 38: Esquema das dinâmicas de T-D-R.	137
FIGURA 39: Esquema de dinâmicas de des-re-territorialização no Mutirão.	138

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Dados da concentração de chuva mensais em 2011.....	76
TABELA 2: Dados de concentração de chuva diária (mês de Julho de 2011).....	76
TABELA 3: Elementos e características dos “territórios de espera”.	107
TABELA 4: Formas de atuação do Estado na comunidade do Mutirão pós-desastre.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.Territorialização: reflexões sobre o conceito de território e processo de formação territorial da comunidade do mutirão	24
1.1 Território e territorialidade: uma revisão conceitual	25
1.2 Precarização territorial na cidade de Campina Grande: entre segregação e frangmentação espacial	38
1.3 Aspectos preliminares de surgimento e consolidação da comunidade do Mutirão	42
1.4 O Mutirão como produção territorial: do “território como recurso” ao “território como abrigo”	57
2.Des-territorialização e desastres ‘naturais’: entre abordagens conceituais e contextualização empírica	62
2.1. Entre riscos, perigos e vulnerabilidades: o contexto do Mutirão	64
2.1.1. <i>Risco, perigo e vulnerabilidade: reflexões teórico-conceituais</i>	64
2.1.2. <i>Análise da construção do Mutirão enquanto “área de risco” e de vulnerabilidade</i>	70
2.2 Desastres ‘naturais’ e suas implicações na comunidade do Mutirão	72
2.2.1. <i>Diferenciando desastres “naturais” e catástrofes</i>	72
2.2.2. <i>Nos entremeios de um desastre “natural”: o caso do Mutirão</i>	75
2.3.Des-territorialização: algumas reflexões conceituais	87
2.3.1. <i>Debates em torno da discussão sobre des-territorialização</i>	87
2.3.2. <i>A des-territorialização e os desastres “naturais”: o contexto do Mutirão</i>	93
3.Des-re-territorialização: o território como abrigo e os processos de re-construção territorial na comunidade do Mutirão	103
3.1. Os caminhos da re-territorialização: Mutirão “pós-desastre” vivência nos abrigos e a construção dos “territórios de espera”	105
3.1.1. <i>O abrigo e a construção dos “territórios de espera”</i>	105
3.1.2. <i>Abrigos: espaços de conflitos e de solidariedade</i>	110
3.2 .Lutas sociais e o papel do Estado na re-configuração territorial do Mutirão	115
3.2.1. <i>As lutas sociais e as resistências no Mutirão</i>	115
3.2.2. <i>A atuação do Estado pós- desastre: uma crítica necessária</i>	120
3.3. Dinâmicas de des-re-territorialização no Mutirão	132
3.3.1. <i>A re-territorialização na comunidade do Mutirão pós-desastre</i>	132
3.3.2. <i>Dinâmicas de des-re-territorialização no Mutirão</i>	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE	156
ANEXOS	158

Trecho do conto *Inundação*. No livro: *O fio das Missangas*.

Há um rio que atravessa a casa. Esse rio, dizem é o tempo. E as lembranças são peixes nadando ao invés da corrente. Acredito, sim, por educação. Mas não creio. Minhas lembranças são aves. A haver inundação é de céu, repleção de nuvem. Vos guio por essa nuvem,
minha lembrança.

A casa, aquela casa nossa, era morada mais da noite que do dia. Estranho, dirão. Noite e dia não são metades, folha e verso? Como podiam o claro e o escuro repartir-se em desigual? Explico. Bastava que a voz de minha mãe em canto se escutasse para que, no mais lúcido do meio-dia, se fechasse a noite. Lá fora, a chuva sonhava, tamborileira. E nós éramos meninos para sempre. [...] Saí no bico de pé, quando senti minha mãe entrando. E me esgueirei pelo quintal, deitando passo na estrada de areia. Ali me retive a contemplar a casa como que irrealizada em pintura. Entendi que por muita que fosse a estrada eu nunca ficaria longe daquele lugar. Nesse instante, escutei o canto doce de minha mãe. Foi que vi a casa esmorecer, engolida por um rio que tudo inundava.

Mia Couto.

INTRODUÇÃO

“Do espaço nenhum corpo está fora”. Esta frase dita e repetida por meu orientador Nilo Américo Lima desde o início de meus estudos nesta pós-graduação ecoa em minhas leituras e nas formas de ver e pensar o espaço geográfico. Acredito que ela resume tudo que tenho pensado sobre a Geografia.

Este corpo metafórico entrelaça o corpo do pesquisador, dos sujeitos da pesquisa e o corpo teórico, apresentando-se a partir da estrutura acadêmica do trabalho. Todos estes sempre a ocupar um espaço. Corpos que se entrelaçam na pesquisa desde o processo de escolha do tema até sua finalização. Neste momento introdutório, peço licença aos leitores para falar em primeira pessoa e assim revelar uma maior “liberdade” expressiva que me levaram à construção deste trabalho.

O meu corpo de pesquisadora está imbricado aos motivos que levaram à escolha do tema. Os conceitos e abordagens presentes neste trabalho estão em meio ao movimento geográfico do Brasil. Entre construções, rompimentos e mudanças de lugar, eles (conceitos e abordagens) estão inscritos em meu corpo, sendo filha de migrantes retornados do sudeste brasileiro para sua terra natal, enfrentando as dificuldades e desafios de ser uma “filha da seca” que vive o movimento da migração pendular para poder ter acesso aos estudos. Estas experiências fazem com que a des-re-territorialização seja uma dinâmica presente em minha história de vida.

No curso de Geografia minha principal questão era pensar a relação homem-natureza. Em 2010 e 2011 as notícias de mortos e desabrigados em virtude de desastres “naturais” cresciam na mídia televisiva, sobretudo, nos estados do sul e sudeste brasileiro. Eram deslizamentos de terra, enchentes, inundações e cada vez mais pessoas afetadas. Atrelar os pensamentos relacionados às perdas e rupturas dos territórios ligados aos desastres unia minha história de vida às relações homem-natureza. No entanto, a realidade dos desastres “naturais” ainda não estava presente em meu cotidiano como possibilidade de pesquisa.

Em meados de julho de 2011, as fortes chuvas de “inverno”¹ levaram ao rompimento de uma série de barragens, resultando em uma enchente/inundação que atingiu o Mutirão do Serrotão, em Campina Grande, Paraíba. Nesse acontecimento surgiu o corpo que me conduziu a este estudo. José Davison Fernandes, 10 anos, morador da comunidade do Mutirão, estudante da Escola Municipal Paulo Freire, protagonista do filme-documentário *Quando eu crescer*, catador no Lixão Municipal de Campina Grande e que teve o corpo levado pelas

¹ No Nordeste, sobretudo, no semi-árido, as chuvas dos meses de junho e julho são reconhecidas pelos moradores da região como inverno ou inverno, de acordo com os mais antigos.

águas durante a inundação. A morte de Davison, como ele era chamado na comunidade, não só voltou os olhares para o Mutirão, mas também despertou uma série de movimentos políticos e de solidariedade da população a partir do ocorrido.

Esse corpo com nome, no meio de tantos corpos mortos e vivos ou mortos-vivos vítimas de desastres “naturais” no Mutirão, no Brasil e no mundo, ampliou o meu olhar para a discussão da relação entre homem e natureza. Essa discussão, por sua vez, traz implícito o questionamento acerca desse período de in-certezas políticas, econômicas, culturais e ambientais vivenciadas no mundo atual.

O homem “moderno”² foi construído para “dominar” a natureza, mas vê-se hoje de certa forma desprovido desse controle. Esta é uma questão polêmica que carece de grande reflexão. O fim da década de 1980 e início dos anos 1990 é o momento que surge o que Milton Santos (1992) chama de “A redescoberta da natureza”, sobretudo em relação ao olhar voltado para as questões políticas que envolvem a natureza. Nesse contexto, é possível perceber a emergência de temas relacionados ao aquecimento global, mudanças climáticas e poluição ambiental, entre outros.

Esses temas retomam a discussão da relação entre o homem e a natureza. Na Geografia essa relação se manifesta através do espaço e analisá-la sob um “novo” prisma, que não seja o da grande mídia ou dos movimentos “verdes” promulgados pelo capitalismo, corresponde a entender essa relação a partir dos sujeitos diretamente afetados pelo desenvolvimento desse processo e cujas marcas estão no corpo dos que ocupam, produzem e transformam o espaço. Esta produção espacial se dá a partir das relações de poder, nas quais se circunscreve o território, como aponta Marcelo Lopes de Souza (1995). Estas relações se dão pela apropriação e proporcionam o movimento do território. Presente nas dinâmicas de territorialização, des-territorialização e re-territorialização.

São a partir dessas relações e construções que direcionamos este trabalho, mas não na tentativa de analisar as dimensões psicológicas vivenciados pelos traumas dos “des-territorializados”. O foco está no entendimento da construção das relações espaciais dos sujeitos que constroem “territórios como abrigo” (SANTOS, 2000). O movimento político que permanece nos entremeios destas relações espaciais a que direcionamos o olhar é pensado a partir de uma dimensão integradora (HAESBAERT, 2004).

² A ideia de homem moderno está relacionada ao homem enquanto uma construção social da modernidade, relacionado às influências deste período inspirada nas proposições iluministas. A esse respeito ver Gomes (1996) e Porto-Gonçalves (2002).

As questões que nos levaram a construção deste trabalho foram diversas e se colocam de forma interrogativa ao longo da construção do texto. Dentre essas questões, destaca-se: como é possível pensar a aplicabilidade das discussões de des-re-territorialização em casos de desastres “naturais”? Essa inquietação emerge juntamente com questões decorrentes das seguintes problemáticas: como se deu o processo de ocupação da área estudada? Que elementos podem ser considerados para pensar a des-territorialização a partir dos desastres “naturais”? Como se configuram as relações territoriais existentes nos abrigos onde estas pessoas que perderam suas casas permanecem? Como se deu o processo de re-territorialização destes sujeitos na comunidade ou em outras áreas da cidade?

Diante dessas questões, nosso objetivo geral é analisar a dinâmica de des-territorialização e re-territorialização na Comunidade do Mutirão em Campina Grande, Paraíba, a partir do rompimento de barragens que ocasionou um desastre “natural”. São objetivos específicos: refletir acerca do processo de ocupação da área onde se localiza a comunidade do Mutirão a partir da ideia de territorialização. Discutir a possibilidade de pensar os desastres “naturais” como agentes propositores do processo de des-territorialização; analisar como se configuram os “territórios de espera” em meio ao processo de des-re-territorialização; e discutir os impactos pós-evento na comunidade e sua dinâmica de re-territorialização. Procuramos, dessa maneira, fazer uma abordagem cultural da geografia. No sentido de pensá-la como uma “cultura política” de forma integradora que se baseia nas reflexões de autores como Nilo Lima (2013) e Rogério Haesbaert (2008).

Nossa discussão permeia uma abordagem dialética baseada nas contradições presentes na análise do espaço geográfico. No entanto, tendo em vista as limitações de todos os métodos de abordagem, direcionamo-nos a dialogar com autores que não se debruçam sobre esta perspectiva de pensamento, mas que ainda assim apresentam um pensamento crítico que permeia a discussão aqui desenvolvida.

O Mutirão está localizado no Bairro do Serrotão, às margens da BR-230 (principal ligação entre o litoral e o sertão), na porção sudoeste de Campina Grande, cidade do interior da Paraíba distante 130km da capital João Pessoa. A comunidade fica cerca de 8 Km do centro da cidade. Os problemas do Mutirão são mais profundos do que apenas a morte e a ruína ocasionada pela inundação.

O surgimento da comunidade do Mutirão está atrelado a uma forte dinâmica de processos de “exclusão” e segregação espacial constituídos e mantidos pelo Estado. A área construída na década de 1980 integra um plano de desenvolvimento territorial relacionado à construção de moradias. A origem do nome da comunidade deve-se ao trabalho de construção

em mutirão. O Governo do Estado da Paraíba financiou o material de construção e a mão de obra era realizada pelos moradores. No entanto, a obra ficou inacabada. Devido a motivos eleitoreiros, o então governador da Paraíba abandonou as obras e recolheu o material destinado ao término das construções, deixando as casas inacabadas e sem acesso a serviços básicos de infra-estrutura como esgotamento sanitário, energia elétrica, serviços de transporte e abastecimento de água.

As condições sociais do Mutirão se agravaram com o término da construção do Presídio Regional do Serrotão, o início do funcionamento dessa casa prisional e mais tarde com a transferência do Lixão Municipal de Campina Grande para as imediações da comunidade. Esses fatores e o “abandono” crescente do Estado provocaram uma desvalorização do solo urbano da área, possibilitando que indivíduos em situações econômicas precárias passassem a habitar o conjunto Mutirão.

Todo este processo fez emergir um sentimento de comunidade que remonta à luta social através da organização dos moradores que batalham por melhorias na comunidade. Esse contexto de vulnerabilidade social e ambiental foi agravado pela enchente ocorrida em 2011 após o rompimento de uma barragem nas imediações do Mutirão e sobre a qual esta pesquisa pretende se debruçar como campo empírico de investigação.

A concentração de chuva no dia 17 de Julho de 2011, com cerca de 110 mm, segundo dados da Agência Executiva das Águas da Paraíba (AESÁ/PB), provocou o lapso de um conjunto de barragens nas imediações da comunidade do Mutirão. Cerca de 36 famílias, 214 pessoas, foram diretamente afetadas além da destruição total e parcial de 28 casas, segundo dados da Defesa Civil de Campina Grande.

Muitos moradores ficaram durante um mês em um abrigo provisório instalado na Associação dos Moradores do Mutirão, mas, em virtude da tentativa de preservação de alguns bens restantes, alguns desses optaram por tratar da higiene pessoal, fazer refeições e dormir em suas residências mesmo estas estando parcialmente danificadas.

Com a enchente, alguns moradores, assim como acontece em outras realidades, mudaram-se para outros bairros, cidades e até estados. No entanto, o que mais chamou nossa atenção foi os que permaneceram. Isso porque para a literatura científica a des-territorialização em sua maioria é percebida como tal em deslocamentos longos, relacionados à migração, por exemplo. Porém, Haesbaert (2004) apresenta a des-territorialização na “perda” do controle sobre seu território mesmo com os sujeitos permanecendo no mesmo espaço.

Nesse contexto, procuramos pensar da seguinte forma: sendo a casa um território, o deslocamento provocado pela destruição desta pode ser considerado como uma forma de des-territorialização? Acreditamos que sim, uma vez que laços de apropriação foram rompidos, conforme pontuam estudos sobre a temática da des-territorialização. Para Fernandes (2008), é uma desterritorialização *in situ*, isto é, não um deslocamento longo, mas um com a possibilidade de re-construção territorial da área destruída.

Na busca por um conceito que pudesse esclarecer as dimensões necessárias sobre as quais nos debruçamos, chegamos ao conceito de território estando este, por sua vez, acompanhado de conceitos derivantes como des-territorialização e re-territorialização.

No plano teórico-conceitual da Ciência Geográfica o território é o conceito estruturante desta pesquisa, uma vez que suas linhas de visibilidade e de enunciação nos dão uma dimensão da realidade. Estão presentes neste conceito as relações de poder que são estabelecidas na comunidade estudada através de sua apropriação espacial da mesma maneira também é possível evidenciar os conflitos que a permeiam em dimensões político-econômicas-culturais-ambientais e suas formas de resistência.

A primeira observação de campo da pesquisa ocorreu no ano de 2012. Dentro de um ônibus de linha e em um momento delicado para a comunidade do Mutirão. Há pouco tempo um policial militar havia sido morto na comunidade. Ao passar pelo local da enchente foi possível perceber através das casas destruídas que a pesquisa seguiria o caminho das hipóteses estabelecidas.

Próximo ao Presídio Regional do Serrotão o ônibus foi parado por um grupo de policiais militares armados que procuravam o responsável pela morte do outro agente de corporação. Ali, pais e mães de famílias foram revistados. Bolsas de recém-nascidos também foram examinadas. A minha bolsa e a da minha irmã (que sempre me acompanhou no campo) não foram revistadas porque um dos policiais presentes nos reconheceu e sabia que não éramos dali. Neste momento vi que minha pesquisa realmente havia começado. A repressão e o medo estavam presentes no olhar daqueles moradores. Mostravam na paisagem os desafios constituídos naquele campo de pesquisa.

Retornei em Janeiro de 2013 para um contato formal com os moradores. Um agente comunitário de saúde me levou até a vice-presidente da Associação dos Moradores. Ela abriu as “portas” da comunidade (era este o termo que ela usava corriqueiramente para definir o local onde morava). Este contato inicial me levou a primeira entrevista de campo com uma das pessoas mais afetadas pela enchente. Até o ano de 2015 voltei ao Mutirão cerca de vinte

vezes para realização de coleta de dados como fotos e vídeos cedidos por moradores e pela associação.

Além das visitas ao Mutirão foram realizadas coletas dos documentos da Defesa Civil e da Secretaria de Assistência Social. Com a lista dos moradores atingidos pela enchente, que continha os nomes dos respectivos representantes, foi efetuado o mapeamento dos moradores que permaneceram na comunidade. Foram realizadas entrevistas³ com um representante de cada uma das 22 famílias que haviam permanecido no Mutirão.

Também foram entrevistados moradores antigos, agentes comunitários de saúde e alguns moradores que auxiliaram no resgate às vítimas da enchente, totalizando 27 pessoas entrevistadas. A maioria das entrevistas foi feita com mulheres, senhoras do lar, que nos receberam para discorrer sobre os eventos ocorridos. A estrutura das entrevistas privilegiou o relato das histórias de vida dos moradores(as) sendo estruturadas com perguntas que permitissem ao entrevistado relatar suas experiências. Foram feitos diários de campo onde referenciamos os elementos que mais despertaram nossa atenção durante a análise do espaço geográfico.

Durante os trabalhos de campo foram feitas fotografias de algumas áreas, mas a maior parte iconográfica do trabalho foi cedida pelos moradores. Muitos conflitos e disputas políticas estão presentes no Mutirão. Por esta razão não foi fácil chegar a campo nem tão pouco coletar todos os dados pretendidos na pesquisa. Ainda assim, com o material coletado foi possível o desenvolvimento do trabalho.

No que concerne ao tipo de abordagem da pesquisa, utilizamos o método qualitativo, aprofundando o conhecimento sobre os sujeitos atuantes nos processos que permeiam o campo pesquisado. No entanto, mesmo com uma abordagem predominantemente qualitativa foi necessário lançar mão de dados de cunho quantitativo para melhor elucidar algumas questões nos entremeios da pesquisa. Esta perspectiva de cunho quantitativo está relacionada a quantidade de moradores da comunidade, número de casas e de moradores atingidos pela enchente, a cifra de desabrigados, o número de pessoas que deixaram e permanecem na comunidade após a inundação e a quantidade de pessoas que recebe ou recebeu algum tipo de auxílio financeiro por parte do governo.

Quanto ao método de investigação que complementa as análises elaboradas, direcionamos alguns procedimentos técnicos inicialmente orientados por uma revisão

³ Optamos por colocar no texto todas as falas dos moradores transcritas tal qual foram gravadas. Pois, acredita-se que é uma forma de valorizar a linguagem coloquial e a potencialidade da comunicação que está para além das normas cultas e acadêmicas. Ressaltar a linguagem popular do cotidiano é uma forma de afirmação de que não existem modos “corretos” de falar, mas sim múltiplas formas de comunicação.

bibliográfica. Esse expediente teve por objetivo abarcar as produções clássicas e atuais relacionada à temática escolhida, uma vez que este procedimento possibilita a abertura de um leque de possibilidades para uma compreensão mais ampla da problemática a ser discutida.

A segunda etapa da coleta documental ocorreu em órgãos institucionais da Prefeitura Municipal de Campina Grande, a exemplo da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que forneceram dados relacionados a benefícios sociais recebidos por moradores que perderam suas moradias. A Defesa Civil do Município de Campina Grande colaborou com os relatórios dos impactos causados na enchente.

Na pesquisa de campo foram feitas observações sistemáticas e conversas informais. Estas de suma importância para elucidar algumas questões, que não ficaram claras nas entrevistas realizadas com os moradores e lideranças comunitárias.

Por fim, o método de apresentação está ligado à norma técnica de apresentação do trabalho científico. Optamos por, além da apresentação formal acadêmica, realizar junto à comunidade e a Associação de Moradores do Mutirão uma apresentação dos dados e do trabalho de dissertação em uma das reuniões da associação, com apresentação aberta a toda comunidade.

Essa dissertação está dividida em três capítulos. Neles, inter-relacionamos as discussões teóricas à realidade de Campina Grande e da comunidade do Mutirão. Neste processo procuramos “fugir” da estrutura que divide capítulos teóricos separados de análise do objeto de estudo. Nosso objetivo foi relacionar as discussões teóricas às possibilidades de análises presentes no campo estudado.

O texto está preenchido por interrogações que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa e suscitam possibilidades de resposta neste trabalho. Sendo assim, subdividimos os capítulos da seguinte maneira: o primeiro capítulo problematiza o processo de territorialização a partir da formação e consolidação da comunidade do Mutirão produzido a partir do contexto de uma cidade com espaços de segregação e fragmentação, conforme apontam Correa (1993), Maia (2010) e Sposito (2013). Nesse contexto, procuramos partir de reflexões sobre o território e as relações de poder buscando compreender como foi elaborado o processo de constituição dessa comunidade e a criação de suas territorialidades.

No segundo capítulo procuramos pensar como essa área precarizada territorialmente é construída como uma área de risco e/ou de vulnerabilidade social e ambiental. Tais fatores, junto ao fenômeno natural da concentração de chuvas intensas, levaram a um desastre “natural”. Por fim, procuramos entender como esses processos conjuntos e complexos geram dinâmicas de des-territorialização.

No terceiro capítulo discutimos os movimentos de re-territorialização em meio a este processo, abordando a construção dos “territórios de espera” nos abrigos temporários e a atuação do Estado no pós-desastre. Além, disso procuramos abordar os movimentos de resistência presentes no Mutirão após o desastre. Por fim, desenvolvemos uma análise de como é possível perceber a dinâmica de des-re-territorialização na comunidade do Mutirão.

CAPÍTULO 1

TERRITORIALIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO

Os estudos sobre território na Geografia seguem diversas abordagens surgidas a partir das formas de ler/pensar os conceitos e operacionalizá-los, como destaca Cruz (2010). O autor afirma que cada conceito deve ser pensado e analisado levando em consideração a “natureza do conceito”. Essa proposta de Cruz (2010) é elaborada a partir das leituras de Deleuze e Guatarri (1992). Pensando os conceitos como dispositivos de análise, Cruz (2010) destaca que esses devem ser entendidos a partir de suas linhas de visibilidade/enunciação, linhas de força e linhas de objetivação.

Cruz (2010) também sugere algumas propostas metodológicas de operacionalização dos conceitos na pesquisa, levando em consideração a relação dos conceitos com campo de problematização, plano de imanência e solo epistemológico, relação entre heterogeneidade/multiplicidade/complexidade e lócus de enunciação e historicidade.

Pensando nessas possibilidades apresentadas por Cruz (2010) e compreendendo a Ciência Geográfica como uma “constelação de conceitos”, como afirma Haesbaert (2014), leva-nos a uma reflexão sobre a possibilidade de uso do conceito de território como eixo estruturante desta pesquisa, bem como a utilização de seus conceitos derivantes, a saber, territorialização, des-territorialização e re-territorialização, chamados por Fernandes (2005) de processos geográficos. É na trilha dessa reflexão sobre o conceito de território e na tentativa de operacionalizá-lo a partir do diálogo com o campo empírico que direcionamos as análises do espaço nesta pesquisa.

Este capítulo inicial busca cartografar algumas das discussões que permeiam o uso do conceito de território e suas principais formas de análise e aplicabilidade conceitual para a realidade do campo de estudo. É em meio a essa reflexão que analisamos o contexto da comunidade do Mutirão, na cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba. A comunidade é pensada a partir da noção de produção territorial, pois seu campo de problematização elenca as relações de poder estabelecidas no espaço, as quais surgiram especialmente a partir da atuação do Estado por meio de um processo de segregação social e espacial.

1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA REVISÃO CONCEITUAL

A ideia de território permeia as discussões da Geografia desde períodos históricos e até pré-históricos. Alguns elementos que, ao longo do debate epistemológico, ajudariam a formular a noção de território já se desenhavam em tempos remotos como: relações de disputa

por espaços, dominação, apropriação, conflitos e demarcações. Essas caracterizações já se configuravam como formas das relações de poder sobre o espaço, o que é perceptível já na Geografia Vernacular discutida por Paul Claval (2011), onde os homens demarcavam seus espaços e conferiam “nomes” a eles (toponímia).

As relações entre os grupos humanos começam a formular o que Eric Dardel⁴ (2011) define como espaço construído ou espaço geográfico. São nestes movimentos de construção dos grupos humanos que passam a ser formuladas as concepções preliminares do que *a posteriori* viriam a se configurar como território.

Fazer uma análise sobre as postulações e construções do conceito e de como se dá sua configuração epistemológica, histórica e formulações nas correntes de pensamento da Geografia nos permite pensar sobre as formações dos territórios cotidianos, territórios de vida e territorialidades que se produzem a partir do movimento de des-territorialização. Nesse sentido, antes de adentrar ao processo de territorialização na comunidade do Mutirão é necessário discutir e compreender as noções de território, poder e relações de poder instituídas no território.

A concepção de território na Geografia esteve/está relacionado à perspectiva de poder, o qual está por sua vez imbricado a elementos como dominação, apropriação, conflitos e demarcações. No entanto, as concepções de poder se diferenciam nas correntes de pensamento de acordo com a base teórica e filosófica adotada por cada autor. Assim, cada concepção de poder denota uma possibilidade de pensar o conceito de território.

Compreender que o território, conforme aponta Raffestin (1993), existe a partir do espaço é uma posição que carece de uma ampliação do olhar sobre esse conceito e suas possibilidades de análise empírica. Conceitos devem ser pensados a partir de movimentos históricos em que são produzidos dentro de um espaço-tempo, mas que podem ser re-significados de acordo com os movimentos da sociedade.

Marco Aurélio Saquet, um dos autores brasileiros que mais tem se destacado no estudo do conceito de território, afirma que:

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, dê-s-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade),

⁴ É importante destacar que Eric Dardel é um dos principais expoentes das discussões geográficas relacionadas ao uso da fenomenologia na Geografia. Sua obra *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica* publicada nos anos de 1990 é um dos principais expoentes para compreensão da relação de homem e natureza, a partir da relação dos grupos humanos e a construção do espaço geográfico.

num único movimento; o novo contém pois o velho e este, aquele. (SAQUET, 2007, p. 13).

Pensar o conceito a partir de sua história como sugere Saquet (2007). E de seu solo epistemológico, conforme Cruz (2010), é um ponto crucial para a compreensão desse movimento contínuo e descontínuo, permitindo que as análises sobre os contextos de pesquisa possam ser ampliadas e revistas. Contudo, os conceitos, ao longo dessas des-continuidades apresentam um núcleo ou um eixo estruturante que sustenta suas possibilidades analíticas.

No caso do conceito de território as análises feitas por autores como Ratzel (1991), Raffestin (1993), Souza (1995; 2009; 2013), Santos (2002), Haesbaert (1995; 2004; 2014), Porto-Gonçalves (2002), Cruz (2010), Claval (2011) e Saquet (2007; 2009). Sinalizam o núcleo do conceito de território como sendo o poder. Vale lembrar que este poder não se apresenta sozinho, mas imbricado de relações.

Para Souza (1995, p.78), território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Sendo assim, só é possível entender território se entendermos o poder e as suas relações num dado espaço. Dessa reflexão é que emerge o questionamento sobre como compreender o território e as relações de poder nele presentes. Para elucidar tal questão, partimos do princípio que analisar o poder é algo muito amplo, complexo e de difícil compreensão, mas de fundamental importância para a análise espacial.

Diante desse panorama, é fundamental iniciar uma revisão, ainda que breve, das discussões que permeiam as concepções de território, mapeando as noções de poder presentes nas diversas concepções de território. Não é objetivo deste trabalho fazer uma longa revisão conceitual, mas pontuar as principais discussões que norteiam o debate sobre o conceito de território e seu núcleo principal (o poder).

Antes de discutirmos sobre poder, faremos uma leitura sobre o contexto que compõe a formulação do conceito de território na Geografia para então analisar o campo de estudo da comunidade do Mutirão e sua formação territorial.

Roberto Lobato Correa (1998) define território da seguinte maneira:

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e

simbolismos atribuídos aos lugares[...] Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial. (CORREA, 1998, p. 251).

A apropriação a que se refere este autor está relacionada a laços estabelecidos com a terra a partir do olhar de duas perspectivas que se entrelaçam: uma dimensão geopolítica e a outra, afetiva. As duas perspectivas são integradas na relação entre a cultura e a política na reprodução da sociedade, seja por um viés de escala macro no desenvolvimento territorial destinado ao Estado-Nação, seja no “território de vida”, onde se manifesta a reprodução da vida cotidiana.

Outra concepção de território diz respeito à relação com a terra. Sobre essa visão, Pedro Geiger (1998) afirma que:

Território vem de terra que, formalmente, significa uma porção não pedregosa, asfaltada, ou cimentada da superfície terrestre, e que pode ser argilosa, arenosa ou saibrosa. A rocha viva, o asfalto ou o cimento cobrindo, formam os limites, o *terminus*, do termo. Cimentada ou asfaltada passa-se para o termo, chão. Refere-se também a uma extensão terrestre, mas inclui uma relação de poder, ou posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre. Aliás, o termo é também empregado para expressar o controle de uma espécie animal, ou de um indivíduo, sobre determinada área geográfica. Historicamente, populações ligadas por razões sanguíneas ou laços culturais se fixam sobre determinadas áreas geográficas, quando se tornam sedentárias. A agricultura se tornou a base econômica e as populações procuravam controlar uma boa extensão de terra arável, criando seus territórios. (GEIGER, 1998, p. 235).

De acordo com essa concepção, o território está sempre ligado a apropriações para reprodução e manutenção da vida por meio da posse do solo para subsistência. No entanto, sendo o território uma base para análise e reprodução da vida social o que o diferenciaria de espaço? De acordo com Andrade (1998):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território a ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1998, p. 213).

A concepção de território levantada por Andrade (1998) suscita outras discussões, uma vez que o conceito de território por diversas vezes está atrelado à concepção de Estado Nacional, estabelecido por fronteiras e limites políticos.

As concepções de território, enquanto Estado-Nação, tem suas raízes no período das grandes navegações e da expansão marítima, onde é possível perceber a ideia de expansão dos territórios através da busca por anexação de terras, praticada pelo processo de colonização

européia sobre as demais áreas da superfície terrestre. É importante retornar à ideia de formação e exploração do território a partir do mundo moderno-colonial destacada por Lima (2012).

Os processos de colonização por vezes deixados de lado nas discussões referentes aos debates sobre o território são de grande importância para a compreensão do que *a posteriori* configurou os chamados territórios nacionais. Porto-Gonçalves (2002) elenca a importância de uma abordagem por esse viés, uma vez que o processo de colonização foi decisivo na consolidação dos Estados Nacionais. Foram as explorações nas colônias que provocaram “novos” desenhos na organização mundial.

Esse pensamento converge com o momento histórico, onde o processo de colonização está carregado dos ideais iluministas que “inauguram” a modernidade estando atrelado a ideias opositoras e dualistas também presentes no pensamento de cunho científico de época. Para Porto-Gonçalves (2002):

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas um *continuum* linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que estão na selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 218).

Essa concepção colonial baseada em relações assimétricas de poder supõe relações de apropriação e conflitos ligados à dominação e expropriação da terra. Esses processos foram se intensificando ao longo dos séculos, sobretudo com a instituição dos Estados Nacionais a partir da passagem do século XVIII para o XIX.

Esse período histórico perpassa o momento de institucionalização da Geografia na Europa e em especial na Alemanha (BARROS, 2012). O estabelecimento da Geografia como um campo do saber ocorre em meio à constituição do método positivista inspirado nas ideias da modernidade e nos processos perversos enfrentados na colonização. Essa modernidade está imbricada de concepções dualistas e dicotômicas trazidas pelas propostas iluministas que constituíram a Ciência Moderna. Segundo Porto-Gonçalves (2002):

Este pensamento moderno europeu, hoje em crise, na sua busca de uma verdade objetiva distinguiu objetos “claros e definidos”, retirou o sujeito da

relação que, assim, de fora, pelo método científico, isto é, racional, desvendaria os mistérios da natureza para melhor dominá-la. Assim, se ergue todo um conjunto de categorias dualistas características do pensamento moderno europeu, natureza e cultura; sujeito e objeto; matéria e espírito; corpo e mente; razão e emoção; indivíduo e sociedade; ser e pensamento. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 219).

Na Geografia, sobretudo, o pensamento de dualidade entre o homem e a natureza foi mais evidenciado. Foi a partir deste prisma que a Geografia Moderna se constituiu não só como um campo de formação do conhecimento, mas também nas estratégias de disputa e dominação de territórios, o que evidencia a perspectiva político-estratégica relacionada à consolidação dos Estados Nacionais.

A contribuição de Frederic Ratzel (1844-1904) é muito importante para a Geografia, sobretudo com obras como *Antropogeografia*, publicada em 1914, e *Geografia Política* em 1897. Em *Antropogeografia*, Ratzel apresenta a relação do homem com a natureza. Já em *Geografia Política* o autor apresenta as estratégias geopolíticas produzidas pelos saberes geográficos.

Ratzel (1991) compreende o território a partir de uma relação com o solo apropriado para fins de desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, o território é visto a partir de uma concepção de Território Nacional que deve ser ocupado pelo Estado objetivando a reprodução de sua população “Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras” (RATZEL, 1991, p.79). Para o autor, o território está ligado ao solo de maneira imutável:

O *território*, sendo um fator constante em meio à variação dos acontecimentos humanos, *representa em si mesmo um elemento universal*. [...] o território, que está sobre os nossos pés? Sobre esse território este território, vem-se claramente repetir-se o desenvolvimento das formas sociais e política, que tendem a ocupar espaços cada vez maiores. [...] Na verdade o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. (RATZEL, 1991, p. 80-81. Grifos do autor).

O entendimento do solo como base fundamental apropriada para o desenvolvimento do homem foi se re-significando no movimento do tempo e se materializado no espaço em pensamentos subsequentes direcionados por correntes teóricas de geografia. Esses pensamentos passam a se apropriar do conceito provocando outras leituras. É a possibilidade destes novos olhares sobre o território, sem perder sua base de apropriação para reprodução da vida, que movimenta as lutas sociais dos sujeitos da pesquisa. Esse tema será retomado mais adiante.

O período de publicação das obras de Ratzel (acima citadas) é marcado pelo início da Primeira Guerra Mundial, com uma intensa disputa pela anexação de territórios para o desenvolvimento do “espaço vital” também discutido pelo autor, está associado às concepções de desenvolvimento territorial e ao re-desenho das delimitações de fronteiras e limites que devem ser “defendidos” para o desenvolvimento da população.

O contexto do entre guerras e do pós-guerra traz uma re-leitura sobre a ciência e, por conseguinte, sobre a Geografia. Nesse contexto, as formas de análise do espaço e os conceitos pertinentes às pesquisas científicas também se transformaram. Daí desponta uma crítica a produção científica positivista no século XIX, e novos saberes lógico-formais passam a embasar as perspectivas da Ciência Geográfica.⁵

Surge nesse momento uma Geografia metódica com análises baseadas em modelos que partem de uma formação matemática e quantitativa. Esses saberes foram utilizados com o intuito de pensar o Território Nacional estabelecido por fronteiras e limites que deveriam ser defendidas e analisadas para um desenvolvimento eficaz. Os modelos, gráficos e a necessidade sumária de órgãos e políticas direcionadas ao ordenamento territorial foram pontos cruciais neste momento (ANDRADE, 1987; MORAES, 2007).

Essas produções na Geografia fizeram emergir uma forte crítica ao pensamento geopolítico e estratégico colocado pela disciplina. Um dos principais expoentes desta crítica foi Yves Lacoste. O livro *“A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra”* (1989) o título polêmico, se configura como uma das principais críticas compostas pelo autor. Essa foi elaborada para repensar a Geografia que servia ao Estado. E uma geopolítica voltada para produção e desenvolvimento territorial dos Estados Nacionais.

O período da escrita de Lacoste (1989), precedido pelas ideias contestadoras de Elisée Reclus, fomentavam uma perspectiva crítica à produção geográfica de então. Esse movimento re-configurou paradigmas, estabelecendo novas perspectivas a partir de teorias sociais de cunho crítico.

O conceito de território, neste momento, também é re-significado, apresentando novas leituras. Claval (1999) afirma que os geógrafos são levados a falar de território em meio à necessidade social. Ao emergir debates em torno da política, tendo como centro o Estado, a delimitação de fronteiras e a constituição de uma concepção de Território Nacional.

Para Claval (1999, p. 8), “o território, nestas concepções, resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo”. A partir dessa contribuição o autor destaca duas

⁵ Sobre este contexto é importante a leitura de Moraes (2007), Andrade (1987) e Santos (1978).

concepções importantes para as discussões sobre o território. A primeira trazida por Jean Gottman e a segunda por Robert Sack.

A contribuição de Jean Gottman apresenta a noção de território ligada à ideia de controle territorial e de soberania estatal. Segundo Claval (1999):

[...] o Estado nasce deste ato, que lhe dá uma soberania total sobre o espaço, o qual a partir de então ele controla. Ao território do Estado, tal como resulta da teoria política moderna, se opõem aqueles que refletem outras estruturas de poder. A prática feudal de um poder hierárquico, em que cada escala só dispõe de atributos limitados, alcançando uma estruturação de espaços que se encaixam ou se cruzam, não leva à geometria simples dos territórios na qual a prática internacional conduziu no início a Europa e, depois, o conjunto do mundo desde o século XVII.(CLAVAL, 1999, p. 9).

Já na segunda perspectiva, Claval (1999, p. 9) destaca as concepções de Robert Sack sobre território: “[...] nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social - outra maneira de dizer que ela exprime uma soberania”. Nessa perspectiva, o território é percebido ainda como próprio para a produção e desenvolvimento da vida social.

Em conjunto com a ideia de território ligado a Território Nacional, Estado e desenvolvimento populacional, Santos (1998) afirma que:

O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estabilizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores de mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar o início da História, ainda que nada se já como antes. (SANTOS 1998, p.15).

Assim, para Santos (1998), a concepção do território está relacionada à “força dos lugares”, proporcionando uma presença nas articulações em rede onde as escalas se articulam do macro para o micro e vice-versa. Portanto, para Santos (1998),

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1998, p.16).

A afirmação de Santos (1998) abre parênteses para uma ampliação do pensamento acerca do conceito de território, com múltiplas possibilidades de articulação através de redes e interconexões com os lugares. É importante lembrar que as bases de discussões de Santos (1998) remetem à perspectiva do meio-técnico-científico-informacional em meio ao período da globalização.

Nesse sentido, a partir das discussões de Santos (1998), o território deve ser pensado não como um conjunto de lugares, mas como uma articulação de lugares formados em rede para a formação daquilo que o autor classifica de espaço banal, ou seja, os lugares continuam “os mesmos”. Porém, ao tempo em que são simultâneos, aparecem também em oposições formadas pelas diversas contradições existentes nas relações territoriais.

Vê-se, portanto, que desde suas noções preliminares a Geografia está atrelada a componentes políticos e ‘naturais’ (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007). No entanto, os conceitos são passíveis de (re)leituras e (re)estruturações ao longo das contextualizações históricos e geográficas, sendo (re)discutidos e (re)direcionados de acordo com as necessidades da sociedade. Dessa maneira, os conceitos podem ser criados a partir de uma necessidade social ou podem ser aplicados à realidade cotidiana (DELEUZE E GUATARRI, 1992; CRUZ, 2010).

Nesse contexto, é fundamental discutir o conceito de território nas formulações contemporâneas, bem como as (re)leituras que são efetuadas a partir de seus conceitos derivados, os de des-territorialização e re-territorialização. No período contemporâneo, os estudos sobre território apresentam uma gama abrangente de usos nos trabalhos de Geografia, e demais Ciências Humanas e Sociais (HAESBAERT, 2004).

O uso intensivo do conceito de território aponta para o que Cruz (2010, p.2-3) chama de “banalização” do conceito, uma vez que ele tem sido utilizado sem rigor, isto é, sem levar em consideração “solo epistemológico”, “campo de problematização”, sua heterogeneidade/multiplicidade/complexidade, lócus de enunciação e sua historicidade. Para Cruz (2010), estes elementos são necessários para a operacionalização do conceito.

Nos estudos desenvolvidos por Saquet (2009) são mapeadas as principais concepções de território e uma história do conceito. O autor faz uma leitura extensa das concepções e abordagens de território, desenvolvendo a concepção de multidimensionalidade para desenvolver o seu pensamento sobre esse conceito. Para tanto, o autor considera os fatores político-econômico-cultural-ambiental.

Haesbaert (2004) faz um aprofundado trabalho sobre o conceito de território a partir de diferentes perspectivas, discutindo desde a des-territorialização até a multiterritorialidade. Em sua obra mais recente, Haesbaert (2014) passa a discutir a questão da transterritorialidade.

Ao longo de sua produção, Haesbaert (2004) discute território a partir de duas vertentes, sendo uma materialista e a outra idealista. Dentro da perspectiva materialista, são enunciadas as concepções de base “naturalista”. Nesse caso, o território é pensado a partir de uma delimitação animal. Ainda de acordo com essa perspectiva, o território é percebido

como uma divisão político-jurídica (que podemos chamar administrativa) e econômica onde o território existe para reprodução do capital (HAESBAERT, 2004).

Na perspectiva idealista do território, Haesbaert (2004) expõe as bases simbólicas que compreendem essa concepção. Com base em análises realizadas, o autor propõe pensar o território a partir de uma perspectiva integradora, abrangendo fatores de concepção político-econômica-cultural. Haesbaert (2004) subdivide essas concepções da seguinte forma:

- Política – espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes (mas não exclusivamente) relacionada ao poder político do Estado.
- Econômica – enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.
- Cultural – simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido. (HAESBAERT, 2004, p.40).

De acordo com o autor, as diferentes concepções do território podem ser pensadas por uma noção mais ampla, uma vez que a realidade social cotidiana não se dá de maneira fragmentada, nem tampouco desarticulada, mas, sim, de forma inter-relacionada e complexa. Para Haesbaert (2004),

[...] trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural. [...] necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre macropoderes políticos e institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões. (HAESBAERT, 2004, p. 76).

A interação das relações sociais com o território é importante para uma ampla compreensão do mesmo e das múltiplas interações que nele estão presentes. É nesta interação ente os macro/micro poderes que emergem os conflitos, contradições, estratégias e táticas existentes no território nas diversas escalas.

A obra “*Por uma Geografia do Poder*”, de Claude Raffestin (1993), cuja principal influencia são as concepções do filósofo Michael Foucault, impulsiona outras discussões

acerca da perspectiva de poder. O poder se manifesta de maneira relacional. Para Raffestin (1993), o poder pode ser “encontrado” em qualquer esfera da sociedade.

A discussão sobre território está sempre vinculada à perspectiva de poder. Nesse sentido, analisando o território a partir das suas relações Geopolíticas e da Geografia Política, entende-se que a abordagem do poder é fundante para a compreensão da concepção de território em diversos autores.

Pensar “outras” possibilidades sobre as concepções de poder é ampliar o leque das análises sobre o território que se materializa na vida cotidiana. Não como outrora, pensando apenas nas fronteiras e limites do Território Nacional, ou na soberania do Estado, mas, sim, refletindo sobre as relações de poder nos diversos territórios, nas ruas, casas e bairros como sendo uma relação. Para Michel Foucault (2003),

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas induzidas do alto pelos grandes poderes do estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura do estado só pode funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. (FOUCAULT, 2003, p.231).

De acordo com esse autor, as relações de poder estão por toda parte, em todas as esferas da sociedade. Sendo assim, não haveria um “detentor” do poder, mas um exercício deste em diversas formas de relação: “De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2003, p.232). Assim o poder enquanto relação sempre está ligado à perspectiva de tensões, marcadas por enfrentamentos, estabelecidos em relações diárias e cotidianas em contato com o outro que gera disputas e conflitos.

A preocupação de Raffestin (1993) com a linguagem e a linguística, enquanto instrumentos de poder, leva-o a desenvolver uma análise importante que coloca elementos minuciosos no debate sobre o território, a exemplo da própria grafia dessas palavras com seus diferentes significados. Para Raffestin (1993), “Poder” com letra maiúscula diz respeito à Soberania do Estado, enquanto “poder” com letra minúscula estaria “escondida” dentro de “Poder” e também em todos os lugares. Para Raffestin (1993),

O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder e oposição à unidimensionalidade e a transcendência; “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os

lugares”. Portanto, seria inútil procurar poder “na existência original de um ponto central , num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes , pois é o alicerce móvel das relações força que, por sua desigualdade , induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Raffestin (1993) destaca ainda os pontos que remetem à “natureza do poder”, buscando esclarecer algumas questões importantes sobre as formas de pensar o poder nas realidades cotidianas:

O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;2. As relações de poder não estão em oposição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;3. O poder vem de baixo; não há oposição binária e global entre dominador e dominados;4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53, grifo nosso).

Os elementos destacados acima pelo autor compõem as relações de poder que se materializam no espaço geográfico, evidenciando as disputas, conflitos e tensões que constituem o território como um “campo de forças” (SOUZA, 1995). Nas palavras de Raffestin (1993, p. 144): “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. [...] Ao se apropriar do espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”. Essa afirmação de Raffestin (1993) provocou diversas críticas, sendo a mais conhecida delas a de Souza (1995). Para esse autor, o espaço no contexto elencado por Raffestin (1993) é colocado a partir de uma ideia de superficialidade física. Concordamos com Souza (1995). Nesse aspecto, uma vez que o espaço, não deve ser reduzido a um receptáculo das ações humanas.

O espaço é produzido a partir das relações existentes entre o que Santos (2012, p. 63) chama de “sistemas de objetos e sistemas de ações”. De acordo com o autor, o espaço é um conjunto indissociável de objetos e ações. Portanto, entendemos que o território, assim como lugar, paisagem, região, rede e escala são conceitos e/ou instrumentos de análise (no caso da escala) discutíveis a partir do espaço. Esses conceitos possibilitam formas de analisar as múltiplas dimensões espaciais.

Reduzir o espaço a “atuação” de “atores sociais” corresponde a esvaziar sua complexidade de análise. Nesse sentido, recortamos a análise do território para compreender as tensões espaciais destacadas por Moreira (2002) existentes a partir dos “campos de força” (SOUZA, 1995) e estabelecidas, pelas relações de poder. Por essa razão deve-se levar em

consideração a ação dos sujeitos, isto é, intencionalidades que produzem as relações de poder presentes no espaço.

As relações de poder presentes no território devem ser analisadas a partir da discussão integradora, conforme Haesbaert (2004) e Saquet (2009) que propõe uma inter-relação entre os aspectos político-econômico-simbólico-ambiental, que são indissociáveis e interdependentes. O território não se apresenta sozinho, mas com seus processos espaciais derivantes, dentre os quais se destacam a territorialização, des-territorialização e re-territorialização (FERNANDES, 2005).

Tais processos remontam ao movimento do território e sua dinâmica, no sentido de apropriação espacial, rupturas e (re)construções que se circunscrevem no espaço e formulam dimensões simbólica como a territorialidade. Souza (1995) destaca que:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo exatamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial* [...] certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre os seres humanos *mediatizada* pelo espaço. (SOUZA, 1995, p. 99, grifo do autor).

O autor destaca a dimensão da territorialidade, sobretudo, a partir das ideias de autores como Robert Sack e Claude Raffestin. A territorialidade seria uma dimensão abstrata e simbólica do território. Este entendido pela apropriação e relações de poder estabelecidas no espaço em uma perspectiva de inter-relação social a partir do espaço. A leitura de Sack(2013) aponta que:

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle da área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidades ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. (SACK, 2013, p.63).

O autor destaca a territorialidade a partir de sua vinculação, ao poder social de apropriação e as relações de controle do território. Essas relações, por sua vez, revelam as estratégias que separam o território entre os “de dentro” e os “de fora”. Para Raffestin (1993), essas relações são descritas em formas tridimensionais que estão presente no espaço e nas relações sociais produzidas através do tempo. Dessa maneira, a “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Raffestin (1993) destaca também as possibilidades de pensar as formas das territorialidades relacionadas às relações simétricas e assimétricas do poder. A territorialidade, portanto, se dá a partir da apropriação do espaço, das relações de poder constituídas em uma dimensão de demarcação territorial. Territorialização é entendida como uma ação de “territorializar”, exercer um “controle”.

O controle estabelecido no território impõe a formação de limites e fronteiras materiais ou imateriais, mas que são, sobretudo, simbólicas, conforme Freire (2012). Nesse contexto, de acordo com Santos (2000), o território pode ser “usado” como recurso a serviço de processos de hegemonia. Também para Santos (2000) o território pode ser pensado como abrigo, onde se materializam as dimensões da re-produção da vida. É em busca deste território que muitos sujeitos lutam por suas territorialidades e por seus territórios de vida.

É desse contexto que emerge a seguinte questão: como estas produções do território se materializam no espaço da cidade onde diversas pessoas lutam por seus territórios como abrigo e formas de subsistência diante dos processos hegemônicos que vem sendo cada vez mais intensos nas cidades?

As tensões, conflitos e contrastes são percebidos no contexto da cidade de Campina Grande que se produz enquanto um território, visto como recurso, para as formas capitalistas de “desenvolvimento” e que acaba por gerar processos de segregação e fragmentação espacial. Em contrapartida, existem na cidade territórios que servem de abrigo para a vida de pessoas que lutam diariamente para sobreviver em meio à precarização de seus territórios.

Entender as configurações que levam a formulação do conceito de território, bem como as de poder foi imprescindível para esta primeira parte do trabalho. Este embasamento teórico nos leva a pensar sobre o espaço da cidade e suas produções territoriais.

1.2 PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: ENTRE SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL

Não é pretensão deste trabalho remontar aos períodos longínquos da história da cidade de Campina Grande, tampouco fazer um apanhado geo-histórico desse município. No entanto, é necessário estruturar uma revisão de alguns elementos presentes na produção do espaço da cidade, dentre os quais destacamos a hipervalorização do espaço urbano que gera, por vezes, segregação espacial⁶ e, por conseguinte, fragmentação, segundo Sposito (2013).

⁶ Os debates referentes a segregação espacial são muito amplos e complexos. Abrangem diversas perspectivas, neste contexto, buscamos pontuar alguns elementos principais sobre a discussão já aplicada a realidade da cidade de Campina Grande.

Esta é uma análise necessária para compreensão da produção de espaços territorialmente precarizados, dentre eles a comunidade do Mutirão.

A cidade de Campina Grande está localizada no interior do Estado da Paraíba e tem sua história marcada por discursos voltados para o “crescimento” e “desenvolvimento”. A produção de algodão foi, de acordo com Maia (2009), a principal responsável pelo enriquecimento das elites locais. Permeada por ideias de crescimento, desenvolvimento e modernização enunciadas a partir dos anos de 1920, a cidade foi incorporando processos similares aos das grandes capitais, com os mecanismos de modernização e urbanização. Os reflexos desse processo estão presentes na produção do espaço da cidade e em seus processos de desigualdade.

Destacamos dois momentos marcantes na mudança da dinâmica na cidade e que estão relacionados aos processos de segregação e fragmentação enfrentados por ela. O primeiro período corresponde às reformas urbanas que foram mais intensas dos anos de 1930 a 1950 e provocaram mudanças fundamentalmente de cunho estrutural que transformaram de forma significativa a área central da cidade.

O segundo momento diz respeito às transformações ocorridas na década de 1980, onde as políticas direcionadas ao crescimento industrial e os planos voltados para a habitação também proporcionam mudanças estruturais na cidade como um todo. Esta pesquisa optou por destacar esses dois momentos porque são pontos cruciais que conduziram às principais formas de segregação espacial em Campina Grande e conseqüentemente à precarização territorial de alguns de seus espaços, dentre os quais o que é foco do nosso estudo, a comunidade do Mutirão.

De 1930 a 1950 Campina Grande foi marcada pela ideia de “desenvolvimento”, com destaque para a “chegada” da luz elétrica na década de 1920. A elite se mobilizava buscando a higienização principalmente da área central da cidade, conforme Sousa (2003), destaca-se neste momento a retirada da feira, dos pontos de prostituição e dos “vagabundos” do centro da cidade, simbolizando um novo projeto de “desenvolvimento”.

Com essa higienização, as mudanças das formas da cidade iam se dando de maneira cada vez mais intensa. Maia et. al. (2013) denota que este momento foi marcado pelo alargamento de ruas, a criação de avenidas e a substituição arquitetônica, visualizada no período da Reforma Urbana em que a área central teve sua morfologia significativamente alterada, além de uma forte diversificação comercial.⁷

⁷ Sobre este período da história da cidade de Campina Grande, recomenda-se as leituras de Aranha (1991) e Diniz (2011).

O período entre as décadas de 1960 e 1980 foi marcado pelo adensamento de serviços educacionais, como a Escola Politécnica e a URNE - Universidade Regional do Nordeste (MAIA et. al. 2013). Porém, este período também foi marcado pela desaceleração do crescimento industrial em virtude da centralização de recursos financeiros nas capitais durante a Ditadura Militar⁸.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi perpassado pela retomada do crescimento econômico da cidade de Campina Grande, conforme destaca Carvalho (2008). O financiamento do BNH – Banco Nacional de Habitação, através dos Programas Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCMP) promoveram um novo processo de estruturação do espaço urbano campinense (CARVALHO, 2008).

Esses programas provocaram diversas transformações na cidade. Dentre elas destaca-se a criação de novos bairros para habitação popular, e conseqüentemente o aumento populacional, o que foi ocasionado pela migração da população de cidades circunvizinhas em busca de emprego no setor industrial instalado em Campina Grande (MAIA, 2010).

A expansão urbana impulsionada pelos agentes produtores do espaço urbano destacados por Capel (1983) e Correa (1993) foi de grande importância para os “novos” arranjos espaciais das cidades. Os agentes produtores do espaço urbano elencados por Capel (1983) são os seguintes: as empresas industriais, os proprietários do solo, as empresas construtoras e seus promotores, o marco jurídico e o Estado que atua de forma articulada na produção do espaço urbano. Vale salientar que o autor apresenta estes agentes com base em estudo sobre as cidades na Espanha. No contexto brasileiro alguns destes agentes se diferenciam e são destacados pelos estudos de Correa (1993).

Roberto Lobato Correa, em 1993, ao escrever “*O espaço urbano*” destaca os seguintes agentes produtores do espaço urbano: proprietários dos meios de produção, grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado. Além desses, o autor destaca outro agente importante, os chamados grupos sociais excluídos.

Para o autor, enquanto os quatro primeiros agem de modo articulado, podendo até, por vezes, serem considerados um só agente, o Estado desempenha o papel de mediador na produção do espaço. Já os grupos sociais excluídos exercem formas de resistência frente aos processos de especulação do espaço urbano.

⁸ Para uma compreensão aprofundada dos reflexos deste período na cidade ver Lima (2004).

A especulação no espaço da cidade de Campina Grande acabou por gerar um forte processo de segregação sócio-espacial. É preciso muito cuidado ao destacar este elemento, uma vez que a segregação é um termo polissêmico amplo e muito complexo, conforme destaca Sposito (2013).

A segregação para Sposito (2013) resulta de uma produção do espaço de maneira desigual, podendo gerar uma cidade fragmentada, com espaços privilegiados dotados de infraestrutura urbana, e tendo como contrapartida a produção de áreas de grande precarização. Este processo fragmentador da cidade de Campina Grande é discutido por Maia (2010). A autora apresenta o processo de fragmentação da cidade que produziu condomínios residenciais de luxo e ao mesmo tempo proporcionou a presença de espaços precarizados.

Esse movimento, como apresenta Santos (1993), se dá pelo processo de intensa especulação do solo urbano por meio do capital corporativo na cidade proporcionado pelo crescimento intenso das cidades, que ampliam as “mazelas” presentes no espaço urbano. Condições precárias de moradia, desemprego e problemas ambientais são algumas dessas mazelas.

Na análise desenvolvida nesta pesquisa foi possível perceber que as elites campinenses atuam como agentes produtores do espaço urbano ao produzirem uma especulação sobre o solo urbano criando “vazios”, como destaca Correa (1993). Estes proprietários são, em sua maioria, os que possuem capital e terrenos para a produção industrial e a construção civil, servindo também como promotores imobiliários.

Esses mesmos agentes se apresentam também nos cargos públicos. Isso porque na Paraíba e em Campina Grande as elites estão diretamente ligadas ao poder político de bases coronelísticas. Esse fator faz com que o Estado seja gerido também por estes agentes e funcione não como mediador das desigualdades, mas sim como facilitador dos processos de especulação do capital sobre a cidade.

Os grupos hegemônicos que transformam o espaço da cidade acabam por produzir espaços de segregação sócio-espacial, uma vez que com a especulação do solo urbano criam uma cidade desigual. Atualmente estes agentes tem produzido em Campina Grande espaços auto-segregados, conforme Sposito (2013), com a construção de espaços residenciais fechados e separados do restante da cidade.

Por outro lado, os espaços segregados, de acordo com Correa (1993), são territórios precários surgidos a partir da atuação de grupos sociais excluídos. Esses espaços segregados produzem no espaço urbano territórios de resistência e re-existência em meios aos processos

de segregação que são frutos das atuações dos demais agentes produtores do espaço urbano e do Estado.

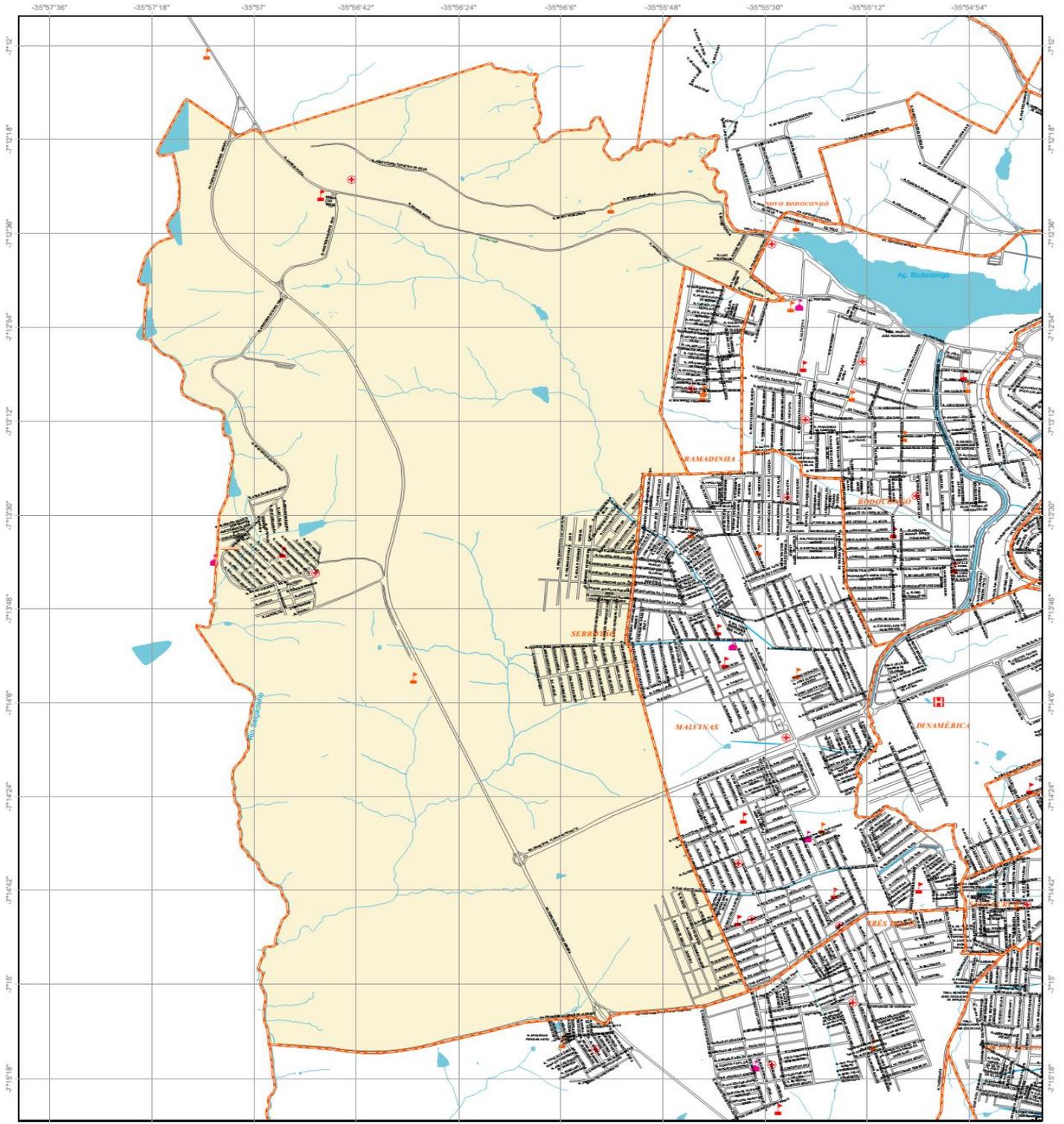
É a partir da contextualização de uma cidade fragmentada que surge nosso objeto de pesquisa. A comunidade do Mutirão nasce a partir da apropriação da terra, para o habitar, na cidade, em áreas “sem valor” imobiliário, marcada pelo processo de segregação e segmentação da cidade produzido pelo Estado.

Nesse espaço de precarização são produzidas territorializações, territorialidades e territórios como abrigo. Essa é uma situação presente nas ruas, nas casas, no trabalho no lixão e nos corpos dos sujeitos. É em meio a esta produção territorial que nos propomos a compreender a formação territorial do Mutirão do Serrotão.

1.3 ASPECTOS PRELIMINARES DE SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO

O Mutirão se localiza no Bairro do Serrotão, a sudoeste da cidade de Campina Grande, Paraíba, cerca de 8 km do centro e a oeste da BR-230, que liga o Sertão ao Litoral do Estado. A localização do Mutirão pode ser vista na Figura 1. O terreno onde foi construído apresenta uma declividade levemente acentuada. A comunidade do Mutirão apresenta pequenos corpos d'água em seu entorno. São em média 7.000 habitantes, segundo a Associação dos Moradores do Mutirão, sendo a faixa salarial média de um salário mínimo e com grande incidência de renda do programa Bolsa Família. Estima-se que haja na comunidade uma média de 998 casas.

FIGURA 1: Mapa do Bairro do Serrotão na cidade de Campina Grande/PB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

BAIRRO SERROTÃO



Sistema de Coordenadas Geográfica
 Datum: SAD 69
 Meridiano Central: - 33°

Fontes: PMCG - SEPLAN/2005

Criado no ArcGIS 9.2 usando ArcMap

Novembro 2013 Escala:1:20.000



Convenções

- Limite de Bairro
- Açude
- Canal
- Rio ou Riacho
- Via
- Linha Férrea
- Creche
- Escola Estadual
- Escola Municipal
- Universidade
- Hospital
- Unidade de Saúde



FONTE: Prefeitura Municipal de Campina Grande (2005).

Faz-se o uso do termo “comunidade” para nomear o Mutirão por tratar-se de uma auto-referência das pessoas que lá residem. Existe um impasse quanto à questão da nomenclatura do Mutirão. Este seria inicialmente um conjunto habitacional existente no bairro do Serrotão, conforme visto na Figura 1. O Mutirão não se apresenta como um bairro nos documentos legislativos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, embora tenha um mapeamento próprio em virtude de sua proporção territorial e da infra-estrutura presente no local. Em quase todas as falas dos moradores entrevistados no Mutirão é possível perceber que essa identificação não se adequa à área onde moram.

Tendo como ponto de partida a formação de um conjunto habitacional, os moradores ao se referirem ao Mutirão tratam-no como comunidade. Freire (2014), ao discutir o processo de constituição da comunidade do Mutirão, evidencia que os laços comunitários, no sentido sociológico discutidos por autores como Macliver e Page (1973), Wirth (1973) e Bauman (2003), estão presentes, sobretudo, em situação de extrema necessidade. Um exemplo disso foi o processo de enchente/inundação ocorrido no ano de 2011 que será discutido no próximo capítulo.

Inicialmente é preciso compreender o processo de formação do Mutirão enquanto conjunto habitacional. Questionando sobre a origem do “nome” dado a comunidade. S.G.S⁹, um dos primeiros moradores do Mutirão, disse em entrevista que:

Porque esse nome Mutirão? Né? Porque o Mutirão, era o seguinte, aqui era um bairro Serrotão, o bairro, Mutirão, nome do conjunto residencial que era Mutirão, muita gente coloca, bairro do Mutirão, não, Mutirão não é um bairro, bairro é Serrotão. Por quê? Quando o pessoal da FUNSAT chegou aqui, nós vamos fazer um conjunto de mutirão, quer dizer, todos fazem uma casa, um ajuda os outros, cada um vai fazer a sua casa, a casa de todo mundo junto, um mutirão, mutirão de gente pra fazer as casas, quando eles disseram isso, aí ficou o nome de mutirão, até hoje, ninguém tira mais não. Já tentaram, um vereador tentou tirar esse nome, mas não conseguiram, o nome Mutirão foi baseado num mutirão, Mutirão ficou. (S.G.S. morador(a) do Mutirão a 29 anos).

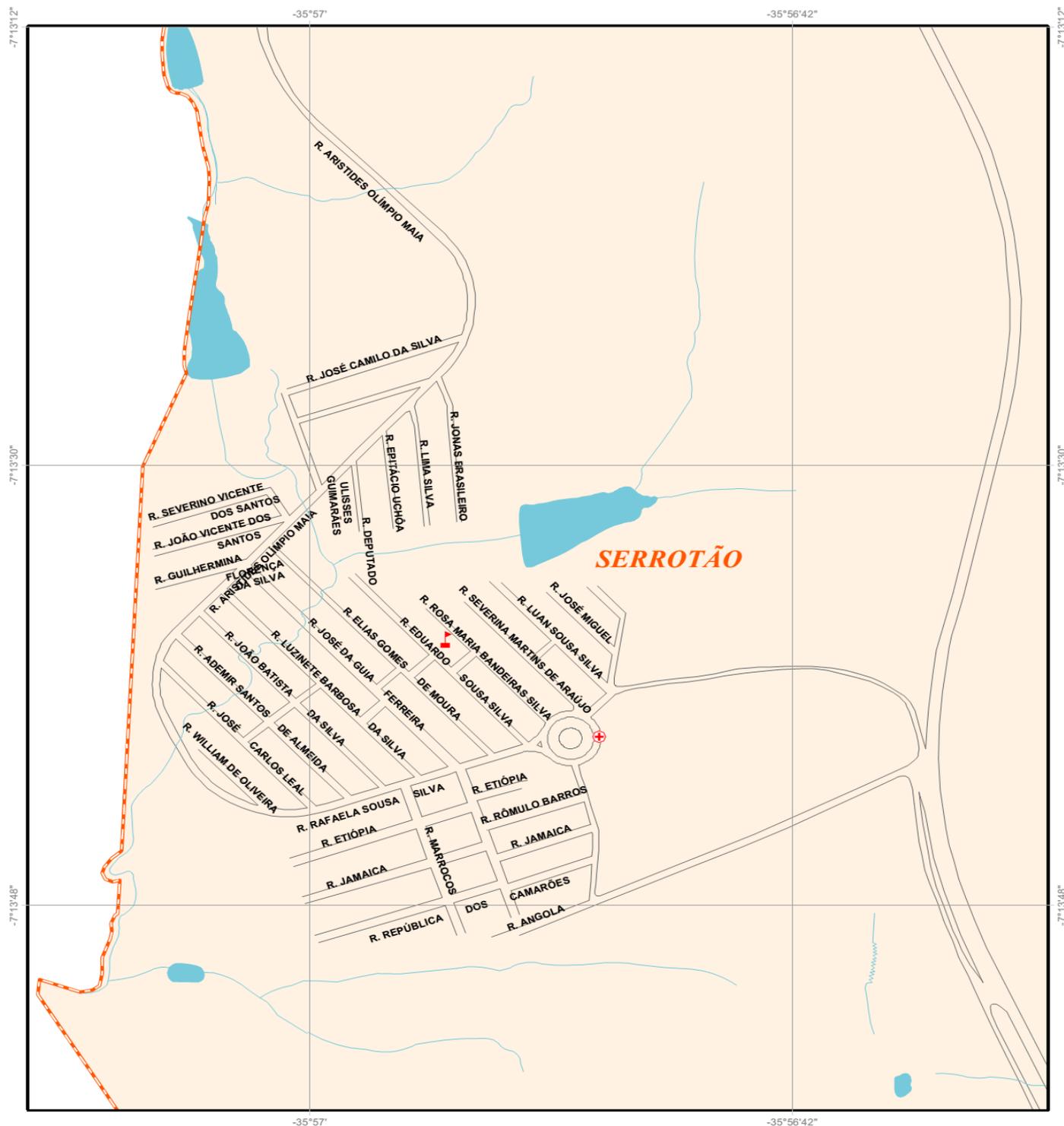
Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, “Mutirão” significa “auxílio gratuito que prestam uns aos outros os membros de uma determinada comunidade, reunindo-se todos em proveito ou de um de seus membros, ou de todos, como no caso, por exemplo, da implementação de obra(s) de infra-estrutura”. Essa definição elenca a perspectiva da coletividade, das relações comunitárias e da solidariedade que teve início com a construção do

⁹ Os nomes de todos os entrevistados e entrevistadas aparecerão no texto com letras iniciais como forma de preservar suas identidades. Porém, todos os documentos assinados com as autorizações de uso das falas encontram-se de posse da pesquisadora.

conjunto habitacional, mas também pode denotar a luta social dos moradores por melhores condições de vida.

Abaixo, a Figura 2, apresenta um mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, destaca o bairro do Serrotão e o que chamamos de comunidade do Mutirão. É possível perceber no mapa a grande extensão limítrofe do bairro apresentando um “vazio” urbano. Segundo Correa (1993), este “vazio” atende às necessidades dos agentes produtores do espaço urbano, uma vez que esta área tende a ser incorporada à especulação imobiliária, conforme o Plano Diretor Municipal de 2006. O afastamento da área mais densamente urbanizada denota também o processo de segregação espacial presente na comunidade.

FIGURA 2: Mapa do Mutirão do Bairro no Serrotão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

MUTIRÃO



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 69
 Meridiano Central: - 33°

Fontes: PMCG - SEPLAN/ 2005
 Criado no ArcGIS 9.2 usando ArcMap
 Junho 2012 Escala: 1:6.000

100 50 0 100 Metros



Convenções

	Limite de Bairro		Escola Estadual
	Açude		Escola Municipal
	Rio ou Riacho		Unidade de Saúde
	Via		
	Linha Férrea		



1:60.000

FONTE: Prefeitura Municipal de Campina Grande(2005)

O Mutirão foi construído pelo Programa Habitar Brasil, em Campina Grande em meados dos anos 1980, efetuado primeiramente através da Fundação Social de Apoio ao Trabalho (FUNSAT), e depois através da Fundação Ação Comunitária (FAC). Ele integrou um projeto vinculado ao Governo do Estado da Paraíba que incluía também a construção do Presídio Regional do Serrotão. A preparação do terreno em serviços de planejamento do solo, demarcação das áreas de construção de casas, possíveis redes de esgoto e pontos de energia elétrica foram gerenciados pela empresa Nordeste Odebrecht. É o que conta S.G.S¹⁰. ex-funcionário da empresa e primeiro morador do Mutirão. Ele trabalhava como fiscal de obras e vigilante do terreno e do material

Eu entrei aqui em 85 para serviço de terraplanagem fazer preparação do terreno, fazer loteamento é. Posteação da eletricidade, rede de esgoto que inclusive não foi usada nem está usando. De 85 a construtora era Nordeste Odebrecht que fez todo serviço, em 85, pegando o início de 86, aí entrou a FUNSAT que hoje é administrada pelo estado. Entrou aqui em Fevereiro. Na época veio o governador Wilson Braga, pra assinar a construção das casas e a construção do Presídio Regional ele vêi com a esposa dele Lúcia Braga e ela liberou a construção das casas em 86, fevereiro de 86. Aí as casa começo a construção. Um casa, que era as casa tudo casa solta e com umas porta boa, porta veneziana. Aí quando chegaram aqui engavetaram o projeto do Serrotão, engavetaram e pegaram o projeto de Guarabira e construíram aqui em Campina Grande, essas casas conjugadas¹¹, foi o que fizeram aqui em 86, 153 casa foi construída aqui, quando foi em outubro entregaram essas casas. Não terminada é incompleta as casa sem piso, sem porta, até sem telhado. (S.G.S. morador do Mutirão há 30 anos).¹²

O projeto inicial do Mutirão contava com a construção de cerca de 153 casas conjugadas. Além disso, foi especificada uma área destinada a loteamentos de casas para autoconstrução. Os moradores cadastrados no programa para recebimento das casas eram de origens diversas.

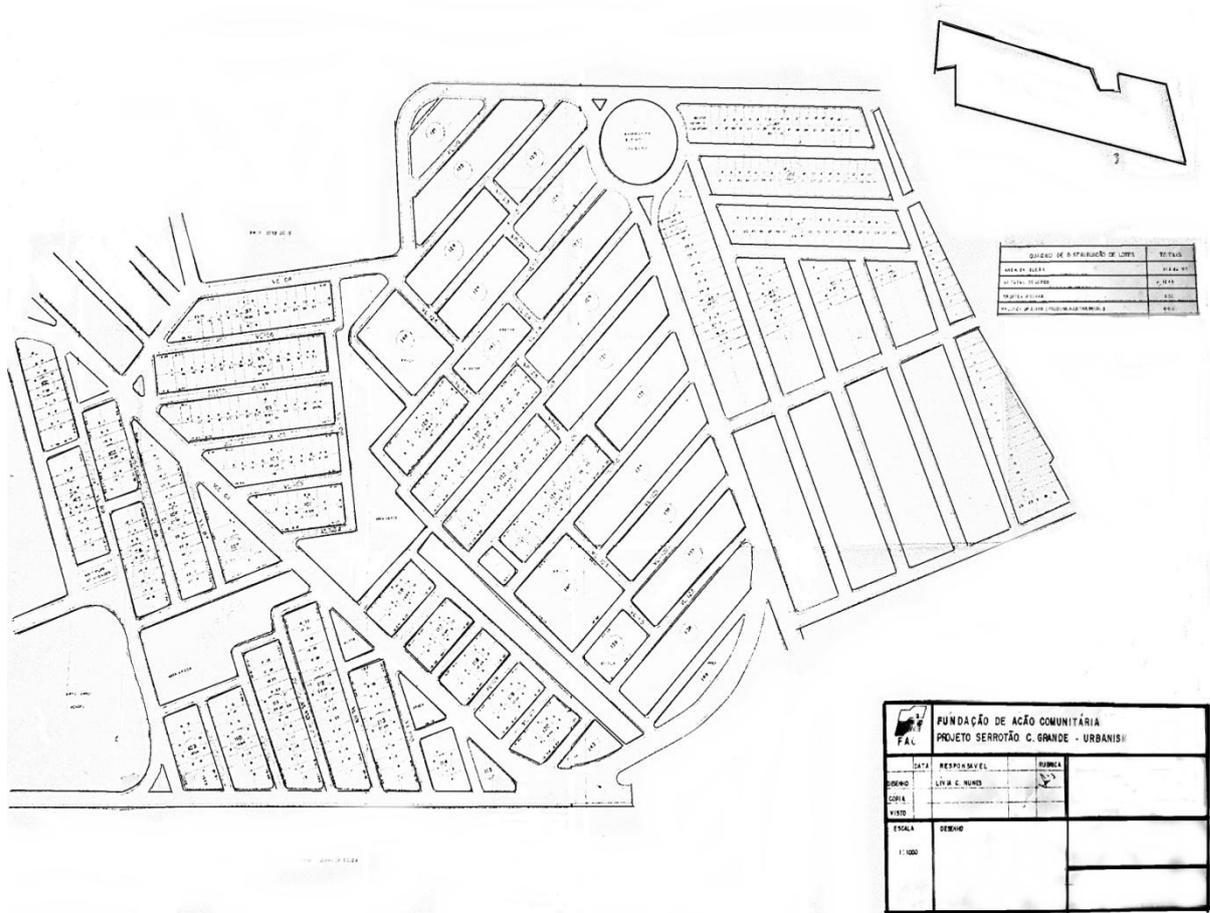
Segundo S.G.S, alguns moradores de bairros como José Pinheiro, um dos mais antigos da cidade de Campina Grande, foram encaminhados ao Mutirão. Além desses, pessoas que moravam de aluguel e migrantes de cidades circunvizinhas formaram o corpo de futuro moradores do Mutirão. A Figura 3 a seguir é uma reconstituição do mapa do Projeto Habitar Brasil com a construção do conjunto Mutirão do Serrotão.

¹⁰ O depoimento de G.S. está presente em outros de nossos trabalhos, como Freire (2014), por ser de suma importância para a compreensão do processo de formação do Mutirão.

¹¹ As casas conjugadas tem uma estrutura que comporta mais de uma família e são separadas geralmente por uma parede. Ver exemplo em fotografia em anexo.

¹² Esse trecho da entrevista também aparece em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2014, que se refere ao processo de constituição da comunidade do Mutirão.

FIGURA 3: Mapa do projeto de construção do conjunto habitacional de Mutirão da FAC em conjunto com o projeto Habitar Brasil.¹³



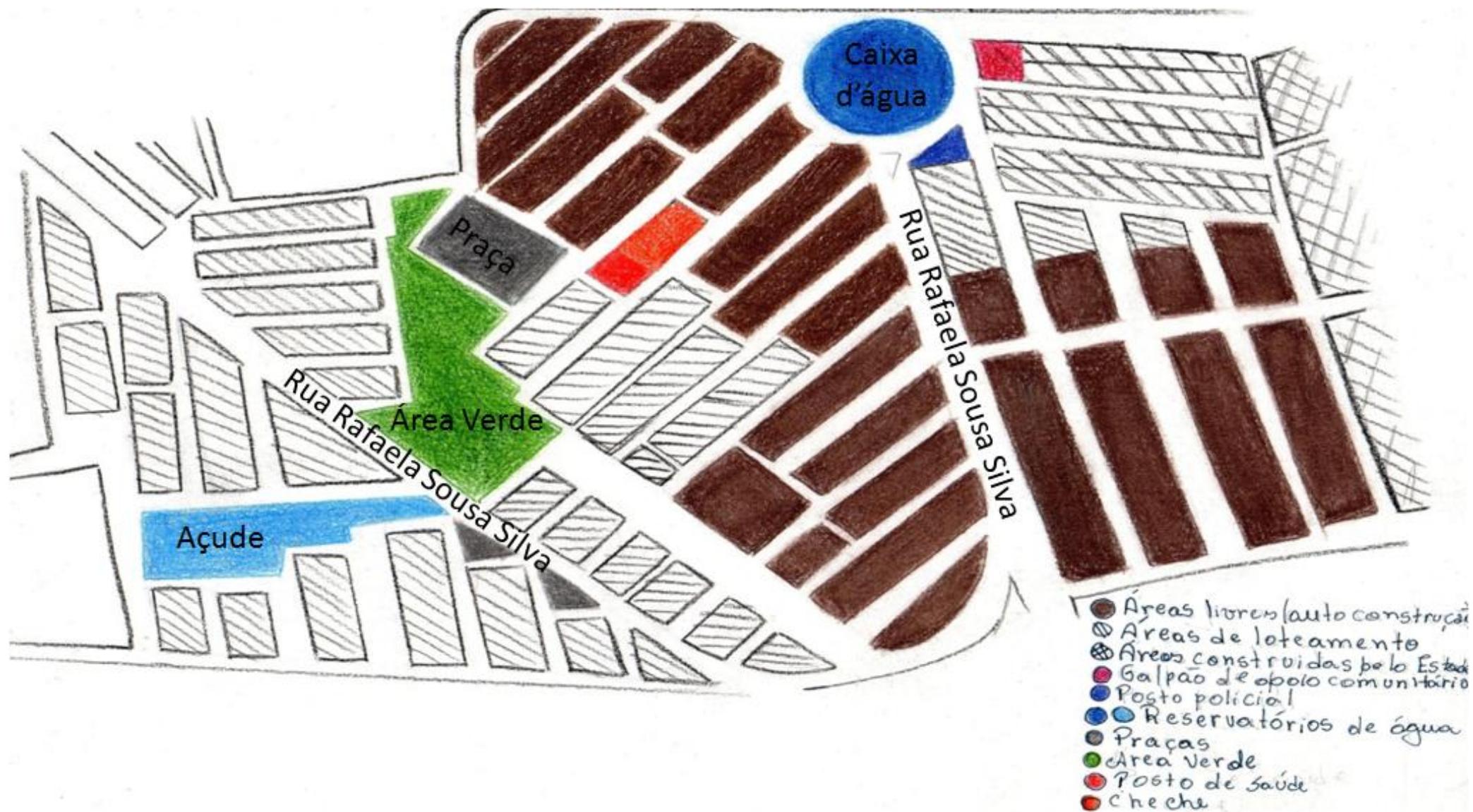
FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Fevereiro de 2015.¹⁴

Para melhor compreender a estrutura inicial do projeto de construção Mutirão optamos por efetuar um croqui que remonta ao projeto original a ser desenvolvido, conforme a Figura 4 a seguir. O croqui destaca a possibilidade de construção de creches, escolas, áreas verdes, praças, posto de saúde e posto policial, entre outros. A área total do projeto de construção era de 11.362 hectares. Com 1.245 lotes divididos em duas etapas de distribuição e construção, sendo a primeira com cerca de 555 casas e a segunda 690.

¹³ Apesar de tentarmos conseguir uma cópia do mapa do Projeto Original de Construção do Mutirão em tamanho real no entanto, não foi possível, em virtude do desativação do órgão que poderia fornecer tal documento..

¹⁴ A imagem da Figura 3, elaborada por Freire (2015), é uma reconstrução do mapa original feita a partir de fotografias.

FIGURA 4: Croqui do projeto inicial de construção do Mutirão.



FONTE: Elaboração FREIRE, Zenis (2015). Desenho de MENDES, Alex (2015).

O projeto de construção do Mutirão foi organizado da seguinte maneira: o Governo do Estado da Paraíba disponibilizava o material de construção e os moradores a mão-de-obra de trabalho. As obras foram iniciadas em 1985 com a preparação do terreno. A construção das casas iniciou no ano de 1986. No entanto, após as eleições daquele ano, e com a derrota do então candidato apoiado pelo governador Wilson Braga, o material de construção foi levado embora do local deixando as casas inacabadas. Conta o morador(a) S.G.S.:

Quem quisesse suas casas que cubrisse, suas casas que faltava cobrir colocasse as portas, paga pelos próprios moradores, porque num deu tempo por causa da própria política que na época Wilson Braga tinha que deixar o governo já em janeiro, pra entrar o governo que ganhasse, que ele esperava que era o do lado dele, Marconde Gadelha perde, então todo equipamento, é material elétrico e de banheiro que tinha aqui dentro pra colocar nas casas foi levado, a FUNSAT recolheu tudo. O dia da eleição foi 15 de Novembro, nesse tempo a eleição era 15 de novembro né? Ai quando veio o resultado da eleição nessa mesma semana, a FUNSAT retirou tudo quanto tinha dentro do seu escritório, dentro do seu almoxarifado, sai arrastando tudo e levou pra João Pessoa. (Relato de S.G.S. Morador do Mutirão há 29 anos, grifo nosso).

Devido a isso muitas pessoas passaram a ser contratadas para o término das obras do Presídio Regional do Serrotão. O valor pago por este trabalho garantiu a alguns dos moradores o término da construção de suas casas. Depois desse processo, o Mutirão foi “abandonado” pelo poder público sem serviços de água, transporte, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Além disto, a grande distância da comunidade em relação ao centro da cidade levou muitos moradores a trocarem suas casas por animais e móveis, entre outros itens, e retornaram aos seus bairros de origem. Poucos dos moradores que ficaram no Mutirão foram os cadastrados para o recebimento da primeira leva das casas. S. G. S afirma que:

Teve gente que trocou casa, trocou por sofá, outro trocou por gaiola de passarinho, trocava por qualquer coisa, não queriam era ficar aqui, por causa do transporte que não tinha, né. Porque pra ir pra rua, gente que gostava, gente que tinha comércio na rua, não dava pra eles, não dava, ai dava a casa por todo preço. Trocava a chave. Ai eu sei que hoje, a maior parte são tudo gente que vieram muito tempo depois, comprava as casas, outros saíam do Pedregal e vinham pra cá. Aqui tem muita gente nova, pessoas que tem, nova no modo de dizer né, do tempo que começou, quando o pessoal que veio pra cá. Tudo era gente que eu tava contando a história. Agente dando graças a Deus, dando graças a Deus porque saíram, a gente rezando, e graças a Deus hoje, se já tivesse entrado uma pessoa que se interessasse pelo Mutirão. Ai o Mutirão era outro, era calçada. As ruas é uma nojeira, vocês perceberam? Não precisa nem eu dizer, vocês perceberam a situação das ruas, imagina você vim aqui no dia de chuva, a gente tem até desgosto de sair de casa quando chove, porque é um Deus nos acuda é péssimo, péssimo mesmo, carro cheio aqui não desce, se descer não sobe. É muito péssimo, se tivesse calçada seria uma riqueza, se tivesse, tava no céu, mas falta muita coisa pra isso. (S. G. S morador(a) do mutirão há 29 anos).

Outro problema identificado, neste processo, foi a estrutura de construção das casas de modelo conjugado. A divisão de uma única parede entre duas casas deixa o ambiente extremamente apertado e sem nenhum tipo de privacidade entre as famílias. Esse fato foi mais um dos motivos que levou ao abandono por parte dos moradores.

No entanto, apesar do abandono de alguns, outros chegaram e passaram a ocupar as casas. Áreas loteadas também foram ocupadas posteriormente em virtude do déficit de moradia na cidade de Campina Grande. Os terrenos loteados para autoconstrução foram sendo ocupados especialmente a partir do momento em que os filhos dos primeiros moradores passaram a ocupar esses locais.

Fatores como a distância em relação à área central da cidade a precarização dos serviços e a proximidade com o presídio contribuíram para que o valor do solo urbano se mantivesse baixo, propiciando a pessoas menos abastadas a condição de construção de suas moradias no Mutirão. Contudo, os moradores da comunidade não se entregaram a apatia em meio à tamanha precarização.

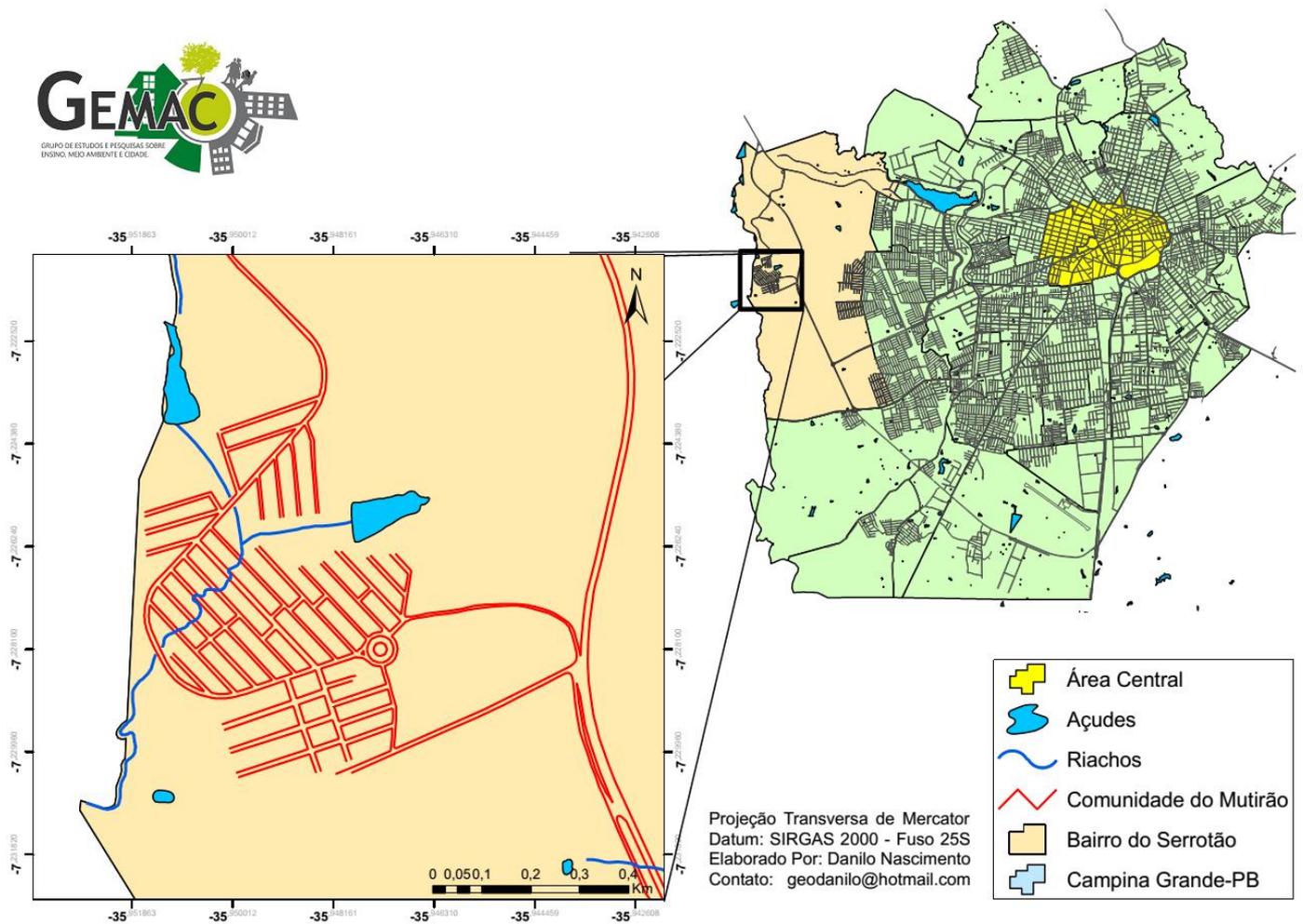
Através de reuniões e lutas sociais conseguiram alguns benéficos estruturais, dentre os quais o sistema de energia elétrica. Posteriormente, houve a construção da caixa d'água para abastecimento da comunidade, o que se evidencia até hoje e com o agravante de o fornecimento de água ser feito até o meio-dia.

Outras conquistas alcançadas foram a construção de duas Escolas, sendo uma Municipal e outra de Estadual, e de uma Unidade Básica de Saúde da Família, uma Creche, e a concessão de uma linha de transporte público coletivo para atender a todos os moradores da comunidade que precisam se deslocar até o centro da cidade. Sobre essas conquistas, D. F. T. M morador(a) do Mutirão há vinte anos relata que:

Quando eu cheguei não tinha escola estadual, não tinha creche, não tinha posto de saúde, aí tudo isso foi o nosso trabalho, o nosso esforço, participando do orçamento participativo e participando de reunião. Trazendo as autoridades, os governantes, essas pessoas que estavam na frente, Prefeitura e Estado, a gente fazia um ofício a gente foi conseguindo. Conseguimos primeiramente a caixa d'água, apesar de quando eu cheguei a caixa d'água já estava terminando, eu não tive tanta participação, aí a primeira conquista foi o colégio, que é esse daqui, nós estudamos aqui, que é o estadual. Depois, conversamos, nós conseguimos o posto de saúde, depois de uma creche, depois de uma escola municipal, aí daí o que nós arrumamos foi isso, mas ainda temos aí a pavimentação não tem, é tudo os esgotos corre aí a céu aberto, a gente ainda não conseguiu ainda, só temos promessas, já era pra ter feito, não fizeram ainda.

As lutas sociais por melhorias na infra-estrutura da comunidade não cessaram porque persiste a intensa precarização do território. A localização geográfica ainda é um problema por causa da distância da área central da cidade como pode ser visto na Figura 5. Esse fator é um agravante da situação da comunidade não só pelo seu “isolamento”, mas também pela defasagem do transporte coletivo que provoca dificuldades de acesso a serviços.

FIGURA 5: Mapa de localização do Mutirão em relação ao Centro da Cidade.

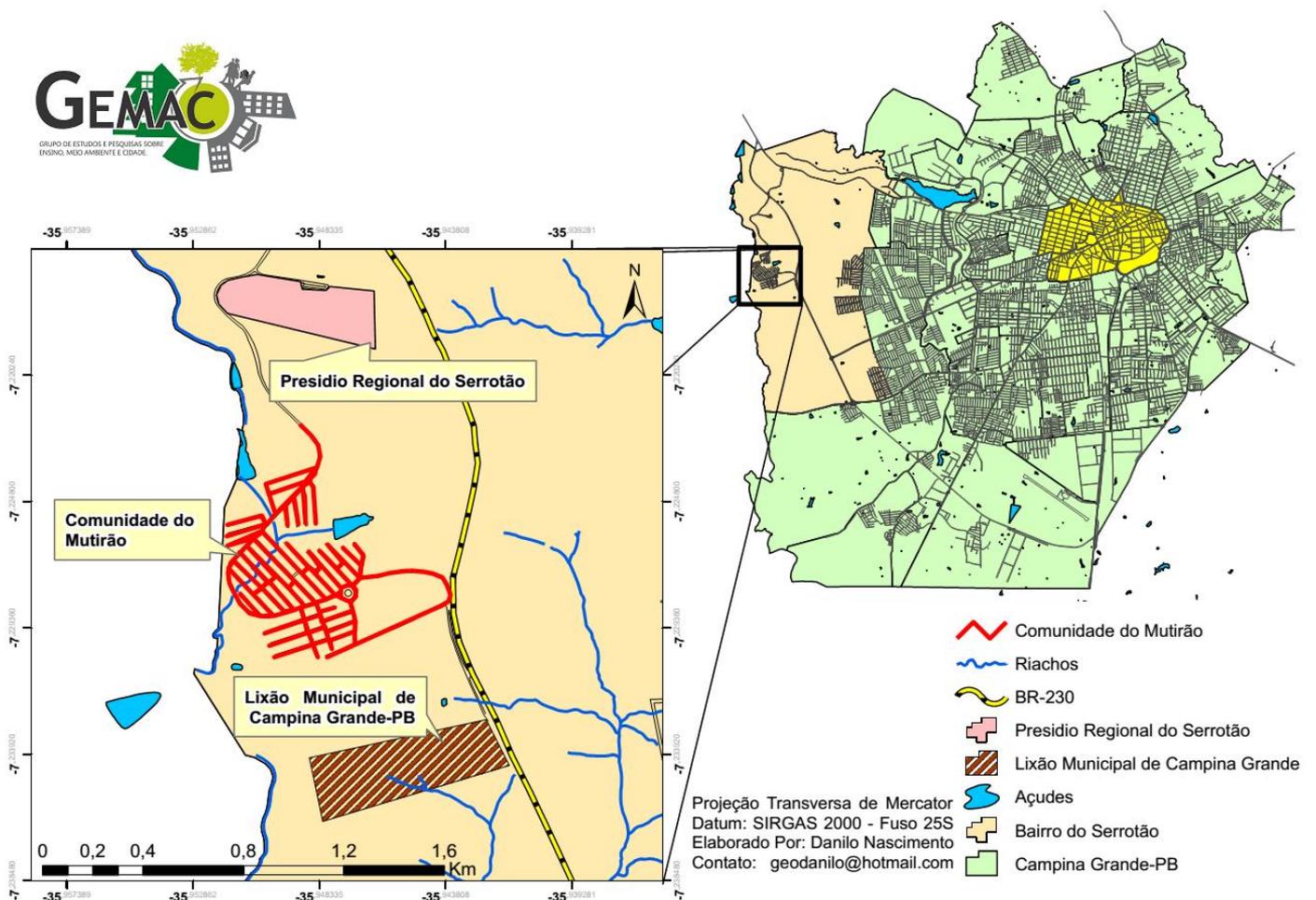


FONTE: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Meio Ambiente e Cidade (GEMAC)

Em 1995, o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, removeu o Lixão Municipal que se localizava próximo ao Distrito Industrial para uma área próxima ao Mutirão causando a revolta dos moradores da comunidade. S.G.S. diz que “é muito importante pra gente dizer e saber, já que o prefeito Cássio Cunha Lima, ele não podia colocar o Mutirão no lixo, ele colocou o lixo no Mutirão”.

Esse processo agravou os problemas sociais existentes na comunidade e acarretou disputas entre os “de dentro”, antigos moradores do Mutirão, e os “de fora”, antigos moradores do lixão, provocando o acirramento dos conflitos sociais. Essa situação contribuiu de forma significativa para o aumento da precarização do território do Mutirão porque os moradores da comunidade passam a ter estereótipos ligados à marginalização e criminalização. Isso se deve sobretudo em virtude da localização geográfica da comunidade do Mutirão, encontrada entre dois espaços símbolos da “exclusão”, o lixão e a prisão, conforme Figura 6 abaixo:

FIGURA 6: Localização da Comunidade do Mutirão entre o Presídio e o Lixão.



FONTE: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Meio Ambiente e Cidade (GEMAC)

Devido à sua localização, o Mutirão tornou-se um espaço de reclusão territorial Haesbaert (2014), levando a uma perda do controle territorial por parte dos sujeitos que ali residem. O adensamento do tráfico de entorpecentes e as rivalidades pelo domínio da área

provocaram formas de controle do/no território que são alimentadas pelo “toque de recolher” e pela sensação de aumento da violência.

Um dos problemas enfrentados na questão do emprego são os pontos de referências, da localização da moradia. Em busca de emprego, uma das moradoras entrevistadas fala da dificuldade de referenciar o Mutirão e como este fato afetou sua possibilidade de conseguir um emprego formal. D.A conta que:

Perto de uma praça, fulano de tal, ? Não, ou é do lixão ou é do Serrotão. Ai a gente é muito discriminado, muito! Muito, muito! Perdi muito, muitos empregos por causa disso, por causa da distância, né?”. Por que, se colocasse ônibus que viesse por aqui ? Como tava no planejamento, tudo. Mas não, esse ônibus, quando sobe a ladeira ali, quando sobe, ele volta. Para ali, ai vai esperar uma hora, uma hora e meia, por outro. Qual é o patrão que vai esperar? Nenhum! (Relato de D.A.P.A. moradora do Mutirão há sete anos).

Nesse contexto, na tentativa de sustento das famílias e com problemas no vínculo de emprego, muitas famílias passaram a trabalhar no lixão em condições muito precárias em busca do sustento da casa. Com o aumento do número de catadores no lixão, a prefeitura da cidade desenvolveu um projeto a partir do programa Pró-Saneamento. Este programa funcionaria através da implantação de Unidades Produtivas de Materiais Recicláveis para Redução dos Impactos Sociais e Ambientais do Lixo e contava com uma equipe multidisciplinar. Um dos objetivos da iniciativa era minimizar os impactos sociais e ambientais para os trabalhadores do lixão. Uma de suas realizações foi à construção de habitações destinadas aos catadores cadastrados no programa.

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN), construiu um conjunto habitacional no Mutirão com objetivo de abrigar os moradores do lixão, mas algumas destas casas também foram destinadas a pessoas residentes em “áreas de risco” de outros bairros da cidade.

Muitas das casas destinadas aos catadores foram abandonadas com o fechamento do Lixão, em 2012. Muitos moradores migraram para as proximidades do aterro sanitário, localizado na cidade de Puxinanã município para onde está indo o lixo produzido em Campina Grande atualmente. É nesse contexto que as casas foram sendo ocupadas por pessoas advindas de outros espaços em busca de moradia.

O assunto referente ao tráfico de drogas na área é percebido de maneira um tanto quanto sombria e está incutido nos dizeres de alguns moradores que tem no silêncio sua maior forma de expressão do medo da violência. O descaso é intensificado com a precarização do território e a ausência da atuação do Estado.

É nesse contexto que as relações de poder estão profundamente materializadas e circunscritas na comunidade do Mutirão. Nos corpos do silêncio e na violência diária e sombria a que estão expostos aqueles que resistem na comunidade. Uns resistem por não terem escolhas, outros enfrentam a situação porque sonham que tudo um dia pode ser diferente.¹⁵

O território, nesse contexto, aparece de forma a ser discutido no sentido de precarização e reclusão territorial, conforme Haesbaert (2014). O território foi se fechando simbolicamente com os muros da segregação e dos estereótipos de modo que os moradores precisam negar seus endereços para que possam conseguir um emprego.

A ausência do Estado e de políticas públicas que visam a melhoria das condições da comunidade, sobretudo, em aspectos relacionados a lazer, educação e saúde são alguns dos processos que ajudam a re-afirmar uma política de precarização do território baseado na insegurança e no aprofundamento dos mais diversos tipos de violência.

A perspectiva “excludente” de uma área direcionada pelo Estado para ocupação se concretiza quando esse mesmo Estado aloca um presídio e um lixão para o mesmo espaço da comunidade, deixando a população da área à mercê de um poder paralelo, conforme Souza (1995).

Esse processo de precarização mantido pelo Estado tem sido útil para manutenção sucessiva de governantes nos cargos públicos, seja na esfera municipal ou estadual. Esse movimento da produção do espaço coloca dois binômios para reflexão, o da relação ordenamento/precarização territorial e o da dinâmica exclusão/inclusão.

Camargo (2009) apresenta reflexões a respeito do “projeto” de ordenamento territorial produzido a partir de discursos de desenvolvimento e crescimento. Nesses discursos são construídas políticas que buscam organizar, pôr “ordem” no território. No entanto, de acordo com o autor, para que esse discurso seja validado é necessário pensar na “desordem”.

Este processo dinâmico e dialético de ordem/desordem fomenta produções de espaços que devem ser ordenados e produzidos para o desenvolvimento e o “progresso”. Porém, esses mesmos espaços são depredados pela ausência do Estado. Essa “ausência” também funciona como uma forma de manutenção das estratégias de poder do Estado, resultando, em contrapartida, em territórios precários. Este processo, por sua vez, gera outra relação, a do par dialético da inclusão/exclusão. Para Martins (2007), essa dinâmica não estaria direcionada a uma exclusão, pois:

¹⁵Percepções de pesquisa a partir das observações de campo e anotadas nos diários de campo.

Rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e economicamente excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicadora e sua reivindicação corrosiva. Estas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam.(MARTINS, 2007, p.14).

O autor destaca que, ao invés de exclusão, teríamos uma inclusão de forma precária desses sujeitos sociais. No Mutirão, existe uma inclusão de certos aparelhos do Estado como escolas, postos de saúde, unidades de polícia, acesso à moradia e transporte. Porém, esses serviços são colocados na comunidade de forma precária, fragilizada e sem qualidade.

Essa forma de “inclusão precária” destacada por Martins (2007) constitui-se em uma atitude ilusória que faz parecer que os sujeitos estão tendo “benefícios” estruturais e sociais em seus espaços. No entanto, esses “benefícios” são introduzidos da forma precarizada, impossibilitando, por exemplo, a mobilidade e o acesso à saúde e educação de qualidade. Essa situação é geradora da manutenção dos processos de desigualdade.

Para compreender esse movimento é necessário entender as relações de poder presentes neste espaço. O poder não é naturalizado nem tampouco passivo, mas imbricado de resistências, disputas e tensões no movimento da relação espaço-temporal. É nesse processo que, ainda que de forma precária, ocorre a apropriação do espaço pelos sujeitos e a produção do território que resulta deste conjunto de disputas coletivas e/ou individuais. Assim, é preciso analisar como toda essa multiplicidade pode nos fazer pensar o Mutirão como um território produtor de diversas territorialidades.

É necessário entender como o território visto inicialmente pelos agentes produtores do espaço urbano como recurso, segundo Santos (2000), pode ser apropriado por determinados grupos sociais para se tornar abrigo de sujeitos inclusos de forma precária no espaço da cidade através de lutas por melhoria das condições básicas para a re-produção da vida em seus territórios.

1.4 O MUTIRÃO COMO PRODUÇÃO TERRITORIAL: DO “TERRITÓRIO COMO RECURSO” AO “TERRITÓRIO COMO ABRIGO”

Só foi possível pensar o Mutirão enquanto território por dois aspectos: a perspectiva relacional do poder trazida por Raffestin (1993) e a perspectiva integradora de análise de Haesbaert (2004). Isso porque perceber as relações de poder existentes no espaço a partir da apropriação, como acontece com a formação do Mutirão, é de fundamental importância como os aspectos políticos-econômicos-culturais-ambientais, conforme destaca Saquet (2007; 2009). O fator ambiental também deve ser incluído nos elementos do território. O movimento de produção do território engloba todos esses elementos de maneira conjunta e interdependente.

No contexto do Mutirão, que apresenta uma forte precarização social em virtude dos processos já discutidos anteriormente, os problemas econômicos atrelados ao baixo poder aquisitivo da população propiciou uma dependência político partidária. A comunidade tornou-se, assim, um ponto importante para acumulação de votos em períodos eleitorais (FREIRE, 2014). Essa interdependência provoca a formação de “alianças políticas”¹⁶ que deságuam em promessas, obras estruturais mal terminadas e falta de infra-estrutura para os moradores.

Esses fatores são agravados quando ocorrem alianças entre representantes da Associação de Moradores do Mutirão e candidatos eleitos para a Câmara de Vereadores da cidade enfraquecendo a luta política coletiva, uma vez que no lugar da busca por melhorias para a comunidade se estabelecem conflitos que re-afirmam as políticas de precarização do Mutirão

Os efeitos culturais e simbólicos estão relacionados às formas de vida e aos valores construídos na comunidade e voltados ao conhecer e ao relacionar, o que difere da vivência em outras localizações do bairro do Serrotão e de toda a cidade de Campina Grande. As relações de conflito estão presentes, mas o conhecimento dos vizinhos, a vida nas ruas alimentadas pelas brincadeiras de criança, conforme mostra a Figura 7, pelas conversas nas calçadas e o conhecer o outro revelam um dia-a-dia de relações sociais intensas que se perdem nas cidades de hoje.

¹⁶ O estado da Paraíba, assim outros estados do Nordeste brasileiro, ainda vive sob forte influência da política coronelista, com alianças político-partidárias que estão relacionadas a disputas familiares por terra. Essas influências políticas ainda estão presentes na Paraíba e se apresentam fortemente em Campina Grande. Tais disputas familiares e coronelísticas ainda perpetuam nas eleições municipais e estaduais.

FIGURA 7: Crianças brincando nas ruas no Mutirão em meio aos problemas de Saneamento.



FONTE: Registro fotográfico cedido por L. B. (Moradora do Mutirão).

O ambiente do Mutirão, no tocante às formas geomorfológicas, é cercado por pequenos corpos d'água que permitem que alguns moradores sobrevivam do cultivo de hortaliças e da criação de porcos, cavalos e gado¹⁷. Na comunidade as ruas não são calçadas e não possuem saneamento básico. O esgoto corre a céu aberto pelas ruas. Os deslocamentos são feitos por caminhos com pontes improvisadas.

A dimensão das discussões sobre o ambiente toma grandes proporções a partir de meados da década de 1980. A preocupação mundial com o efeito estufa, aquecimento global e mudança climática, por exemplo, tomou o centro da discussão mundial sobre o ambiente nesse período. Esses fatores estão relacionados a uma perspectiva política e econômica em um movimento de expansão do capital, conforme Moraes (2000).

Rodrigues (2013) atenta para os modos de comercialização e venda do “verde” impulsionadas pelo capital. Essa “venda do ambiente” e da “natureza” representada pelo “verde” e pelos discursos de desenvolvimento sustentável colocam a temática em debate, o que deve se tornar cada vez mais intenso. Levando em consideração a dimensão política e estratégica destes discursos.

¹⁷ Percebemos no Mutirão a inter-relação do rural e urbano, o “rurbano”. Urbano e rural são entrelaçados em uma perspectiva de continuum, como elencam os trabalhos de Rosa (2010).

Suertegaray (2005, p.57) define o ambiente no olhar da Geografia com o homem incluído “não como um ser naturalizado, mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais”. O ambiente, nesse sentido, é entendido a partir das tensões. E se incorpora ao debate sobre território a partir das relações de poder materializadas na apropriação da natureza através de um discurso de “desenvolvimento”. Lima (2008) destaca esta dimensão do ambiente está ligada à política e às formas de produção do território.

Essa produção é estabelecida pela dimensão econômica e cultural, onde todos esses elementos integrados formam as bases de relações e a constituição dos territórios. Nesse contexto é essencial, conforme Santos (2000, p.108), pensar a ideia de território como recurso. Para o autor, o território como recurso é um território usado para a garantia de interesses particulares, sendo utilizados, em sua maioria, pelos grupos hegemônicos. Raffestin (1993, p. 225) define o recurso como sendo referente “a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também”.

Para Raffestin (1993), o recurso existe como uma relação a partir de um fim estabelecido de uso que é mutável de acordo com interesses a que se dispõe. Já para Santos (2000) esses recursos estão destinados ao uso do território e à serviço de grupos hegemônicos.

Essa situação é perceptível em toda a Campina Grande e no Mutirão não é diferente. Aqui, o solo é visto como um recurso que atende aos interesses particulares de grupos hegemônicos ligados a agentes produtores do espaço urbano e que levam até essas áreas a construção de conjuntos habitacionais populares através de políticas de ordenamento e desenvolvimento do território.

Essas produções, no entanto, apresentam outro viés dentro desse contexto de precarização e abandono ocasionando a produção de um território como abrigo que, conforme Santos (2000, p.108), são apropriados por grupos hegemônicos “que buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantem sua sobrevivência nos lugares”. Assim, o Mutirão acaba por se configurar como um território como abrigo para os seus moradores por receber todas as pessoas que de alguma forma foram “excluídas” de outros espaços da cidade.

É nesse sentido que os limites estabelecidos por fronteiras jurídicas-políticas (HAESBAERT 2004) e as análises territoriais investidas de território nacional limitam a possibilidade de pensar o território em sentido amplo, o que em nossa perspectiva é de extrema importância para pensar o território a partir das relações de poder. Perceber essas

relações está para além do território como um recurso; é pensar um território apropriado por sujeitos que querem sobreviver.

Essas formas de produção do território são pensadas como abrigo e este deve ser entendido também a partir do ambiente, onde essas relações se manifestam. Isso corresponde a ir além do pensamento de ambiente e natureza como sinônimos ou ainda pensar um ambiente antagônico ao homem, ou uma natureza contemplativa e “natural”. Pensar esses elementos é pensar inter-relações, tensões, conflitos, resistências e re-existências.

Em Freire (2014) pensamos a formação do Mutirão como um território-zona. Porém em uma perspectiva material proposta por Haesbaert (2004) essa dimensão do território também é imaterial, conforme destaca Souza (2009) ao pensar as perspectivas simbólicas colocadas pela territorialidade.

Este território pensado como abrigo produz territorialidades que, como aponta Sack (2013, p. 76), “é a tentativa de por indivíduo, ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Para Sack (2013, p.80), três relações estão contidas na definição de territorialidade. A primeira diz respeito a uma forma de classificação por área onde entram as relações de permissão ao “seu” e “do outro” enquanto a segunda é uma forma de comunicação que sinaliza marcos e limites dos territórios. Já a terceira é uma tentativa de controle sobre uma área delimitada e apropriada por determinados sujeitos.

A dimensão da territorialidade presente no Mutirão permite a compreensão deste território como um abrigo, uma área delimitada materialmente, que apresenta marcos de controle pelas relações de poder estabelecidas pelos sujeitos que compõem a comunidade ou pelos “de fora” que estabelecem relações de certa aversão ao local.

A partir do esforço de reflexões sobre a conceituação de território e territorialidade, e da tentativa de compreensão dessas discussões, no espaço da cidade através da segregação e fragmentação, essas reflexões, embora teóricas, podem ser observadas no Mutirão desde seu processo de formação, uma vez que os processos de segregação e fragmentação na cidade geraram diversas produções territoriais precárias.

O território é um conceito imbricado de derivações que permeiam seu movimento de constituição. Essas derivações são a territorialização, manifestada na ação de apropriação do espaço, a des-territorialização e a re-territorialização.

Neste momento, passamos nosso enfoque ao tratar da des-territorialização na comunidade do Mutirão utilizando principalmente os jogos de escala, especialmente os da

escalas como o território/abrigo (casa) e a do corpo também diretamente impactada neste movimento.

Em meio à construção e apropriação dos espaços, encontram-se na constituição do movimento espaço-temporal as áreas consideradas de risco e perigo, assim como as de vulnerabilidades que são produzidas cotidianamente na cidade, sobretudo em espaços de precarização territorial. Esses espaços estão presentes no sítio urbano que obedece a formação da Terra em sua superfície geológica e geomorfológica onde ocorrem fenômenos naturais como chuva, tufões e terremotos, entre outros.

Atualmente esses processos têm sido muito preocupantes, uma vez que cada vez mais pessoas são afetadas por eles, a exemplo da comunidade do Mutirão, atingida por uma enchente/inundação em julho de 2011 que resultou na destruição de parte da comunidade, sendo atingidas em seus territórios/abrigos, as casas. A esse processo sucedeu uma ruptura territorial que nesta pesquisa é pensada como des-territorialização que, por conseguinte, se reconfigura em processos de re-territorialização, como veremos em capítulo seguinte.

Capítulo 2

DES-TERRITORIALIZAÇÃO E DESASTRES ‘NATURAIS’: ENTRE ABORDAGENS CONCEITUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA

Neste capítulo nosso objetivo é fazer algumas reflexões em torno das discussões referentes à des-territorialização, suas principais implicações conceituais e as reflexões no âmbito da Geografia a partir do diálogo com discussões sobre desastres “naturais”, percebendo como esses processos estão imbricados e quais são as suas possibilidades de análise.

Juntam-se à constelação de conceitos da Geografia apontados por Haesbaert (2014) definições de áreas do conhecimento que também fazem parte da análise. Alguns destes conceitos como risco, perigo, vulnerabilidade e desastres “naturais”, entre outros, são utilizados para uma atuação técnica por parte do Estado que os utiliza para pensar formas de planejamento e gestão urbana.

Esses “termos” são construções sócio-culturais delimitadas em um espaço e tempo determinados. No entanto, essas palavras, que comumente tem aparecido nos vocabulários científicos e midiáticos, parecem naturalizar os problemas cotidianos enfrentados nas cidades brasileiras. Nesse sentido, o pensamento de Marcelo Lopes de Souza, em artigo no livro *A Produção do Espaço Urbano* (2013), alerta para os problemas e equívocos de realizar uma pesquisa como “sobrevoo”. Essa metáfora usada pelo autor confere um alerta às formas de análise sobre as “palavras” (conceitos) que dizem as “coisas”. Palavras que conferem sentido, relativizam problemas sociais e os camuflam, mas também evidenciam discursos contraditórios e construção estereótipos.

Souza (2009) fala sobre a necessidade de compreensão das realidades cotidiana em escalas e territórios “micro” para um entendimento mais aprofundado e menos superficial da análise espacial. Sendo assim, o sobrevoo nos parece uma relação escalar que propõe ângulos de análises diferentes que devem ser intercaladas para uma ampliação do olhar sobre a pesquisa. É nesse movimento que procuramos sair da visão de sobrevoo e fazer uma análise sobre os conceitos e “palavras” usadas no referencial técnico e teórico da pesquisa para entender a análise espacial e as dinâmicas territoriais no Mutirão em meio ao desastre “natural” vivenciado pelos sujeitos dessa comunidade.

A divisão deste capítulo está composta pela análise das discussões sobre a construção e uso de termos como risco, perigo e vulnerabilidade e seus usos na literatura, bem como suas aplicabilidades no campo de pesquisa. Em seguida, buscar-se-á inter-relacionar ao desastre “natural” ocorrido no Mutirão as dinâmicas de des-territorialização provocadas por esse evento.

2.1. ENTRE RISCOS, PERIGOS E VULNERABILIDADES: O CONTEXTO DO MUTIRÃO

2.1.1 Risco, perigo e vulnerabilidade: reflexões teórico-conceituais

Risco, perigo e vulnerabilidade são termos importantes e têm ganhado muita visibilidade nas discussões contemporâneas nos diversos campos do conhecimento. São termos bastante recorrentes no contexto dos estudos sobre as cidades, sendo abordados em múltiplas escalas de análise. Dessa maneira, pode-se falar hoje em riscos, perigos e vulnerabilidades sociais, ambientais, econômicos e culturais.

No entanto, apesar desses termos aparecerem atrelados e por vezes funcionarem como sinônimos, não o são necessariamente, embora as discussões em seu entorno estejam intimamente relacionadas.

Alguns fatores são importantes de ressaltar, dentre os quais se destacam as dimensões duais da inclusão/exclusão, certezas/incertezas, previsibilidade/imprevisibilidade. Mas o que isso tem a ver com risco, perigo e vulnerabilidade? Essa é uma questão necessária, uma vez que estes pares dialéticos estão imbricados nas situações acima citadas.

A Geografia tem timidamente se apropriado dessa discussão como pôde ser visto na revisão de literatura efetuada ao longo desta pesquisa. Uma parte das discussões de uma geografia dita “física” tem dialogado com as ciências da natureza em relação ao debate sobre desastres “naturais”. No entanto, na geografia dita “humana” trabalhos com esse tipo de abordagem tem tido ainda pouca expressão. Não queremos, contudo, reforçar estigmas, dualidades ou rompimentos, mas, sim, perceber que o caráter social tem ainda muito a oferecer a este debate.

Essa é uma abordagem necessária porque as questões ambientais como desastres “naturais”, risco, perigo e vulnerabilidade se materializam no espaço a partir da relação estabelecida pelos sistemas de objetos e os sistemas de ações, segundo Santos (2012). Esses processos são importantes, pois também fazem emergir outros olhares sobre o debate em torno da relação homem e natureza.

Entender os debates sobre risco, perigo e vulnerabilidade no contexto da cidade é uma ponte para analisar outros olhares sobre este debate epistemológico da Geografia. Isso porque a cidade parece materializar a relação do homem com a natureza de forma complexa. Por esse motivo se faz importante refletir a cidade como um híbrido entre sociedade e natureza, conforme propõe Swyngedouw (2009):

A cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e funcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos antissocial ou antinatural; a cidade é ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos; essa “coisa” híbrida sócio-natural chamada cidade é “cheia” de contradições, tensões e conflitos. (SWYNGEDOUW, 2009, p.100).

É pensando este constructo híbrido entre sociedade e natureza, presente em discussões de autores como Moreira (2008; 2011), que ocorre a análise efetuada nesta pesquisa. Busca-se compreender as inter-relações entre homem e natureza, permeadas nas cidades de hoje pelos discursos de riscos, perigos e “ameaças” e intercalando elementos como as dinâmicas de inclusão/exclusão, incertezas/certezas e previsibilidade/imprevisibilidade. A partir desse contexto iniciamos algumas reflexões referentes aos riscos.

O termo risco é polissêmico e se aplica a diversas interpretações e usos nos diversos campos de conhecimento, podendo-se falar de riscos sociais, ambientais, econômicos e políticos, por exemplo. O sociólogo britânico Anthony Giddens, na obra *As consequências da modernidade*, de 1991, escreve em um contexto onde passam a emergir discussões e questionamentos sobre os modos de vida.

Resquícios das guerras e da bipolaridade mundial, a emergência do processo de globalização, a efervescência das redes, grandes invenções tecnológicas e o surgimento de uma preocupação ambiental, e dos discursos sobre sustentabilidade. Esses são alguns dos fatores que permearam o período da escrita da Giddens (1991). A partir daí o autor passa, portanto, a fazer reflexões sobre o contexto da modernidade e o seu lado “sombrio”: os movimentos de globalização e as formas de instabilidade que surgiam na divisão de trabalho.

É nesse contexto que se passa a discutir as questões relacionadas ao risco. Nosso enfoque, no entanto, será no que concerne aos discursos associados aos “riscos ambientais”. Para Giddens (1991, p. 129), a “natureza socializada” se refere ao caráter alterado da relação entre seres humanos e o ambiente físico”. Estes riscos estão ligados a danos a natureza, sobretudo com a poluição, efeito estufa e camada de ozônio, dentre outros. Esses processos resultam em instabilidades e incertezas que perpassam toda a vida cotidiana.

Os elementos destacados por Giddens (1991) estão presentes no período atual, em especial no espaço das cidades. Para Veyret (2007, p.28), “em certos discursos emanam dos ecologistas que denunciam o caráter artificial, construído, da cidade e sua ruptura com a “mãe” natureza [...] A cidade é um espaço particular no qual se inscrevem catástrofes.” O espaço da cidade tem sido “palco” dos diversos tipos de problemas relacionados a fatores de

risco socioambientais que estão mais evidentes e se inter-relacionam com diversos fatores, dentre os quais: os problemas com habitação, acesso a saúde e educação de qualidade, emprego, inexistência de serviços de transporte público coletivo de qualidade e acesso a lazer e arte.

A geógrafa francesa Yvette Veyret (2007) tem dedicado suas pesquisas a discussão do risco sob o olhar da Geografia. A partir de suas discussões, destacamos duas afirmações importantes. A primeira está ligada à construção do risco a partir da relação do tempo e do espaço, enquanto a segunda diz respeito à ligação do risco com a sua percepção. Sendo assim, o risco existe a partir da percepção dos sujeitos e/ou grupos sociais, pois, para a autora:

O risco, objeto social define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio das representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal. (VEYRET, 2007, p.11).

Segundo a autora, o risco existe a partir da percepção do perigo. Como é construído espaço-temporalmente, o risco e o perigo estão na memória dos sujeitos que vão passando suas percepções para outrem. Como vão sendo (re)significadas ao longo do tempo, essas percepções vão recriando outras representações dos riscos e dos perigos possíveis. Marandola Jr. (2008), em sua tese “*Habitar em Risco na Metrópole*”, utiliza-se da corrente filosófica fenomenológica atrelado aos estudos de Geografia Humanista para fazer uma reflexão interessante sobre risco e perigo como fenômenos:

Dizer que eles são fenômenos implica, portanto, entendê-los em sua inteireza tal como aparecem à consciência. Significa também que há uma essência geral que liga os riscos e perigos, por mais diferentes que possam parecer ou por mais que as diferentes ciências, de seus pontos de vista específicos, possam fazer supor. [...] riscos e perigos possuem uma dimensão material podendo ser localizados num plano de coordenadas, apresentando manifestações físicas que interfere numa dada organização espacial. Possuem também a dimensão sociocultural, que lhes atribui significado e valor ao mesmo tempo em que lhes dá existência. Embora acontecimentos distintos riscos e perigos são um único fenômeno. O risco é um acontecimento em potência, [...] o perigo é componente do mesmo fenômeno porque não existe risco sem perigo nem perigo sem risco, sem haver prevalência de um sobre o outro. (MARANDOLA JR, 2008, p. 78).

Para o autor, risco-perigo são faces de uma mesma experiência, devendo, nesse sentido serem usadas conjuntamente. Essa relação não somente diz respeito aos riscos-perigos

enfrentados cotidianamente, mas também compreende fenômenos históricos e geográficos presentes na modernidade.

Assim, percebe-se que o que perpassa as discussões de Giddens (1991), Veyret (2007) e Marandola Jr (2008) com relação ao risco são as construções sociais estabelecidas em espaços e tempo se a indissociabilidade entre risco e perigo. Veyret (2007) e Marandola Jr (2008), apesar de terem vertentes teóricas diferenciadas, chegam à conclusão da inseparabilidade de pensar o risco e perigo.

Carvalho (2011) afirma que existe uma imprecisão conceitual entre os termos riscos e perigos. Na língua inglesa esses termos correspondem respectivamente a “risk” e “hazard”. O “hazard” (perigo) é “fenômeno natural que induzido provoque danos” (CARVALHO, 2011, p. 16). Já os riscos estariam relacionados ao “grau de danos e/ou prejuízos que seria causado em virtude de um perigo” (CARVALHO, 2011, p. 16). Dessa maneira, por exemplo, de acordo com o autor, a enchente seria o perigo e os prejuízos causados por ela, o risco.

Em Henri Ascelrad e Cecília Melo (2002) a discussão sobre risco é dada a partir da justiça ambiental por compreender que a produção de áreas de risco surge em função de uma desigualdade ambiental. O autor ainda faz referência à ideia de “Sociedade de risco” discutida por Ulrich Beck. Para Ascelrad e Melo (2002):

A Sociedade de Risco teria surgido, segundo Beck, no momento em que os riscos se desconectam dos fundamentos da “calculabilidade” do seguro, elementos típicos das sociedades industriais do século XIX. Nesta perspectiva, a crise ecológica contemporânea decorreria do fracasso das instituições responsáveis pelo controle e pela segurança, que sancionam, na prática, a normalização legal de riscos incontroláveis. (ACSELRAD; MELO, 2002, p.294).

A lógica da sociedade de risco enunciada também por Giddens (1991) entrelaça as perspectivas de sociedade de instabilidades e até de in-certezas. Ascelrad (2002), ao analisar a obra de Ulrich Beck, pontua que o elemento da não “calculabilidade” deu a possibilidade de pensar o risco de refletir sobre a “fraqueza da previsibilidade” e quebra do “controle” sobre a natureza. Acreditava-se ter chegado a esse controle na modernidade.

Em uma crítica às análises da sociedade de risco, Ascelrad (2000, p.51) diz que “nem os defensores da modernização ecológica, nem os teóricos da Sociedade de Risco incorporam analiticamente a diversidade social na construção do risco e a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais”. Essa ideia do autor faz emergir uma discussão em torno da distribuição desigual dos danos ambientais. Esta é uma análise espacial fruto da produção desigual do espaço.

Como já discutido anteriormente, as dinâmicas da segregação e conseqüentemente de precarização do território levam a constituição de áreas “ditas de risco” que acabam por ser atingidas por grandes danos ambientais.

O risco, portanto, para os diversos autores tem sua construção social a partir da base espacial das relações dos sujeitos com o espaço. Dessa maneira, a apropriação do espaço, criação e formação dos territórios aparece por diversos agentes que produzem o espaço, seja no caráter político, econômico, simbólico e/ou ambiental. Agentes diferentes vão relacionar estas esferas no sentido de sua reprodução, seja ela em favor dos grupos hegemônicos, seja como forma de resistência pelos grupos sociais hegemonzados.

O risco atrelado às questões ambientais tem aparecido ainda sobretudo como forma de um discurso político que discrimina e segrega áreas nas cidades. Essas áreas, que já vivenciam a percepção de perigo, incorporam a possibilidade do risco. No entanto, as condições de ligação ao espaço de vivência, ao abrigo e a casa não lhes permite a mobilidade, seja por fatores econômicos, seja, como escreve Tuan (1983), ao apego ao lugar.

As discussões sobre risco remontam a outros fatores importantes, a exemplo da vulnerabilidade. Esse termo também tem sido de difícil discussão e reflexão por não apresentar uma abordagem teórica que possibilite pensá-lo em termos conceituais. Contudo, este esforço é importante no tocante a não naturalizar o termo, nem tampouco banalizá-lo, como tem sido o caso da sustentabilidade.

Em um período em que o mundo enfrenta diversos conflitos armados, uma gama de territórios-rede do terrorismo (Haesbaert, 2004) e parece se estabelecer o que Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) chamam de “des-ordem” mundial cresce o número de pessoas em situação de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade no contexto sobre o qual nos debruçamos está relacionado a uma vulnerabilidade socioambiental percebida nas cidades brasileiras. Observamos esse aspecto a partir de dois prismas: um relacionando à precarização territorial, que discutimos em capítulo anterior, e o outro ligado a uma vulnerabilidade ampliada ou potencializada a partir de desastres “naturais”, temática essa que será abordada mais adiante.

Para uma análise consistente sobre esse debate é preciso compreender a complexidade dos fenômenos na relação espaço-tempo que constroem espaços de vulnerabilidade. As discussões relacionadas ao termo vulnerabilidade estão atreladas a risco, mas não são sinônimos. Saito (2011), baseada em relatórios Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004) e em definições fomentadas pelo Ministério das Cidades (2006), afirma que enquanto o risco é sempre atrelado à probabilidade de ocorrência, a

vulnerabilidade está relacionada a um grau da perda das comunidades possíveis de serem afetadas.

Outro ponto importante para pensar sobre a vulnerabilidade é o fato de ser comumente atrelada a pobreza de forma errônea, sendo colocadas como sinônimos. Marandola Jr (2008) e Saito (2011) alertam para essa situação. Embora vulnerabilidade e pobreza estejam relacionadas, elas não são a mesma coisa.

Saito (2011, p. 11)¹⁸ faz um discussão sobre a relação da pobreza com a vulnerabilidade, observando que as duas se reforçam mutuamente. Já em Marandola Jr (2008, p. 31) é possível perceber que a vulnerabilidade é um fenômeno complexo e “reduzi-la à expressão da exclusão social ou da pobreza é limitá-la a um campo muito estreito de pensamento e ação, tomando uma posição ideológica que prejudica a classificação das dinâmicas que animam o mundo contemporâneo”.

Ribeiro (s/d) afirma que:

A vulnerabilidade é social porque são os mais pobres que enfrentam as maiores dificuldades para se adaptarem às intempéries extremas dadas as condições de fragilidade em que se encontram. O sítio que ocupam é mais suscetível a escorregamentos e alagamentos e as edificações nas quais se abrigam são compostas por elementos técnicos menos resistentes a ação da água e ao movimento de material intemperizado. O resultado é cruel: mortes e perdas materiais após chuvas intensas. Por outro lado, camadas mais abastadas enfrentam outro tipo de problema: congestionamento de vias, falta de energia e eventualmente algum abalo em suas residências. (RIBEIRO, s/d).

Apesar da vulnerabilidade não ser sinônimo de pobreza é importante lembrar que os casos mais graves que se colocam diante desta situação são os casos onde há maior expressão da pobreza. Esta condição potencializa e amplia a dimensão da vulnerabilidade. Essa é uma questão que tem ganhado cada vez mais relevância devido à ampliação do conceito que abrange um número cada vez maior de situações. Em relação à Saito (2011), a autora discute as situações de vulnerabilidade em países ditos “desenvolvidos”, a exemplo de Estados Unidos, citando os casos de Nova Orleans e do Japão. Considerando esses exemplos, Saito (2011) afirma que a vulnerabilidade está para além da pobreza.

Em Marandola Jr. (2008) é possível perceber que:

A vulnerabilidade aponta para as características próprias que pessoas, lugares ou grupos possuem para se proteger, lidando com os riscos e perigos. Se a incerteza e insegurança são marcas negativas de nosso tempo, a vulnerabilidade não deve ser encarada do mesmo modo. Ela é um componente neutro, que traz o qualitativo da relação risco-proteção-perigo. Ela é um adjetivo e enquanto tal é componente de todo ser. Pensar a

¹⁸ Saito (2011) chega a esta conclusão a partir das ideias de Willison e Willison (2003).

dimensão da incerteza e da insegurança a partir de um ponto de vista permite uma leitura crítica que não se concentra no lado negativo, mas procura olhar a inteireza do fenômeno. (MARANDOLA JR, 2008, p.31).

A partir do olhar do autor a vulnerabilidade nos parece cada vez mais complexa, permitindo uma possível ampliação das discussões. Mesmo sendo a vulnerabilidade uma condição que deve ser analisada enquanto fenômeno e não podendo ser confundida com a pobreza, as análises da literatura mostram que até em países mais “desenvolvidos” as pessoas com menos poder aquisitivo ainda são as mais afetadas por desastres “naturais” e também são as que se encontram em situações de maior vulnerabilidade.

Outro elemento importante neste debate que, segundo Carvalho (2011, p. 18), ainda tem sido pouco discutido na Geografia dia respeito à relação com a suscetibilidade. Para o autor, suscetibilidade é “uma probabilidade de ocorrência de um evento”. Para Carvalho (2011), ela pode ser natural, dadas às condições geológicas e geomorfológicas da terra, como também intensificada pela ação humana.

A partir dessas reflexões em torno do risco-perigo e vulnerabilidades é necessário refletir como esses discursos vão se constituir no campo de análise da pesquisa aqui desenvolvida. Pensando no contexto da comunidade do Mutirão, esse direcionamento se dá ao pensar o que de fato pode constituir uma “área risco”. Como dizer que uma área é ou não vulnerável? Essas questões merecem reflexão, a qual tentamos construir entendendo de que forma o Mutirão se configura como área de risco, suscetível e/ou vulnerável.

2.1.2 Análise da construção do Mutirão enquanto “área de risco” e de vulnerabilidade

O Mutirão é identificado pela Defesa Civil e pelo Serviço Geológico (CPRM) como uma área de risco desde 2013. Foi assim considerada após desastre “natural” ocorrido em 2011. Até então, segundo o Coordenador da Defesa Civil Municipal de Campina Grande, o Mutirão era um cenário vulnerável por ser identificado com alguns tipos de “risco”, sobretudo o social.

A pobreza, a falta de serviços públicos de qualidade e a presença de problemas ambientais, dentre os quais a proximidade com o lixão e o esgoto a céu aberto são elementos que podem denotar uma situação de vulnerabilidade. Porém, como já destacado, essa situação está para além da pobreza e deve ser analisada em sua totalidade. Nesses termos, como dizer que o Mutirão seria considerado uma área de vulnerabilidade? Ou por que dizer que seria uma área de risco?

O risco, por sua vez, também como já discutido anteriormente, pode ser percebido em duas vertentes, uma relacionada à percepção e outra a probabilidade de ocorrência. Nesse sentido, o fator “ameaça” é uma constante.

Nas imediações do Mutirão estão localizados cerca de três corpos d’água chamados popularmente de barragem ou açude. Estes são de pequeno e médio porte e utilizados para fins de uso doméstico, e também usados para dar de beber aos animais e ocasionalmente para auxiliar no plantio de hortaliças. Esses reservatórios não têm grandes dimensões e não possuem padrão de obra com sistemas de engenharia, a exemplo do que ocorre com grandes reservatórios de água de cidades paraibanas como o açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão, e a Barragem de Camará, em Alagoa Grande.

A presença desses pequenos reservatórios no Mutirão provocava em alguns moradores (cerca de três dos entrevistados) certo “medo” pelo possível rompimento desses depósitos, o que empiricamente caracterizaria um possível risco. Alguns desses moradores relatam ter feito algumas ligações para a Defesa Civil avisando sobre essa possibilidade.

Em vinte e cinco anos de existência¹⁹, de acordo com os moradores do Mutirão, a comunidade nunca tinha vivenciado uma enchente/inundação. Alguns moradores das áreas da margem do riacho relatam alguns alagamentos em tempos de chuva, mas que para a maioria dos entrevistados não haveria possibilidade alguma de ocorrer um “desastre” em decorrência disso. Desse modo, o que se percebe nas falas dos moradores é que há uma divisão entre a possibilidade de ocorrência de desastres “naturais” e a falta de aparato técnico que confirme esta percepção.

Quanto à vulnerabilidade, tanto social quanto ambiental, pode-se dizer que esta esteve presente no Mutirão desde seu processo de constituição e está intrinsecamente interligada a alguns fatores. O primeiro desses fatores é a falta de saneamento básico como o esgoto a céu aberto que passa pelas ruas, podendo provocar muitas doenças de pele, conforme nos relataram os Agentes Comunitários de Saúde durante conversas informais sobre a comunidade. Outro fator relacionado à vulnerabilidade é a proximidade com o lixão da cidade que embora já esteja desativado ainda têm seus objetos depositados próximo ao Mutirão.

A vulnerabilidade, assim compreendemos, está diretamente relacionada com a precarização do território e é construída através da relação espaço-tempo. Por essa razão é uma realidade complexa de análise e deve ser entendida como um todo, onde se materializam

¹⁹ Em 2011, no período do desastre “natural”, o Mutirão completou 25 anos de construção.

perspectivas político-econômicas-culturais e ambientais. Esses elementos, que constituem a formação de um território precário, acabam por gerar áreas vulneráveis.

Todo esse processo ficou mais evidente com o desastre ocorrido em junho de 2011. Cujos trataremos a seguir, este “drama” vivido pelos moradores do Mutirão. Foi, antes de qualquer coisa, uma ampliação da vulnerabilidade principalmente em virtude da “destruição” de seus territórios/abrigos (casas). Entendemos, portanto, o Mutirão não como “área de risco”, isso se formos falar em possibilidade ou probabilidade de ocorrências, mas como uma área vulnerável.

Para pensar os desastres “naturais” no Mutirão e compreender a relação entre “área de risco”, construída pelos discursos do Estado, e ampliação da vulnerabilidade, relacionada aos processos de des-re-territorialização, é necessário fazer uma re-leitura sobre as discussões em torno dos desastres “naturais” e como estes estão relacionados às dinâmicas de des-territorialização.

2.2 DESASTRES ‘NATURAIS’ E SUAS IMPLICAÇÕES NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO

2.2.1 Diferenciando desastres “naturais” e catástrofes

A partir das reflexões efetuadas anteriormente sobre a compreensão de riscos, perigos e vulnerabilidades e entendendo os desastres “naturais” como parte desse processo, algumas indagações são necessárias para o início desta discussão: o que é um desastre “natural”? Como este evento é produzido? Inicialmente, vale salientar que os desastres “naturais” têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas sem virtude dos números alarmantes de afetados em várias regiões do mundo, conforme mostram os dados dos relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e Defesa Civil Nacional.²⁰

A ideia de desastre “natural” tem sido um debate constante nas diversas ciências, sobretudo nas ciências da natureza, mas ainda pouco debatida nas ciências humanas. Porém, nos últimos anos da década dos anos 2000, a temática ganhou novo fôlego em virtude da amplitude e abrangência dos eventos e do número de afetados. Em grande medida, aqueles que apresentam menor poder aquisitivo tem sido os mais afetados pelos desastres.

²⁰ Dados obtidos respectivamente em https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=desastres+naturais. Acesso: 10 de Dezembro de 2015. Defesa Civil Nacional: <http://s2id.mi.gov.br/#> Acesso: 10 de Dezembro de 2015.

Pensar os desastres “naturais” suscita na Geografia um debate que remonta sua gênese de discussões por ser um tema pautado na relação do homem com a natureza. Essa relação está posta a partir de uma dualidade ou ambivalência que se coloca no debate. Seriam os desastres consequência da atuação do homem sobre a natureza? Ou desastres seriam a “fúria da natureza”, uma espécie de retorno das ações humanas? Acreditamos que não. Os desastres estão para além dos discursos midiáticos de terror que suplantam os processos que geram estes eventos.

Buscamos interagir com o debate a partir do contexto socioespacial, percebendo o movimento das pessoas diante do processo chamado desastre “natural” e dialogando com ciências como a sociologia e as relações internacionais. A importância desse diálogo é perceber que todos estes elementos são construções sociais, uma vez que, como afirma Porto-Gonçalves (2013), o conceito de natureza não é natural, ele é construído e localizado em um tempo e espaço. Portanto, é necessária uma contribuição científica no sentido de esclarecer o que se coloca no debate como um desastre “natural”.

Etimologicamente, o termo desastre é de origem greco-latina. Onde o prefixo *des* significa contrário, oposição e *astro* corresponde a “*dis + áster, astrum*, que significa ‘mau’, ‘contrário’, ‘inadequado’ + ‘astro’”. Sendo assim, desastre seria algo negativo causado pelos astros²¹. Essa ligação deu aos homens a ideia que desastres estão sempre ligados a “regência da natureza”. Essa natureza, de acordo com Porto-Gonçalves (2002), deve ser entendida como *physis*, isto é, algo físico-natural.

No entanto, é nessa oposição e nesta contraposição do homem e da natureza marcada sobretudo na ciência com a modernidade e na criação de um mundo moderno-colonial (LIMA, 2013) que os movimentos de oposição se constituem, elencando os diversos binarismos e dualidades. Nesse contexto, a ciência moderna passa a se colocar como produtora de certezas e previsibilidades científicas começam a se impor.

No entanto, os desastres vão tomando cada vez mais proporções maiores. Os desastres se dividiriam, segundo Marcelino (2007), em Naturais e Humanos. Os naturais advindos de fenômenos naturais como chuva, deslizamentos de terra e ventos, entre outros, e os desastres humanos considerados a partir de acidentes de trânsito, por exemplo.

Um problema importante para se pensar no tocante a esses eventos é sua diferenciação, sobretudo no sentido do mapeamento das áreas com possibilidade de serem

²¹ Dicionário de etimologia online: Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/d/> Acesso em 15 de outubro de 2015.

afetadas por um evento e as consequências que estão diretamente ligadas ao alcance desse processo no espaço.

Para Quarantelli (2006), o desastre se diferencia das catástrofes em termos de auxílio aos afetados. Baseado na experiência norte-americana de Nova Orleans, o autor afirma que a catástrofe tem dimensões mais intensas que o desastre, uma vez que são destruídos os equipamentos que podem levar ao auxílio dos afetados, quando aparelhos como: corpo de bombeiro, hospitais e delegacias são destruídos e ficam sem poder levar auxílio imediato aos necessitados.

Com o desastre, para o autor, apesar dos estragos nos aparelhos de auxílio e socorro imediato as vítimas não são afetadas. A partir desta compreensão de Quarantelli (2006) pode-se dizer que a diferença entre os dois eventos é escalar, em termos de dimensão e proporção, mas também em termos de auxílio e medidas de minimização dos impactos aos afetados por esse processo.

As definições dos órgãos nacionais e internacionais sobre os desastres naturais são diversas, segundo a Estratégia Internacional de Redução de Desastre (EIRD), o desastre:

Seria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que causa perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas ou ambientais; que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando seus processo de risco. Resulta da combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco. (EIRD, 2004, s/p).

A partir dessa definição, a Organização Pan-Americana da Saúde define que os desastres naturais teriam duas características:

Desastre natural trata-se de um evento que apresenta duas características importantes, que podem ser combinadas ou não. A primeira é resultar em uma séria interrupção do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, afetando seu cotidiano. Essa interrupção envolve, simultaneamente, perdas materiais e econômicas, assim como danos ambientais e à saúde das populações, através de agravos e doenças que podem resultar em óbitos imediatos e posteriores. A segunda é exceder a capacidade de uma comunidade ou sociedade afetada em lidar com a situação utilizando seus próprios recursos, podendo resultar na ampliação das perdas e danos ambientais e na saúde para além dos limites do lugar em que o evento ocorreu. (OPAS, 2015, p. 9).

Nesses termos, o que caracterizaria um desastre? Tominaga (2009, p.13) destaca os critérios que foram adotados pelo Relatório Estatístico Anual do EM-DAT (Emergency Disasters Data Base) para análise dos desastres ocorridos em 2007. Ao citar (SCHEUREN, et. al. 2008), a autora afirma que são considerados desastres as situações que apresentam a

ocorrência de no mínimo um dos seguintes critérios: a) 10 ou mais óbitos; b) 100 ou mais pessoas afetadas; c) declaração de estado de emergência; d) pedido de auxílio internacional.

Em Marandola Jr (2008) a modernidade aparece com suas formas de “melhoria” tecnológica, demonstrando maior capacidade de previsibilidades desses eventos e, portanto, melhor forma de lidar com eles. Apesar de concordarmos com a reflexão de Marandola Jr (2008), é preciso levantar ainda alguns questionamentos. Estando o mundo hoje em um meio-técnico-científico-informacional, como propõe Santos (2012), e com maior capacidade de previsibilidade, de acordo com Marandola Jr (2008), por que os fenômenos naturais ainda causam destruição a nível de desastre? Se analisarmos o contexto brasileiro, por exemplo, o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (1991-2012), informa que foram cerca de 38.996²² desastres “naturais”, tendo um total de 126.926.556 danos humanos²³.

Mesmo com investimentos dos Governos Federal, Estadual e Municipal em monitoramento das áreas ditas de “risco” como pode então as pessoas dessas áreas ainda continuarem sendo atingidas de forma tão abrangente? Essa situação poderia ser classificada como uma falta de acessibilidade? Falta de acessibilidade às informações para poderem se abrigar? Ou seria falta de acesso a condições de abrigo? Pelas análises feitas no Mutirão é possível perceber que apesar do medo e dos “pressentimentos” dos moradores no dia da enchente e seu temor em virtude da chuva, estes não saíram de casa. Alguns não saíram por que não tinham para onde ir, outros porque não queriam deixar suas casas e ainda houve quem simplesmente não acreditasse que havia um risco.

2.2.2 Nos entremeios de um desastre “natural”: o caso do Mutirão

É madrugada do dia 17 de julho de 2011. Um estrondo forte rompe o silêncio da madrugada. Ouvem-se gritos e pedidos de socorro vindos do interior das casas. O leve toque gélido das águas chega às camas, parecendo avisar do perigo que estava por vir.²⁴

Aquele dia de julho jamais foi esquecido pelos moradores do Mutirão do Serrotão. Os 110 mm de chuva intensa fez com que a capacidade de armazenamento de água de alguns reservatórios fosse ultrapassada, resultando em um efeito dominó, uma cadeia de rompimentos de pequenos e médios reservatórios.

²² É importante lembrar que estes dados são referentes ao ano de 2012 e já se encontram alterados para mais com os registros dos últimos três anos.

²³ Os danos humanos se referem às mortes e ao total de desabrigados, desalojados enfermos e feridos, segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (1991 a 2012).

²⁴ Notas de diários de campo após entrevistas com moradores atingidos pela enchente.

O ano de 2011 foi um ano de fortes chuvas na Região Nordeste. A Tabela 1 abaixo elaborada a partir dos dados obtidos junto a AESA (2013) demonstra a concentração das chuvas entre os meses de maio e julho daquele ano.

TABELA 1: Dados da concentração de chuva mensais em 2011.

Mês	Volume total (mm)
01	53.5
02	139.2
03	137.3
04	185.4
05	361.5
06	124.5
07	331.0
08	105.9
09	4.1
10	7.4
11	25.1
12	19.5

FONTE: Dados obtidos em AESA (2013). Elaboração: FREIRE, Zenis.

O mês de maio, na Tabela 1, obteve maior concentração de chuvas, no entanto, estas foram distribuídas de maneira uniforme durante os dias do mês. Essa concentração foi diferenciada para o mês de julho como mostra a Tabela 2. No dia 17 de julho de 2011, dos 331.0 milímetros contabilizados para mês, cerca de 110 mm se concentraram em menos de 24 horas.

TABELA 2: Dados de concentração de chuva diária (mês de Julho de 2011).

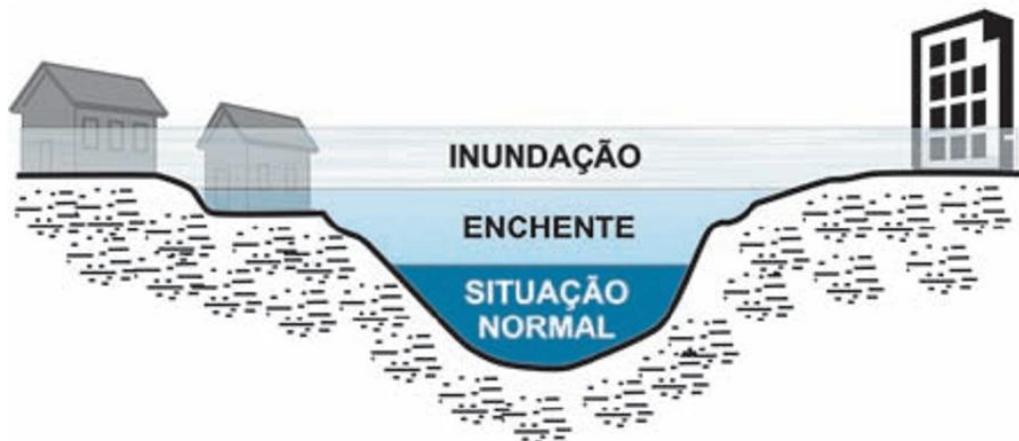
Ano	Mês	Dia	Quantidade (mm)
2011	Julho	01	0.0
2011	Julho	02	3.6
2011	Julho	03	39.6
2011	Julho	04	2.8
2011	Julho	05	0.2
2011	Julho	06	38.0
2011	Julho	07	2.1
2011	Julho	08	6.3
2011	Julho	09	5.8

2011	Julho	10	3.1
2011	Julho	11	6.6
2011	Julho	12	50.0
2011	Julho	13	7.9
2011	Julho	14	0.9
2011	Julho	15	0.0
2011	Julho	16	23.0
2011	Julho	17	110.1
2011	Julho	18	6.7
2011	Julho	19	0.0
2011	Julho	20	4.5
2011	Julho	21	0.0
2011	Julho	22	0.3
2011	Julho	23	0.0
2011	Julho	24	2.7
2011	Julho	25	0.3
2011	Julho	26	0.0
2011	Julho	27	1.8
2011	Julho	28	4.6
2011	Julho	29	2.2
2011	Julho	30	0.8
2011	Julho	31	7.1

FONTE: Dados obtidos em (AESA, 2013). Elaboração: FREIRE, Zenis.

O acúmulo de água nos reservatórios próximos à comunidade do Mutirão não foi suportado pela concentração de chuvas, ocasionando a ruptura dos corpos d'água e provocando uma enchente/inundação, conforme mostra a Figura 8.

FIGURA 8: Perfil de processo de enchente e inundação.

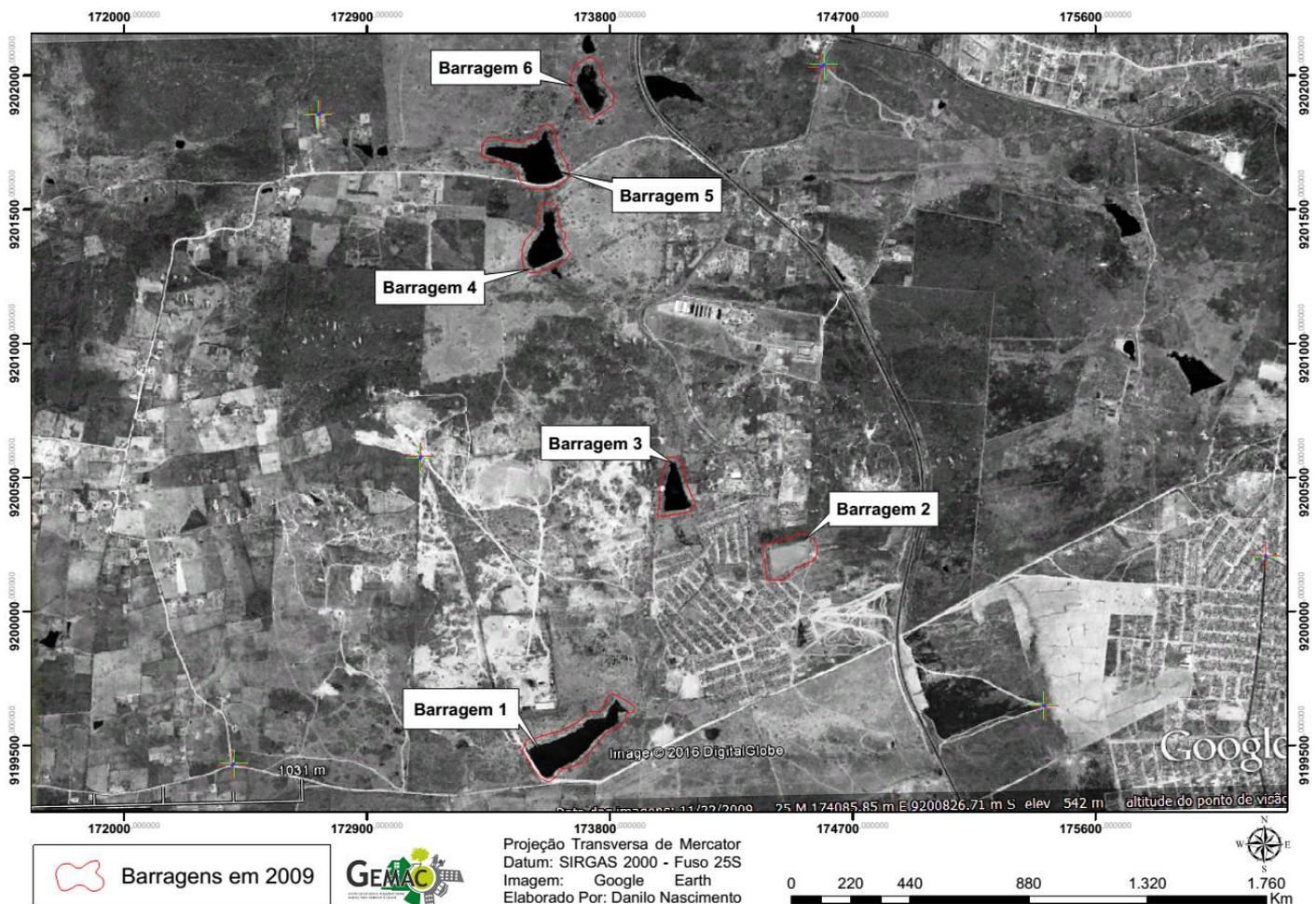


FONTE: Extraído de Amaral e Ribeiro (2009). Elaborado originalmente por (Min.Cidades/IPT, 2007).

Existe certa divergência entre alguns autores em relação à enchente e inundação. Para alguns, a inundação está relacionada à ideia de planície de inundação enquanto a enchente seria o extravasamento do fluxo de água. Já para outros autores, a exemplo de Amaral e Ribeiro (2009), inundação diz respeito aos dados materiais causados pelas enchentes. Já Carvalho (2011), cuja linha de pensamento é seguida neste trabalho, acredita que no contexto das cidades os fenômenos seriam sinônimos, uma vez que o extravasamento das águas do rio causaria danos aos moradores de suas margens. Adotaremos neste trabalho a utilização de enchente/inundação.

No caso do Mutirão, a enchente/inundação foi ocasionada pelo rompimento das barragens 3 e 4 provocando o extravasamento de água no leito do Riacho que atravessa o Mutirão, conforme demonstrado na Figura 9.

FIGURA 9: Barragens nas proximidades da comunidade do Mutirão em 2009.



FONTE: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Meio Ambiente e Cidade (GEMAC).

A Figura 9 mostra os reservatórios antes dos rompimentos e destaca a proximidade em relação ao Mutirão. Na imagem obtida pela da série histórica do ano de 2009 do Google Earth os reservatórios estão cheios, sendo possível a sua delimitação.

Na Figura 10 o mapa baseado na série histórica de 2012 do Google Earth, após o desastre, as barragens 3 e 4 “desaparecem”, pois foram as destruídas com o rompimento. A barragem 1 é destacada porque nela foi encontrado o corpo de Davison Fernandes, morto durante a enchente/inundação.

O entendimento do caminho feito pelas águas no desastre foi construído com base no relato dos moradores e em fotografias que esses possuem da área afetada.

FIGURA 10: Barragens destruídas após rompimento em enchente de 2011.



FONTE: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Meio Ambiente e Cidade (GEMAC).

Nos critérios que caracterizam os desastres “naturais” (TOMINAGA, 2012), o contexto da comunidade do Mutirão atende ao critério: B) com “100 ou mais pessoas afetadas”. A inundação no Mutirão foi considerada pela Defesa Civil do Município de

Campina Grande e pelos moradores da comunidade um desastre “natural”. O extravasamento do leito do riacho adensado pelo volume de água das barragens rompidas provocou uma inundação brusca, resultando em mortes, destruição de casas e cerca de 214 pessoas e 36 famílias afetadas pela enchente/inundação, segundo dados da Defesa Civil Municipal (2011).

Apesar dos critérios técnicos para delimitar os desastres, percebe-se, no entanto, que esses parâmetros fazem emergir uma reflexão sobre a questão da escala. Não seriam os desastres uma dimensão de escala, uma vez que uma família afetada ou uma morte pode significar grandes impactos dependendo da dimensão das escalas levadas em consideração?

Nessa relação entram dados quantitativos e qualitativos. Por exemplo, uma morte por desastre em um município de 400.000 habitantes pode não ter importância significativa. No entanto, em um bairro ou em uma rua a morte de uma criança, como aconteceu no Mutirão, tem impactos importantes na comunidade. Isso se deu não somente pela perda da vida, mas também pelo movimento social de luta que tal acontecimento fez emergir. A importância de pensar essas escalas de maneira articulada é fundamental nesse contexto, pois as escalas são diretamente articuladas (SMITH, 2000). O movimento ocorrido em 2011 no Mutirão apresenta uma realidade mundial que se materializa também na realidade local.

Além da destruição das casas, criadouros de animais e plantios de subsistências também foram perdidos postos de trabalho e materiais para uso no trabalho autônomo e informal²⁵. No dia seguinte à inundação, a cena era de destruição e de perdas materiais e simbólicas. As lembranças dos moradores afetados dão a dimensão do ocorrido:

Eu lembro de tudo, tudo, tudo! Cada detalhe, a água da chuva. Um sábado de muito sol de manhã né, até mais ou menos 15 horas (três) da tarde. Sol quente, muito forte, muito quente, aquele normal abafado que quando vai chover faz, né? Aí nesse dia, eu não faço compra no sábado, mas nesse dia, no domingo eu tinha que resolver alguma coisa eu não sei o que era eu sei que era alguma coisa que ele ia sair de casa e eu não podia fazer feira, aí eu disse: vamos na Prata comprar as coisas, a gente sempre comprava para um mês, a gente foi lá no, que tinha aberto pela primeira vez, aquele mercado Todo Dia. Minha filha e eu compramos as coisas a gente ajeitou, organizou tudo, na sexta eu tinha lavado tudo que era roupa, lençol, tudo, porque eu trabalhava dia sim, dia não, onde eu lavo roupa. Graças a Deus ainda lavo. Aí nesse dia, na sexta-feira eu tava em casa, lavei roupa, dobrei arrumei tudo na cômoda, arrumei tudo, botei na ombreira, tudo arrumei tudo, tudo. Limpemo a casa - a gente tava terminando de colocar cerâmica na casa - passei pano, deixei tudo tão limpo, porque no domingo a gente saía cedo. Aí minha filha quando foi 16 horas da tarde, o céu começou a escurecer eu disse, "meu pai, graças a Deus eu lavei a roupa todinha ontem", aí começou aquela chuvinha, chovendo muito né, mas foi fechando, fechando, e chovendo e a chuva engrossou... deitamos duas horas

²⁵ Aqui nos referimos a material reciclado que eram catados por muitos dos moradores do Mutirão, bem como aqueles que trabalhavam com conserto de eletroeletrônicos dentre outros.

da madrugada, eu deitei e não consegui dormir mais, não dormia, não dormia, ai quando foi, passou-se um tempo e foi passando, aí eu fui adormecendo, e quando eu fui dormindo, um grito, “mãe, o que foi que a senhora bateu em mim? Com uma força dessa?” eu disse, “minha filha, eu tava até cochilando, eu não bati em você não ela disse “a senhora bateu!”, “bati não, minha filha”, quando isso aconteceu que a gente se levantou. Minha filha! A água tava encostando no colchão, já tinha entrado, só deu tempo de pegar essa menina, foi Jesus que disse assim, tira essa menina do berço quando a gente foi se afastando, quando olho que abro a porta da cozinha, nem deu pra abrir, a porta já caiu. quando a gente foi saindo, não deu tempo nem da gente sair, a parede caiu, já levando o berço, cômoda e guarda-roupa, meu guarda-roupa, levando tudo quando a gente conseguiu sair, que desceu os dois batentes, agente descia dos batentes, desce ainda, continua lá, água foi chegando aqui no meu ombro, a água já estava no meu ombro, lá embaixo, descendo. aí o meu marido já tinha saído, ele disse, "vou chamar alguém para socorrer vocês, pra tirar vocês daí", não tinha mais como sair. eu comecei a passar mal, os barrancos do muro do vizinho, as batidas eram aqui nesse joelho e na minhas pernas, a aí minha filha, nessa hora a vista começou a escurecer e foi fechando, a minha vista foi escurecendo, soltei a menina de um braço e fiquei só com esse, pra tenta segurar em alguma coisa, pra me segurar, aí eu não segurei mais, eu não vi mais nada, alguma coisa começou a me arrastar, me arrastando a força, os barrancos, tudo vinha, pedaço de muro porcos enormes batendo em mim, água levando e eles batendo em mim, aí eu gritei," Dudu me socorre, eu tô caindo, a água tá me levando. (D.F.C.S. morador(a) do Mutirão há 11 anos).

O relato de D.F.C.S. retrata um pouco da dimensão e do medo causado pela enchente/inundação, da preparação até os momentos de terror vivenciados pelo “viver no limite” (HAESBAERT, 2014). Frise-se que esse limite é o das(in)certezas e da in-segurança. Diante do que acontecia, a dualidade vida/morte no momento da inundação foi processada por muitas pessoas. D.F.C.S sobreviveu resgatado/a pelo filho e por vizinhos.

D.A.S. relata sua experiência em meio à cena caótica da inundação:

Quando foi de madrugada, eu acordei com a minha vizinha de trás, gritando:“Acorda! Acorda! Que o açude estourou, o açude estourou!”. Quando eu levantei, né, que fui ligar a luz, não tinha mais luz. O menino tava gritando muito, o menino que morreu, pedindo socorro e a mãe dele também, gritando muito né?! Aí foi quando eu fui lá pro quintal aí quando eu botei o pé no chão a casa cheia d'água, aí eu acordei meu marido, eu disse: Levanta, que tá tudo inundado, o açude estourou! Só que a gente não sabia se era esse aqui ou se era outro ali. Ele levantou e eu disse, tem alguém me chamando! Essa minha vizinha, ela tava me chamando na frente pra socorrer ela e o filho dela, que a água tava levando ela. A outra também me chamando, a que tem deficiência. E a daqui de trás, pra mim socorrer pelo menos as filhas dela e não tenho como. Aí quando eu abri a porta, eu vi a cachorra, a minha cachorra tava só como focinho de fora, quando eu abri a porta da cozinha, a minha cozinha alagada de água aí eu disse: E agora? Ai meu marido disse, “tu vê se socorre esse pessoal aqui de trás que eu vou lá pra fora ver o que tá acontecendo”. Aí eu fui, eu ainda socorri as duas filhas dela por cima do muro, só que ela não conseguiu passar, por que ela é gorda né, ela disse, “eu não vou conseguir, porque esse muro vai cair”, ele estava

balançando “esse muro vai cair e eu vou morrer”. A casa dela tava inundada de água. (Relato de D.A.S morador(a) do Mutirão).

No momento de desespero e de luta pela sobrevivência, ficam evidentes os laços de solidariedade e a relação comunitária, conforme destacado no Capítulo 1. O ato de “salvar” o vizinho, ao passo que se pensa como sobreviverá, denota ainda a forma mais intensa que atinge as pessoas. Essa é a escala do corpo evidenciada por Smith (2000). É muito importante essa reflexão, assim como o processo de reestruturação urbana e de Gentrificação em Nova York que atingiu diretamente a escala do corpo dos sem-teto. No Mutirão, as águas e a destruição levaram e atingiram de maneira direta os corpos dos moradores.

Os relatos de memória, nesse contexto, são muito importantes para poder dimensionar como os afetados experienciaram aquele momento que se coloca entre a possibilidade de vida e de morte, da ajuda do outro e de si no ato de salvar suas famílias, seus bens materiais, seus documentos e a possibilidade de arriscar a vida para salvar os amigos. Sobre essa situação, H. T. relata sua experiência no momento da enchente/inundação:

Eu cheguei em casa, fiquei lendo, eu li até mais ou menos meia noite, aí quando eu me deitei aí foi questão de duas três horas da manhã, eu escutei o pessoal gritando demais, era uma zuada²⁶ muito forte, muito forte mesmo. Quando eu acordei, tava um escuro, já tinha faltado energia. Aí a gente se levantou, quando eu abri o primeiro portão, que eu abri o segundo, a água já foi entrando já, pra dentro de casa, agora isso no escuro, ninguém sabia o que era, aí uma vizinha começou a gritar, pedindo ajuda porque a mãe dela estava dentro de casa. Entrando muita água, muita água mesmo! No escuro mesmo! Sem ver nada. Eu descí. Acompanhei a água, igual menino, apareceu dois rapazes na hora, aí fui lá embaixo, e fui tirar a mãe dela, que a água já estava na casa dela, chegando na metade. Aí a gente conseguiu tirar ela. (Relato de H.T. morador(a) há mais de 24 anos).

Atrelado ao relato anterior, destacamos a experiência de D.C., salva na enchente por H.T. A fala de D. C. destaca bem a perda dos bens materiais, bem como a perda de seus materiais de sustento. A moradora a quem nos referimos é idosa, mãe solteira, construiu sua casa sozinha trabalhando na obra e passou por um período de trabalho no lixão catando reciclagem além dos bens conquistados ao longo da vida.

O rapaz fez um jeito de abrir o portão, aí tirou a gente nas costas, lá pra cima. Era tanta água neste mundo, que ia, quase na metade do poste aí, dois açude grande, imagina. Um estourou, caiu dentro do outro, o outro não agüentou, aí desceu a enchente. E nós ia morrendo tudinho. Porque tinha um muro ali atrás, que interrompeu essa água, senão a gente tinha morrido. Caiu geladeira, caiu geladeira pelo chão, fogão, bujão com tudo, tanquinho de lavar roupa, levaro a feira, a geladeira ficou arriada²⁷, o fogão foi achado no outro dia. Galinha, tanto bicho que foi embora do meu menino e meu e do

²⁶Zuada é um termo regional utilizado no Nordeste Brasileiro para se referenciar a barulho forte.

²⁷Arriada significa caída.

povo aí de fora, só você vendo. Tinha uns porcos aí também, do pessoal que mora tudim aí, tudo, foi embora. Tudo que a água podia levar, levou. Ai a minha geladeira, eu ainda botei um esquete nela, no sol, ela era velha, mas ainda prestou. Só que depois o congelador enferrujou e caiu, num passou nem dois mês. E o meu menino perdeu de uma vez, perdeu geral. Meu tanquinho de lavar roupa, televisão, um sonzinho que eu tinha,oxi! Foi embora tudo, ficou nada. Queimou tudo. (Relato de D.C morador(a) há 24 anos).

Outro relato que chama atenção é o de E.G. que teve a casa completamente destruída na enchente/inundação e foi resgatada pelo companheiro que também conseguiu salvar os seus filhos. Na experiência de E.G. é surpreendente a superação da moradora na enchente/inundação, uma vez que ela tem dificuldades de locomoção e por esse motivo não conseguiu subir o muro e quase teve sua vida levada pelas águas.

Ave Maria! Foi um desespero muito grande, viu? A gente tava tudo dormindo, e na hora foi um desespero muito, muito grande mesmo. Quando a gente acordou, já foi com a água já acabando com tudo dentro de casa, quando a gente pisou o pé firme no chão, já tava dentro da água já. A gente se desesperou-se, meu marido não conseguiu abrir mais porta, ele foi e me tirou pelos braços, arrancou a grade da janela, que é daquelas janelas veneziana, aquela grade da porta daquela casa onde eu morava, arrancou a janela, conseguiu passar, depois que passou eu, que passou com os meus dois filhos de lado, ele me jogou pra cima da laje, mas foi um desespero muito grande, perdi tudo, tudo, tudo. O minuto que ele me colocou em cima da laje, que ele foi pegar um cobertor pra cobrir os meninos, não tinha mais nada em casa que não tivesse em pé, já tava tudo boiando na água. (Relato de E.G. morador(a) há mais de 20 anos).

Os relatos de desespero e de luta pela sobrevivência estão presentes em todos os depoimentos trazidos pelas memórias dos sujeitos. Memórias difíceis de serem expostas, muitas lágrimas estiveram presentes nos momentos de entrevistas, expressando uma relação ao mesmo tempo topofílica e topofóbica das pessoas com seu espaço (TUAN, 1983).

Destacamos a importância do registro dessas memórias como parte da memória da cidade, de acordo com o que é discutido por Abreu (2011). Esses elementos fazem parte das relações contraditórias presentes na cidade e que se materializam em eventos como da enchente/inundação no Mutirão, trazendo à tona a perspectiva da relação do homem com a natureza. Retornando ao embate: de um lado um “homem” que se apropria da natureza, ocupa e constrói seu território e sua habitação, e, do outro, uma natureza que “destrói” esses espaços. Esse discurso é uma visão naturalizada dos processos endossadas pela mídia televisiva. Buscar novos e outros olhares sobre essa problemática é um passo fundamental e importante para pensar a respeito dessas relações.

Essas relações se materializam no espaço e são marcadas na paisagem como é possível perceber nas imagens das figuras abaixo. As imagens aqui apresentadas mostram o olhar dos moradores no dia seguinte ao desastre no Mutirão e dão a dimensão da extensão dos danos causados aos moradores. É possível perceber a amplitude que as águas atingiram na Figura 11, além do acúmulo de lixo e lama agravado pelo esgoto a céu aberto e da destruição das ruas e pontes que deixaram muitos moradores “ilhados”.

FIGURA 11: Sequência de vídeo que mostra o dia seguinte da enchente/inundação.



FONTE: Vídeo gravado e cedido por moradores do Mutirão.

Abaixo, nas Figuras 12, 13 e 14 é possível perceber animais mortos em meio aos escombros, a destruição de casas e alguns moradores tentando recolher bens perdidos na

enchente como roupas, móveis e eletroeletrônicos. Os animais mortos eram também parte da renda familiar de alguns moradores que criavam suínos, equinos e bovinos.

FIGURA 12: Animais sob escombros pós-desastre no Mutirão.



FONTE: RIBEIRO, L. Morador do Mutirão. 18/07/2011.

FIGURA 13: Morador recolhendo o que restou dos utensílios domésticos.



FONTE: RIBEIRO, L. Morador do Mutirão. 18/07/2011.

FIGURA 14: Registro fotográfico que retrata a destruição da casa de alguns moradores.



FONTE: RIBEIRO, L. Morador do Mutirão. 18/07/2011.

Estes elementos de perdas e destruição percebidos tanto nos relatos dos moradores quanto nas imagens apresentadas acima denotam uma intensificação da precarização territorial na comunidade do Mutirão e a ampliação da vulnerabilidade. Além disso, há uma alteração nas dinâmicas territoriais, que se inter-relacionam, a saber: os movimentos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização.

A perda e a destruição materializada do território/abrigo da casa, como toda a sua territorialidade expressa por Sack (2013), fomenta dinâmicas que dão a esses eventos outras dimensões e olhares sobre os afetados, as rupturas afetivas e traumáticas daqueles que vivenciam o desastre. É nessa conjuntura que buscamos a partir de agora inter-relacionar as dinâmicas de des-territorialização aos desastres “naturais”. Mas antes disto se faz necessário repensar sobre as discussões de des-territorialização e as aplicabilidades destes estudos para discutir a possibilidades de análise em meio aos desastres “naturais”.

2.3 DES-TERRITORIALIZAÇÃO: algumas reflexões conceituais

2.3.1. Debates em torno da discussão sobre des-territorialização

A desterritorialização é um conceito derivante do conceito de território e está presente na dinâmica que envolve a territorialização e reterritorialização. Esses movimentos são interligados e inter-relacionados. Não buscamos fazer um histórico do conceito e de sua utilização, uma vez que este está atrelado ao conceito de território e à sua constituição ontológica e epistemológica na Geografia.

O importante, neste contexto, é fazer um apanhado das principais discussões que envolvem a des-territorialização e suas possibilidades de uso para análise do espaço, de acordo com Cruz (2011), Souza (2013) e Haesbaert (2014). Esses autores alertam para o uso do conceito território enquanto “termo”, o que torna seu uso banalizado, provocando também a falta de rigor em suas discussões. O mesmo tem ocorrido com seus conceitos derivantes que sugerem uma dinâmica territorial complexa envolvendo múltiplas relações e olhares. Assim, as múltiplas vertentes do conceito de território elaboram diversas discussões sobre a desterritorialização. Estas versam sobre uma realidade política, econômica, cultural e ambiental.

A territorialização é um processo geográfico colocado por Fernandes (2005) como uma forma de apropriação do espaço que, através das relações de poder instituídas, formaria o território. No entanto, a desterritorialização *a priori* poderia ser entendida como uma “destruição” desta territorialização, de acordo com o significado do prefixo (des) que tem sentido de negação. Contudo, os conceitos, conforme afirmam Deleuze e Guattari (1992), são construídos, podendo ser re-criados, cair em desuso e/ou se re-significar.

Cada vertente teórica que compreende a dimensionalidade do conceito terá, por sua vez, uma concepção de desterritorialização. O geógrafo Rogério Haesbaert, em 2004, com a obra “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade”, executa o “estado da arte” sobre o tema, discutindo suas relações com as ciências sociais, as limitações do pensamento e as possibilidades de trabalho com o conceito.

A reflexão sobre o conceito ocorre diante de três vertentes principais no contexto teórico: sociológica, filosófica e geográfica. A discussão filosófica, vale destacar, é um ponto de partida para uma análise geográfica, mas não é a mesma coisa. Essa análise é imprescindível para a compreensão da construção dos conceitos e de seus movimentos teórico-conceituais e/ou empíricos.

Gilles Deleuze e Felix Guattari, filósofo e psicanalista, respectivamente, adentraram ao campo filosófico aprofundando a discussão dos conceitos, sobretudo na obra “*O que é filosofia?*”, de 1992, a partir de uma filosofia política que pode ser considerada como transgressora. Nessa reflexão conceitual, eles criaram o conceito de desterritorialização, como afirma Deluze:

Félix e eu construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. Sobre isso nos dizem: é uma palavra dura, e o que quer dizer, qual a necessidade disso? Aqui, um conceito filosófico só pode ser designado por uma palavra que ainda não existe. Mesmo se descobre, depois, um equivalente em outras línguas. Por exemplo, depois percebi que em Melville, sempre aparecia à palavra: outlandish, e outlandish, pronuncio mal, você corrige, outlandish é, exatamente, o desterritorializado. Palavra por palavra. Penso que, para a filosofia, antes de voltar aos animais, para a filosofia é surpreendente. Precisamos, às vezes, inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Deleuze no vídeo “L’ abécédaire de Gilles Deleuze”, filmado em 1988 por Claire Parnet.)

É importante, contudo, perceber que a perspectiva de Deleuze e Guattari advém de uma contribuição de cunho filosófico, partindo da ótica que tem como objetivo a criação e elaboração dos conceitos. O conceito é pensado no âmbito científico com aplicabilidade de conceituação no campo da ciência. Isso porque os conceitos filosóficos não têm a obrigatoriedade de formular e ordenar trabalhos conceituais do campo científico (CRUZ, 2014).²⁸ No entanto, esse debate pode ser utilizado no sentido de base ontológica para conceituação e aplicabilidade conceitual.

Cruz (2010), em artigo sobre o uso e operacionalização dos conceitos na Geografia, denota a importância das reflexões sobre o conceito para uma aplicabilidade ao sentido da pesquisa e do campo pesquisado. A partir das ideias colocadas pelo autor, buscamos pontuar alguns dos principais debates em torno da desterritorialização. A partir das ideias propostas por Haesbaert (1995; 2004) e Fernandes (2008) foi possível perceber que as discussões sobre desterritorialização são em grande parte ligadas ao campo das migrações e ao contexto da globalização e em sua maioria a aspectos de cunho cultural, como perda de “identidade territorial”.

Diante dessa perspectiva, existem alguns debates sobre desterritorialização que merecem ser revisitados. Inicialmente devido ao fato de alguns autores pensarem esse conceito como o “fim dos territórios”. Esse é o caso, por exemplo, do cientista político e

²⁸ Notas de Aula Valter Carmo Cruz. Aula em Programa de pós-graduação em Geografia UFPE. Participação na disciplina Métodos e Técnicas de pesquisa em Geografia.

estudioso da área de relações internacionais Bertand Badie que em 1995 publicou o livro “*O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*”. A obra aborda aspectos muito interessantes, sobretudo, os ligados a perspectiva da solidariedade e das relações dos grupos sociais como formas de superação dos desafios vivenciados em movimentos de deslocamentos.

Porém, o uso dos termos território e desterritorialização apreendem algumas limitações do ponto de vista geográfico. Nessa obra de Badie (1995) território é visto como território nacional identificado como Estado-Nação e a desterritorialização como sendo o fim das formas de organizações do Estado-Nação e, portanto, “fim dos territórios”. Essa ideia vem acoplada a perspectiva da globalização onde o movimento fluído proporcionado pelas redes provocaria uma desordem, uma desterritorialização e, portanto, uma “destruição dos territórios” (BADIE, 1995). Mas é importante frisar que para este autor:

O fim dos territórios não é uma característica isolada da nossa cena internacional, e também não é um factor de desordem permanente. De facto, ele inscreve-se numa história que se revela ao longo, de todo o século XX, e que o mundo anglo-saxónico capta através do conceito de globalização, enquanto a francofonia prefere chamar-lhe mundialização. (BADIE, 1995, p.174).

No entanto, é preciso lembrar que no que concerne aos aspectos políticos, econômicos e culturais o mundo é heterogêneo. Por mais que haja um processo de estreitamento de laços relacionados às ligações e quebra de fronteiras em nome de uma tendência hegemônica e uniformizadora que parte de certo colonialismo velado através de imposições econômicas.

O que se percebe é que, ao invés de um processo homogêneo e com a quebra de limites territoriais, aparecem mais a construção de novos muros e políticas cada vez mais intensas de “afastar o outro” conforme Haesbaert (2014), os muros parecem cada vez mais intransponíveis, controlados e vigiados, caracterizando, ao contrário do fim dos territórios, o acirramento cada vez mais intenso da disputa sobre estes.

Na Geografia, o debate sobre a desterritorialização é intenso e interpretado por diversos autores, dentre os quais está Pedro Geiger. Para esse geógrafo, a des-territorialização seria vista a partir de um esvaziamento do território:

A alguns anos, des-territorialização seria tomada do mesmo modo que esvaziamento do território, como sendo o esvaziamento de uma área de influencia pela polarização de sua cidade. Atualmente, o conceito não nega propriamente a existência do território, mas subordina seus conteúdos e subjetivações à hierarquia mais elevada da espacialização. (GEIGER 1998, p.244).

O autor amplia a perspectiva da des-territorialização para uma ideia de espacialização, colocando-as em um sentido de hierarquização. No entanto, pelas conjecturas das análises espaciais, o território é uma forma de ler/pensar o espaço, como aponta Correa (1995). Dessa maneira, sendo a des-territorialização um conceito derivado do território, aparece, por conseguinte, uma forma de análise espacial sempre entendida a partir do território.

O livro “*Território: globalização e fragmentação*” lançado em 1998 e organizado por Milton Santos apresenta diversos artigos que compõem as discussões relacionadas ao território e suas formas de organização e produção no espaço especialmente através da articulação dos processos de globalização e fragmentação. Neste trabalho estão reunidas algumas das pesquisas que tratam da dimensão da “desterritorialidade”²⁹

Andrade (1998), ao tratar das territorialidades e desterritorialidades, vincula esses processos a gestão e organização do território. Para o autor, as desterritorialidades seriam uma espécie de quebra das territorialidades:

Dessa convergência espacial dos contrários, surgia a reação a gestão central à desterritorialidade e à integração com a formação de novas territorialidades, novas formas de concepção de uso e do processo de domínio do território. Concepções que têm fundamentação de caráter econômico, mas também uma forte conotação antropológica e social. (ANDRADE, 1998, p. 214-215).

A dimensão da desterritorialidade, dessa maneira, está vinculada aos processos de expropriação espacial de diversos grupos sociais, a exemplo dos indígenas que sofrem com a desterritorialidade em prol de um processo de organização do território e devem, com isso, buscar novas territorialidades para a (re)configuração de seus espaços. Essa expropriação, portanto, que caracterizaria uma forma de desterritorialidades está vinculada a uma dimensão fundamentalmente econômica, uma vez que esse processo ocorre em nome de um “desenvolvimento”. No entanto, Andrade (1998) destaca a dimensão antropológica e social destes processos que se imbricam na produção do espaço pelos sujeitos.

Roberto Lobato Correa (1998, p.252) defende que a “desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (Grifos nossos). O autor, ao aplicar suas

²⁹ Aqui, pode-se entender a desterritorialidade como uma dimensão simbólica da desterritorialização. a territorialidade foi discutida no primeiro capítulo deste trabalho a partir das abordagens de Souza (2009) e Sack (2013).

discussões à produção espacial realizada pelas grandes corporações e utilizando o exemplo da Souza Cruz³⁰, afirma que:

A desterritorialidade, gerada no âmbito de uma estratégia territorial que ultrapassa os limites de cada área e cidade, está associada a uma nova visão da importância relativa de cada porção do espaço brasileiro [...] a desterritorialidade implica alterações no mercado de trabalho, impostos [...] a desterritorialidade é programada, executada em nome de uma maior eficiência locacional[...] por outro lado a desterritorialidade gera lugares à margem de uma densa e próspera rede de lugares que conformam o território. [...] a desterritorialidade sem nova territorialidade significa exclusão do processo social. (CORREA, 1998, p. 254, grifo nosso).

Ao pensar a desterritorialidade a partir do exemplo da Souza Cruz, Correa (1998) elenca as múltiplas relações geradas na produção do espaço que constituem desterritorialidades e novas territorialidades das empresas. Correa (1998), ao discutir a desterritorialidade como contradições que “desfazem os territórios”, leva em consideração as relações de trabalho, a geração da marginalização e exclusão dos processos sociais. Esses processos estão ligados às formas de organização do espaço brasileiro e às práticas espaciais discutidas pelo autor em Correa (1995). As dinâmicas organizacionais nas corporações produzem territórios e territorialidades econômicas que se (des)fazem e se (re)fazem a partir dos interesses da produção do capital.

Outra dimensão que compreende o debate da desterritorialização é de cunho cultural. Um dos autores que segue essa perspectiva é Giddens (1992), que debate o tema da desterritorialização relacionando-o a questão da modernidade. Outro autor que também segue essa linha é o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2004). Esse autor discute essa temática a partir de uma perspectiva que relaciona cultura e globalização, trazendo ideias ligadas ao contexto da transnacionalização, das incertezas e das identidades ligadas ao debate.

Para Haesbaert (2004), a emergência do período contemporâneo pressupõe uma preocupação com a desterritorialização entre os processos de pensar a globalização, as redes e a fluidez. Neste sentido, parece pairar como um mito o fato de que a desterritorialização produziria uma “destruição dos territórios”.

No entanto, des-territorialização não necessariamente se configura como um esvaziamento do território, mas sim como um desdobramento das relações de poder existentes neste. A des-territorialização, dessa maneira, acontece ao mesmo tempo com ruptura e possibilidade de constituição de novas formas territoriais sem que as anteriores sejam

³⁰ Souza Cruz é uma corporação empresarial que no Brasil se destacou na produção de cigarros e foi objeto de estudo de tese de doutorado de Roberto Lobato Correa. Ele se aprofundou nas formas de produção do espaço (sobretudo urbano) a partir da organização das corporações tomando como a referida organização.

perdidas e/ou destruídas, mas sim coexistam de forma intrínseca umas nas outras. Assim, como afirma Fernandes (2008), a desterritorialização pode ser vista como uma:

[...] quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica. (FERNANDES, 2008, p.5).

No entanto, como foi visto de início do Capítulo 1, o território está ligado a relações de poder e estas relações estão para além das delimitações físicas ou ideológicas postas por Estado-Nação. Nessas circunstâncias, o território não se limita ao Estado, mas a todas as relações de poder existentes.

A des-territorialização faz parte de um movimento onde o território anterior não é destruído, ele permanece ligado aos sujeitos que os produziram. Mas os territórios se refazem, são rompidos e refeitos de maneira imbricada. Como afirmam Deleuze e Guattari (1992), não há desterritorialização sem reterritorialização, pois estão ligados a dinâmica da própria terra:

A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui o território. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.103).

Um importante ponto a perceber nessa discussão é a desterritorialização como um “vetor” de saída e de entrada entre territórios, não havendo possibilidade de sair de um território sem adentrar em outro. No entanto, outras perspectivas sobre essa discussão devem ser pensadas. A desterritorialização, portanto, no campo filosófico, como propõem os autores, deve ser pensada a partir de uma inter-relação com a reterritorialização. Para Haesbaert (2004):

[...] ‘a desterritorialização não é somente’: a) Desmaterialização ou domínio de relações simbólicas; b) “Não presença” ou desvinculação do aqui e agora; c) aceleração do movimento; d) enfraquecimento dos controles espaciais; e) aumento da hibridização; f) justaposição e imbricação de territórios.” (HAESBAERT, 2004, p. 366).

Nestes casos, a desterritorialização se configura como um mito, pois essas leituras compreendem uma visão fechada do território e da desterritorialização. Nesse contexto, Haesbaert (2004, p.339) afirma que:

Devemos aprender a ler o que se esconde por trás destas aparentemente díspares interpretações. Embora algumas noções, tomadas isoladamente, indiquem efetivamente uma visão muito simplista do território e da desterritorialização, cada uma delas carrega algum indicador daquilo que, de maneira muito genérica, podemos denominar de territorialização: as relações

de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder no sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico. (HAESBAERT 2004, p.339)

Ampliar as discussões sobre a des-territorialização é mister não só no sentido de seu uso, mas em torno das profundas reflexões analisadas de maneira integradora, pensando as inter-relações que se produzem. Nesse sentido, Haesbaert (2004, p. 365) destaca a própria grafia da palavra como algo importante para a ampliação das reflexões sobre ela: “des-territorialização (sempre hifenizada), tal como a multi-territorialização do nosso tempo, carrega sempre a própria multivalência, o múltiplo, o sincrético [...] uma ‘condição híbrida’”. O uso do hífen implica a ligação existente entre o prefixo (des) e a territorialização, sempre no sentido de inter-relação, pois não há como pensar a des-territorialização sem sua re-territorialização, sem as formas de construção do território.

Sendo assim, o território não é destruído, pois o hífen indica que o território anterior sempre estará ligado a novas produções territoriais. Dessa maneira, o território de “saída” não se destrói, mas sim se re-configura. A partir dessa perspectiva optou-se por utilizar a grafia da des-territorialização.

2.3.2 A des-territorialização e os desastres “naturais”: o contexto do Mutirão

Antes de realizar o debate sobre o contexto do Mutirão é preciso fazer algumas considerações acerca dos debates teóricos sobre a des-territorialização e os diversos debates suscitados por vieses teóricos diferenciados, para então realizar uma análise com maior aprofundamento sobre o contexto do Mutirão. Nesse sentido, o primeiro ponto é a importância de questionar que aplicabilidades podem ser pensadas para a des-territorialização. Para Souza (2013), a desterritorialização se configura como:

Um processo pode sem a menor sombra de dúvida, ter a ver com experiência cultural e identitariamente importantes e, no caso da desterritorialização, até mesmo traumáticas, na esteira do desenraizamento dos indivíduos e de seus grupos sociais inteiros; e pode também implicar privação do acesso a recursos e riquezas (na verdade, isso é uma consequência muitíssimo comum de qualquer desterritorialização). (SOUZA, 2013 p. 101).

A des-territorialização implica deslocamentos longos e/ou curtos e também uma intensa precarização do território provocada por um processo de contensão e reclusão territorial (HAESBAERT, 2004). Para Souza (2013), a relação da des-territorialização com o desenraizamento forçado e por vezes traumático pode também ser pensado em caso de

desastres “naturais” em que são provocados deslocamentos forçados em consequência da destruição do território em sua base material, a exemplo da casa.

Uma contribuição importante para pensar nesse sentido é a de Fernandes (2008; 2013). O autor trata a des-territorialização relacionando-a ao contexto de construção de barragens, relatando em seu estudo a perspectiva do desenvolvimento territorial de Portugal a partir da necessidade energética que, por conseguinte, gerou o deslocamento de populações inteiras por causa da construção de barragens.

Oliveira (2011) segue a mesma lógica ao discutir o caso da Aldeia da Luz, que foi totalmente des-locada para construção de barragens. No entanto, o contexto de trabalho dos autores é localizado em um tempo e um espaço determinado, possibilitando outras leituras sobre o fenômeno.

Esses deslocamentos discutidos por Oliveira (2011) e Fernandes (2013) estão relacionados a uma preparação de mudança territorial, uma mudança planejada e pensada pelo Estado, o que não implica dizer que os afetados respondam bem a esse movimento. Nossa perspectiva de estudo está relacionada com rupturas territoriais bruscas em curto espaço de tempo e nem sempre recorrentes, como é o caso do Mutirão.

O rompimento imediato e inesperado dos reservatórios que destruíram em minutos as casas dos moradores teve grande intensidade e amplitude num curto espaço de tempo. Poderíamos falar em des-territorialização quando pensamos no contexto do Mutirão? Os desastres “naturais” poderiam destruir territórios? Sim, e concordamos com Haesbaert (2004) quando esse autor afirma que:

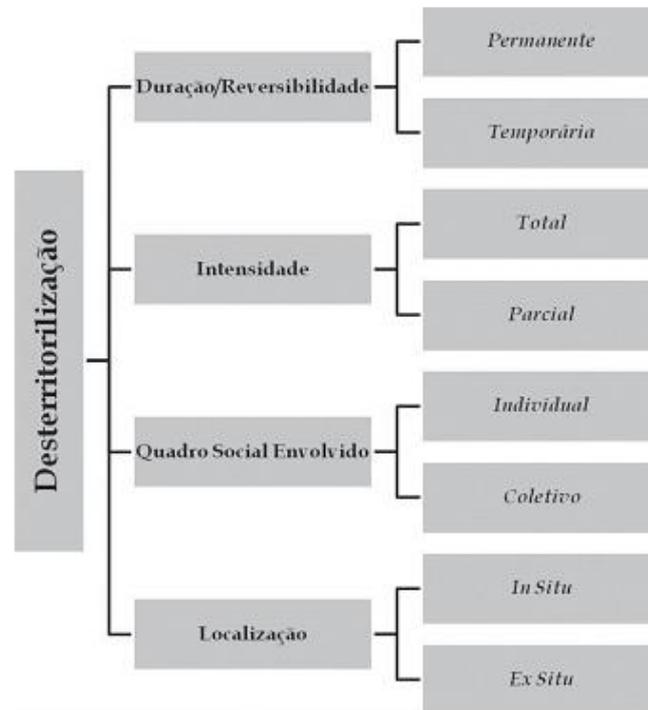
Deste modo, até mesmo a dinâmica da natureza e a chamada questão ambiental precisam, de alguma forma, ser incorporadas ao debate da des-territorialização, a fim de questionar a visão antropocêntrica que vê na des-territorialização um processo exclusivamente “humano”, como se a materialidade do espaço pudesse prescindir de ou abstrair as bases “naturais” sobre as quais foi (e, de forma cada vez mais híbrida, continua sendo) concebida.[...] Questões ambientais afetam cada vez mais nossa organização territorial até mesmo eventos naturais mais imediatos de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos, como terremotos e erupções vulcânicas são suficientes para que, no mínimo, nos questionemos sobre alguma forma de incluir a dinâmica da natureza no nosso debate sobre os processos de des-territorialização. (HAESBAERT, 2004, p.368-369).

Nesse sentido, o esforço de pensar como propõe Haesbaert (2004) nos dá uma dimensão da des-territorialização não como um estado de permanência, mas sim como uma abertura territorial a outras possibilidades e dinâmicas que podem ser desde uma ampliação da

vulnerabilidade no contexto de territórios já precarizados até a melhoria das condições de vida e a luta por territórios menos precários.

A partir das leituras de Haesbaert (2004), Fernandes (2013) elaborou um esquema a respeito da desterritorialização de acordo com os seguintes critérios:

FIGURA 15: Esquema para pensar as dinâmicas de desterritorialização.



FONTE: FERNANDES, João Luís. (2013, p. 637).

Essa divisão é uma possível classificação da des-territorialização. Quanto à duração, ela pode ser permanente ou temporária. Sobre a duração permanente, Fernandes (2013, p. 636) exemplifica com o caso do despovoamento da cidade de Prioyat, na Ucrânia, após o acidente nuclear de Chernobyl. Já em relação à des-territorialização temporária, o autor cita os casos correspondentes às realidades de deslocamento por um período relativamente curto, a exemplo do que acontece nos casos de inundação.

A desterritorialização individual e coletiva descrita na Figura 15 está diretamente vinculada à vivência de grupos sociais. Na desterritorialização individual o autor elenca a “vulnerabilidade pessoal”, ou seja, que altere sua mobilidade espacial, dando como exemplo a “perda de emprego”. Já a desterritorialização coletiva advém de fatores com a localização que ocorre pela vivência em áreas de vulnerabilidade ou ainda por fatores étnicos e identitários, a exemplo de grupos que passaram por deportação e exílio (FERNANDES, 2013, p. 637).

A partir de Haesbaert (2004), Fernandes (2013, p. 638) ainda elenca mais dois fatores de desterritorialização quanto trata da localização:

Desterritorialização *in situ* desvinculação espacial ocorre nos próprios espaços do cotidiano” e a desterritorialização *ex situ*, nos casos em que, pelo contrário, esse desenraizamento ocorre implicando a deslocação de indivíduo ou grupo. No primeiro caso estaremos perante processos de desterritorialização fixos. No segundo, de desterritorialização em movimento. (FERNANDES, 2013, p. 638).

Apesar de concordarmos com a divisão elaborada por Fernandes (2013), enxergamos nessa separação algumas questões problemáticas: como seria possível pensar em uma desvinculação espacial? É possível pensar em desterritorialização permanente ou total?

Autores como Deleuze e Guattari (1992) elencam duas possibilidades para a desterritorialização, uma absoluta e outra relativa. A primeira estaria vinculada ao pensamento e suas formas de se desterritorializar e re-territorializar e formas de pensar sobre as coisas. A segunda, a desterritorialização relativa, teria uma base espacial que para Haesbaert (2004) seria mais aplicada às discussões da geografia.

Para Deleuze e Guattari (1992) ao pensar a desterritorialização em um campo filosófico, os autores afirmam que até um bastão, pode ser considerado um galho de árvore desterritorializado que se reterritorializa em outra função. Nesse sentido, em uma reflexão geográfica sobre as análises dos autores, a des-territorialização não poderia ser absoluta, permanente ou total, uma vez que ela é uma dinâmica territorial que se faz e se refaz continuamente como o movimento de construção e re-construção do território a partir das relações de poder estabelecidas. Nesse contexto, a des-territorialização:

Como entendemos que não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico.[...] um “homem territorial”, cada momento da História e cada contexto geográfico revelam sua própria forma de des-territorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando assim determinadas dimensões do poder.[...] A des-territorialização da sociedade é a conjunção desses múltiplos sujeitos, sendo imprescindível considerar a especificidade das ações de cada uma delas. (HAESBAERT, 2004 p. 340-341).

Dessa maneira, o autor elenca as possibilidades de apropriação espacial material ou simbólica que permitem compreender os grupos sociais. Sendo assim, a des-territorialização não seria nem permanente, nem total, nem absoluta. A des-territorialização na Geografia aparece como um processo geográfico ligado à produção territorial. Os grupos sociais e os indivíduos, todos os seres humanos de alguma forma se territorializam, pois estabelecem

relações de poder no espaço através do “campo de força” e das tensões espaciais (SOUZA, 1995; MOREIRA, 2002).

Haesbaert (2004, p. 365) aponta que a des-territorialização não se apresenta “nem “fim da espacialidade”, inerente à existência do mundo, nem “fim da territorialidade”, inerente à condição humana, a des-territorialização é simplesmente a outra face, sempre ambivalente, da construção dos territórios”. Pensar a des-territorialização, nesse contexto, compreende refletir sobre as dinâmicas territoriais e suas inter-relações que se apresentam nas múltiplas escalas.

A des-territorialização, portanto, condiz com a possibilidade deste conceito sob outros prismas, não como esfacelamento e fim dos territórios, mas como ruptura (em casos mais bruscos), abertura a novas formações territoriais. Analisar outras possibilidades da des-territorialização e conseqüentemente a reterritorialização está ligada a perspectiva de abertura/fechamento do território, onde entram em evidência binômios como inclusão/exclusão, contenção, in-segurança e instabilidade que provocam a intensificação da precarização territorial.

Haesbaert (2014) abre precedente para pensar grupos sociais que se organizam em meio a ambientes construídos sobre o discurso do “risco”, onde a vulnerabilidade atrelada a precarização do território e combinada com o acontecimento de fenômenos naturais resultam em desastres “naturais” e agravam ainda mais a situação das populações que vivem em situação de in-segurança e vulnerabilidade, como apontam Oliveira (2011) e Fernandes (2013).

Para endossar a des-territorialização é necessário ainda analisar os conceitos e discussões sobre a temática e sua materialização no espaço da cidade e a *posteriori* tentar analisar essas discussões a partir do campo empírico. Colocar esses temas em contraponto, debater e elucidar os sombreamentos sobre os conceitos através de diversos autores é adensar o debate e sua aplicabilidade ao cotidiano das cidades como é o caso da comunidade do Mutirão.

Algumas das falas dos moradores nos dão a dimensão desta des-territorialização, com a perda material e simbólica do território. D. C., ao lembrar da enchente, conta que “Eu fiquei sem nenhuma calcinha pra vestir, acredita? Só com o que eu tava no coro!”. Já D. N. diz que: “Eu perdi os troços da gente molhou-se tudo, tudo molhado. Tudo cheio de lama”. As perdas expressas nos diversos relatos, por exemplo, e observadas nas figuras abaixo remetem, por exemplo, as rupturas territoriais com a destruição de casas e relações de vizinhança, apontando para uma des-territorialização.

FIGURA 16: Moradores ilhados depois da destruição da ponte que dava acesso o outro ponto da comunidade.



FONTE: RIBEIRO, L. Morador do Mutirão, 18/07/2011.

FIGURA 17: Moradores observando os destroços no dia seguinte a enchente.



FONTE: Moradores da Comunidade do Mutirão, Julho de 2011.

FIGURA 18: Moradores se deslocando para abrigo depois da enchente.



FONTE: Vídeo publicado pela TV PARAÍBA em Julho de 2011.

As imagens das Figuras 16, 17, 18, 19 e 20 demonstram as perdas e rupturas territoriais a partir dos desastres “naturais”. Com a perda de suas casas, os moradores vão em busca de novos abrigos, proporcionando outras possibilidades de criação de territórios. Para os que permaneceram na comunidade do Mutirão, a destruição da referência da casa e do lar denota uma desterritorialização *in situ* (FERNANDES, 2008; 2013), pois mesmo sem sair de sua comunidade, a maioria das pessoas saiu de casa *a priori* pelo medo e diante da possibilidade de novos eventos.

FIGURA 19: Casa destruída após enchente/inundação perda total da casa.



FONTE: Moradores da Comunidade do Mutirão, Julho de 2011.

FIGURA 20: Casa destruída em enchente/inundação de 2011.



FONTE: Moradores da Comunidade do Mutirão, Julho de 2011.

A apropriação do espaço e a constituição do território, imbricadas pelas relações de poder presentes nas relações sociais, implicam a construção de dinâmicas territoriais como a territorialização. Uma ruptura brusca e imediata causada por eventos como os desastres “naturais” pode alterar as relações de poder a partir da destruição material do território como a casa, por exemplo, e o impacto simbólico da perda rompe com essas referências. Contudo, isso não caracteriza o fim do território, mas a modificação das relações com o espaço e a possibilidade de criação de outras dinâmicas territoriais. Sendo assim, as pessoas afetadas por desastres e que tem seus territórios destruídos não ficam em estado de desterritorialização ou mesmo sem território. Elas vão em busca de novas apropriações espaciais.

A saída de casa com a roupa do corpo molhada, deixando o lar destruído e a procura de um abrigo já caracteriza uma nova apropriação do território. Nesse sentido, a grande discussão compreende pensar a des-re-territorialização, o que faremos no próximo capítulo onde as relações de des-territorialização e da re-territorialização estão imbricadas.

As relações de poder tornam o território um campo de força, tensões e relações de ajuda mútua. O Estado aparece no debate em virtude da forma como produz esses espaços, considerados de “risco” ou vulneráveis, com projetos de planejamento e gestão produzidos em gabinete e geralmente sem análise do campo.

O descaso do poder público com as afetados nos desastres “naturais” faz com que os afetados tenham que se organizar para tentar conseguir elementos básicos de subsistência. É esse o contexto de manifestação de resistência e das lutas sociais, temática que será abordada no próximo capítulo deste estudo.

Vale o esforço de perceber as relações do Estado no processo pós-desastres e que se iniciam na constituição dos territórios de espera logo após os desastres, passando pelos abrigos e durando até os dias atuais, provocando uma situação que leva os afetados a terem de usar de resistências e de táticas para sobreviver e re-construir os territórios destruídos.

Finalizamos este capítulo com trechos da música *Ain'tGot No / I GotLife* (Eu Não Tenho / Eu Tenho Vida) de Nina Simone, que mostra a dimensão da escala mais básica, o corpo (SMITH, 2000 ; SOUZA, 2013), que para muitos dos moradores foi a única coisa que restou para a reconstrução territorial.

Ain't Got No / I Got Life

Ain't got no home, ain't got no shoes
 Ain't got no money, ain't got no class
 Ain't got no skirts, ain't got no sweaters
 Ain't got no perfume, ain't got no love
 Ain't got no faith...

Ain't got no water
 Ain't got no love
 Ain't got no air
 Ain't got no God
 Ain't got no wine
 Ain't got no money
 Ain't got no faith
 Ain't got no God
 Ain't got no Love

Then what have I got
 Why am I alive anyway?
 Yeah, hell
 What have I got
 Nobody can take away

I got my hair, got my head
 Got my brains, got my ears
 Got my eyes, got my nose
 Got my mouth
 I got my...
 I got myself

I got my arms, got my hands
 Got my fingers, got my legs
 Got my feet, got my toes
 Got my liver
 Got my blood

I've got life
 I've got my freedom
 I've got life!
 (Nina Simone, In Concert, 2003)

Eu Não Tenho / Eu Tenho Vida

Não tenho casa, não tenho sapatos
 Não tenho dinheiro, não tenho classe
 Não tenho saias, não tenho casacos
 Não tenho perfume, não tenho amor
 Não tenho fé...

Não tenho água
 Não tenho amor
 Não tenho ar
 Não tenho Deus
 Não tenho vinho
 Não tenho dinheiro
 Não tenho fé
 Não tenho Deus
 Não tenho amor.

Então o que eu tenho?
 Por que mesmo eu estou viva?
 Sim, inferno
 O que eu tenho
 Ninguém pode tomar

Tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça
 Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas
 Tenho meus olhos, tenho meu nariz
 Tenho minha boca
 Eu tenho...
 Eu tenho a mim mesma.

Tenho meus braços, minhas mãos
 Tenho minhas orelhas, minhas pernas
 Tenho meus pés, e meus dedos
 Tenho meu fígado
 Tenho meu sangue.

Eu tenho uma vida
 Eu tenho minha liberdade
 Eu tenho vidas!
 (Nina Simone, In Concert, 2003)

Tradução :

<https://www.letras.mus.br/nina-simone/36305/traducao.html>

Capítulo 3

DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO COMO ABRIGO E OS PROCESSOS DE RE-CONSTRUÇÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO

Finalizamos o capítulo anterior com uma música que simboliza muito do que pretendemos discutir a partir de agora. A música de *Ain't Got No / I Got Life*, traduzida como (Eu Não Tenho / Eu Tenho Vida), de Nina Simone, lembra o que os moradores do Mutirão vivenciaram após o desastre com a perda da casa, dos bens materiais e das construções simbólicas, restando-lhes, apenas assim como na música, a vida.

As pessoas que foram afetadas na escala do corpo, o nível “nano” das escalas, segundo Souza (2013), encontraram na última forma de resistência ou de re-existência (a vida) o ponto inicial ou crucial da luta política, sendo esta, efetuada a partir de movimentos organizados para pedir melhoria das condições de vida e de moradia na comunidade do Mutirão, e também a re-construção de seus territórios, seus abrigos. Esse processo se coloca enquanto dinâmica territorial que traz à tona um tema discutido em Haesbaert (2004, p.198) sobre a des-re-territorialização, que deve ser percebida a partir de sua complexidade em uma construção espaço-temporal.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende analisar os processos de re-territorialização e refletir sobre a des-re-territorialização, bem como discutir as marcas que estão presentes no Mutirão neste momento pós-desastre. Nesse contexto, o Estado, ora ausente, ora presente aparece de forma importante para análise. Por vários momentos durante o texto, destacamos o Governo do Estado da Paraíba como elemento chave na constituição do Mutirão, o que ainda ocorre nos dias atuais. No entanto, no pós-desastre, a atuação da Prefeitura Municipal também existe, direcionando o nosso olhar a outras reflexões.

A divisão do capítulo se dá partir das relações territoriais estabelecidas no abrigo temporários, no qual refletimos sobre os “territórios de espera” conforme (VIDAL et. al.2011) constituídos neste momento. Destacamos ainda dois pontos cruciais neste processo, as lutas sociais e a solidariedade envolvida nos processos de resistência e re-existência da comunidade do Mutirão.

Por fim, retomamos algumas discussões teóricas sobre estes processos e fazemos uma análise das perspectivas atuais e futuras sobre o debate. A análise do contexto atual do Mutirão pós-desastre reflete os casos de diversas realidades brasileiras pós-desastre, principalmente na falta de políticas públicas em favor dos sujeitos afetados potencializando as dimensões da vulnerabilidade e ampliando a precarização do território.

3.1. OS CAMINHOS DA RE-TERRITORIALIZAÇÃO: MUTIRÃO “PÓS-DESASTRE”, VIVÊNCIA NOS ABRIGOS E A CONSTRUÇÃO DOS “TERRITÓRIOS DE ESPERA”

3.1.1 O abrigo e a construção dos “territórios de espera”

Em meio à destruição das casas e a cena do desastre após a noite de 17 de julho de 2011, os moradores atingidos deram início a seu processo de re-territorialização, com a procura de “novos territórios de abrigo” em casa de parentes, amigos e na sede da Associação dos Moradores do Mutirão (AMM) munidos apenas de suas roupas encharcadas sobre o corpo.

Alguns dos moradores que perderam seus bens materiais na enchente retornaram para suas casas no dia seguinte na tentativa de recuperar alguns objetos destruídos pela enchente. Alguns conseguiram reaver geladeiras, fogões, e objetos pessoais, enquanto outros tiveram perda total dos objetos pessoais, além de criações de animais. As Figuras 21 e 22 a seguir foram extraídas de uma reportagem realizada pela TV Paraíba no dia seguinte a enchente e demonstram essa situação de perda material.

FIGURA 21: Morador atingido pela enchente com objeto danificado pós-desastre.



FONTE: Vídeo Reportagem da TV Paraíba. 18/07/2011³¹.

³¹Imagens das figuras 21 e 22 foram retiradas de reportagem da TV Paraíba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOePGGFdR1k>. Acesso em 05/10/2014.

FIGURA 22: Moradora retorna a casa parcialmente destruída recuperar o que restou.



FONTE: Vídeo Reportagem da TV Paraíba. 18/07/2011.

Após uma visão geral dos danos causados, os moradores passaram a se organizar no abrigo. Na Associação dos Moradores alguns dos atingidos residiram por cerca de um mês. Em nossa análise, os abrigos funcionaram como “territórios de espera”. Laurent Vidal et. al.(2011) classifica estes territórios como sendo: “espera [...]que abrange dois sentidos claramente distintos – a imobilidade de um lado, e a esperança do outro.”³² Nesses espaços são construídas uma série de relações permeadas por disputas, conflitos e tensões, mas também esperança e solidariedade. Diz o autor sobre os “territórios de espera”:

A de um espaço fechado, separado, distinto, possuindo uma forte visibilidade. É marcado por um uso social quase exclusivo que enquadra um dispositivo jurídico específico. É pensado para por em espera temporariamente grupos em deslocamento - trate-se de razões administrativas ou políticas, médicas ou humanitárias - mas também para separar os grupos em espera do resto da sociedade circundante. Citemos aqui: as estações de quarentena (lazaretos), a hospedaria de imigrantes, a zona de espera, o campo de exilados ou de refugiados. (VIDAL, et.al. 2011).

Apesar de no Mutirão não haver a amplitude e dimensão dos espaços descritos pelo autor, a comunidade apresenta similaridade perceptível. Principalmente por ser um espaço pensado para um tempo curto, momentâneo onde se “espera” pelos territórios a serem reconstruídos e/ou conquistados. Mas é bem verdade que muitos destes espaços se caracterizam como uma condição territorial de permanência, a exemplo dos campos de refugiados. Porém, no Mutirão a escala que se apresenta é bem menor, um pequeno espaço, um salão de reuniões

³²O texto de Laurent Vidal encontra-se sem numeração de página.

de uma associação que serviu emergencialmente de território, de abrigo, para os moradores “des-territorializados”.

Como o próprio conceito denota, os territórios de espera são aqueles que se apresentam “entre dois”, como aponta Vidal et. al(2011). Entre um território deixado ou, neste caso, destruído pela enchente, e um território a ser construído ou re-construído. A tabela abaixo se refere aos elementos principais presentes nos territórios de espera, segundo Vidal et.al (2011). O autor ainda caracteriza os elementos que são importantes para pensar as dimensões desses territórios.

TABELA 3: Elementos e características dos “territórios de espera”.

Elementos da espera	Características
Psíquicas	A espera pode ser inibidora de sentidos ou potencializadora deste
Fisiológicas	Experiência da espera como corporal
Sociais	A espera pode provocar experiências sociais inesperadas.
Econômicas	Atividades pensadas em tempos curtos “ a exemplo de vendedores ambulantes”
Jurídicas	Noções que podem ser aplicadas a estado de exceção
Sensíveis	Outra percepção da relação com o tempo que pode ser acelerado ou retraído
Culturais	Espera como aculturação
Geográficas	“Espaço coercitivo ou com possibilidades, de recurso descoberto”
Políticas	Zonas de exceção. Onde o poder é exercido de maneira diferenciada

FONTE: Elaborada por FREIRE, Zenis (2015) a partir das discussões de VIDAL, Laurent et.al.(2011).

É preciso deixar claro que os estudos do autor estão vinculados, em sua maioria, aos movimentos migratórios, onde imigrantes passam a construir “territórios de espera” entre os lugares que deixam (por diversos motivos, como as migrações forçadas) e os lugares que querem chegar. No entanto, a ampliação do debate sobre o conceito e sua possibilidade de análise em outros contextos de estudo é uma estratégia necessária e inclusive é incentivada pelo autor.

Sendo assim, o esforço de pensar como os abrigos podem se constituir enquanto “territórios de espera” é uma abordagem interessante a ser feita. Com relação aos elementos presente na Tabela 3 é importante perceber que nem todos os espaços destinados à espera vão apresentar as mesmas características, pois a escala de análise e a realidade dos afetados transformam as possibilidades de pensamento sobre os diversos contextos.

Pensando a realidade do Mutirão, pode-se perceber alguns destes elementos sobre outro prisma. Os elementos geográficos descritos na Tabela 3 podem ser vistos de forma aprofundada tendo como foco principal elementos políticos, culturais, econômicos e

ambientais. Discutir ponto por ponto torna-se uma tarefa inviável no contexto desta pesquisa. Por isso, privilegia-se nos aspectos geográficos os pontos políticos-culturais-ambientais, entendendo que os demais podem ser enunciados e permeados nos entremeios.

Os aspectos políticos podem ser percebidos, por exemplo, nos conflitos e nas disputas pela organização social dos abrigos, nas tensões e disputas do poder existentes entre os afetados, o Estado e as lideranças comunitárias.

As perdas simbólicas do território, da casa, a busca pela construção de novos territórios, bem como as tensões ambientais existentes, com a aceitação da “culpa” da natureza, e naturalização dos eventos que “tinham de acontecer” leva-nos a pensar a respeito de construção das subjetividades que se inscrevem na escala do corpo, mas que produzem intencionalidades e, por conseguinte, ações.

Valêncio (2007; 2009) apresenta a necessidade de estudo e a ampliação das possibilidades de análise dos abrigos temporários, constituem como um território precário e, como já discutido a partir de Martins (2007), relacionando-os a uma inclusão precária dos desabrigados enquanto “esperam” por ações do poder público que minimizem os problemas vivenciados pelas vítimas de desastres.

A pobreza, segundo Valêncio (2009), acaba por “coincidir” com os desastres em virtude da vulnerabilidade, conforme discutimos anteriormente. Os abrigos temporários funcionam como uma forma de incluir, ainda que de forma precária, os afetados de modo que estes tenham, perante os discursos oficiais do Estado, as mínimas condições de prover a própria subsistência após os desastres.

No Mutirão, os moradores não relataram com muitos detalhes as experiências vividas nos abrigos. Provavelmente isso se deveu à preocupação com a recuperação da casa e os traumas deixados pela enchente ainda estejam em grande evidência em suas memórias. A vivência destes “territórios de espera” para os moradores do Mutirão se deu de forma diferenciada. Isso porque nem todos ficaram permanentemente na Associação dos Moradores. Alguns tentaram viver em casa de parentes, outros se dividiram entre o trânsito entre a sede da associação e a casa parcialmente destruída.

Nos relatos dos moradores percebe-se que quatro famílias permaneceram na associação por trinta dias, enquanto o restante se dividia entre fazer as refeições no abrigo e passar a noite em suas casas parcialmente destruídas mesmo que algumas destas tivessem sido condenadas pela Defesa Civil. Muitos moradores preferiram retornar às suas casas com o intuito de tentar preservar o pouco que lhes restou porque muito do que podia ser recuperado estava sendo furtado. Além do mais, alguns dos moradores, mesmo relatando medo de

retornar às casas com risco de desabamento, permaneceram nelas em virtude de não ter para onde ir. Já outros também demonstram o desconforto de permanecer em casas alheias. É possível perceber como se deu esta vivência no relato abaixo:

A gente sofreu viu, eu tive uma crise se tosse que eu quase que morro tossindo, tudo que eu comia, eu botava pra fora. Devido a chuva que a gente levou, a frieza aí mundo afora. Aí fui lá pro conjunto pro lado de lá, pra casa de uma sobrinha, levei um bocado de roupa pra lá, os que escapou, fiquei com meus troços guardado lá e eu lá em cima, ai de noite eu fui pra casa. (Relato de D.C. afetada(o) na enchente/inundação).

São múltiplas as subjetividades que compõem os relatos de vivência dos sujeitos, dentre eles a força simbólica que constitui seus territórios, suas territorialidades (SACK, 2013). As relações estabelecidas entre o “seu” e o do “outro” pressupõe as relações afetivas e simbólicas com o espaço. Essas relações, definidas por Tuan (1983) como topofílicas, são aquelas capazes de ir para além do medo, mas que beiram a necessidade.

A “escolha” da casa, ou da área de moradia *a priori*, foi fruto de processo de ordenamento territorial e de movimentos de segregação da cidade. Mas ao apropriar-se destes espaços as construções simbólicas e relações de afetividade com estes espaços de vida construídas pelos moradores foram baseados em construção de luta por melhores condições, e a busca pelo território como abrigo (SANTOS, 2000) apresenta uma dimensão complexa da relação destes sujeitos com o espaço.

A expressão dessa complexa inter-relação com o espaço pode ser percebida no relato de mais uma das pessoas atingidas:

Eu passei a semana em uma casa aí, mas eu não gosto de ficar na casa dos outros, eu disse; eu vou, se eu morrer, eu morro dentro mesmo! Aí ficamos daqui, pra ali, pra SAB³³. Dali, um dava umas coisas, outro dava outro e fiquemos quase um mês né. Aí pelevava pra arrumar outro canto, pra sair daqui, porque aqui é assim, quando chover nos açudes que é estourar, vem pra aqui tudim, porque aqui tem muito açude. (Relato de D.N.P. afetado(a) na enchente/inundação).

O apego a casa e o sentido de não permanecer na residência de outrem marcam um sentido de deslocamentos nos moradores da casa destruída. Reportagem da TV Itararé, rede de televisão local, sete meses após a enchente, mostra a estrutura da casa para a qual D. N. P. voltou após a inundação. A Figura 23 a seguir ilustra essa situação. Em 2014, durante trabalho de campo para esta pesquisa, constatamos que a condição da residência permanecia a mesma.

³³ SAB significa Sociedade Amigos do Bairro. Hoje é conhecida como Associação dos Moradores do Mutirão.

FIGURA 23: Rachaduras em casa “condenada” pela Defesa Civil



FONTE: Vídeo Reportagem TV Itararé, sete meses após enchente. 2012.³⁴

Assim como o relato acima, vários outros são direcionados a esse contexto, a necessidade de retorno a casa. A falta de condições estruturais para que isso ocorra sem falar e inexistência de quaisquer outras possibilidades. Essas reflexões trazem à tona alguns questionamentos sobre os momentos de espera. O que se “espera”? O que algumas pessoas formulam nestes “territórios de espera”?

Acreditamos que nos territórios de espera as pessoas criam elementos de reterritorialização. Elas esperam as decisões do poder público, mas esse também é um período de compreensão dos processos sofridos a partir da ruptura brusca de suas relações espaciais com a casa, a família e a vizinhança.

Neste período em que os abrigos funcionam como a referência territorial mais básica, surgem nesses espaços tensões, conflitos e disputas pela recepção de doativos entre os que se sentiram lesados e os que não receberam nenhum auxílio. No entanto, estes territórios de espera não são permeados só pelo conflito, neles estão presentes também relações de solidariedade, cuidado e atenção para com as pessoas.

3.1.2 Abrigos: espaços de conflitos e de solidariedade

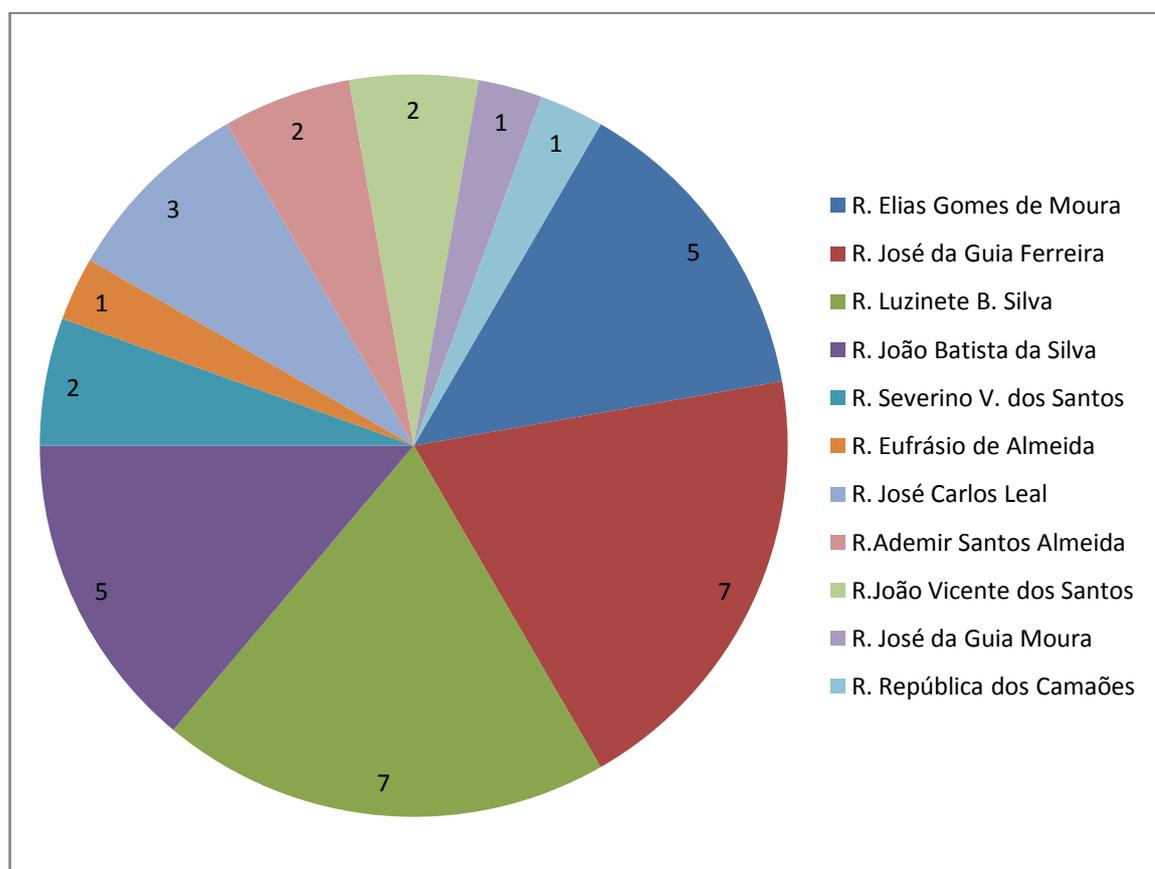
Os espaços dos abrigos são espaços de conflitos e de solidariedade, lugares onde se manifestam diversas formas de relações de poder e a precarização se intensifica. No Mutirão, no pós-desastre, muitas táticas e estratégias foram observadas, dentre elas as burlas, destacadas por Certeau (2009) como “artes de fazer” para burlar estratégias colocadas pelo Estado. É possível observar essas táticas nos espaços dos abrigos e fora deles.

³⁴Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CVM4sK4ZAFU>. Acesso: 12 de agosto de 2015.

O contexto de precarização territorial do Mutirão desde o período de sua formação é intensa. Essa é uma situação intensificada, entre outros fatores, pela a inclusão do lixão em local próximo à comunidade. A partir dessa situação, pessoas em condições sociais precárias também foram incluídas na lista da Defesa Civil como afetados pela enchente/inundação em 2011.

Alguns destes não foram afetados, porém, receberam donativos destinados aos atingidos como refeições diárias, cestas básicas, colchões e roupas e alguns ainda recebem aluguel social por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande em virtude do desastre. No gráfico da Figura 24 pode-se observar a porcentagem das famílias afetadas por localização das ruas.

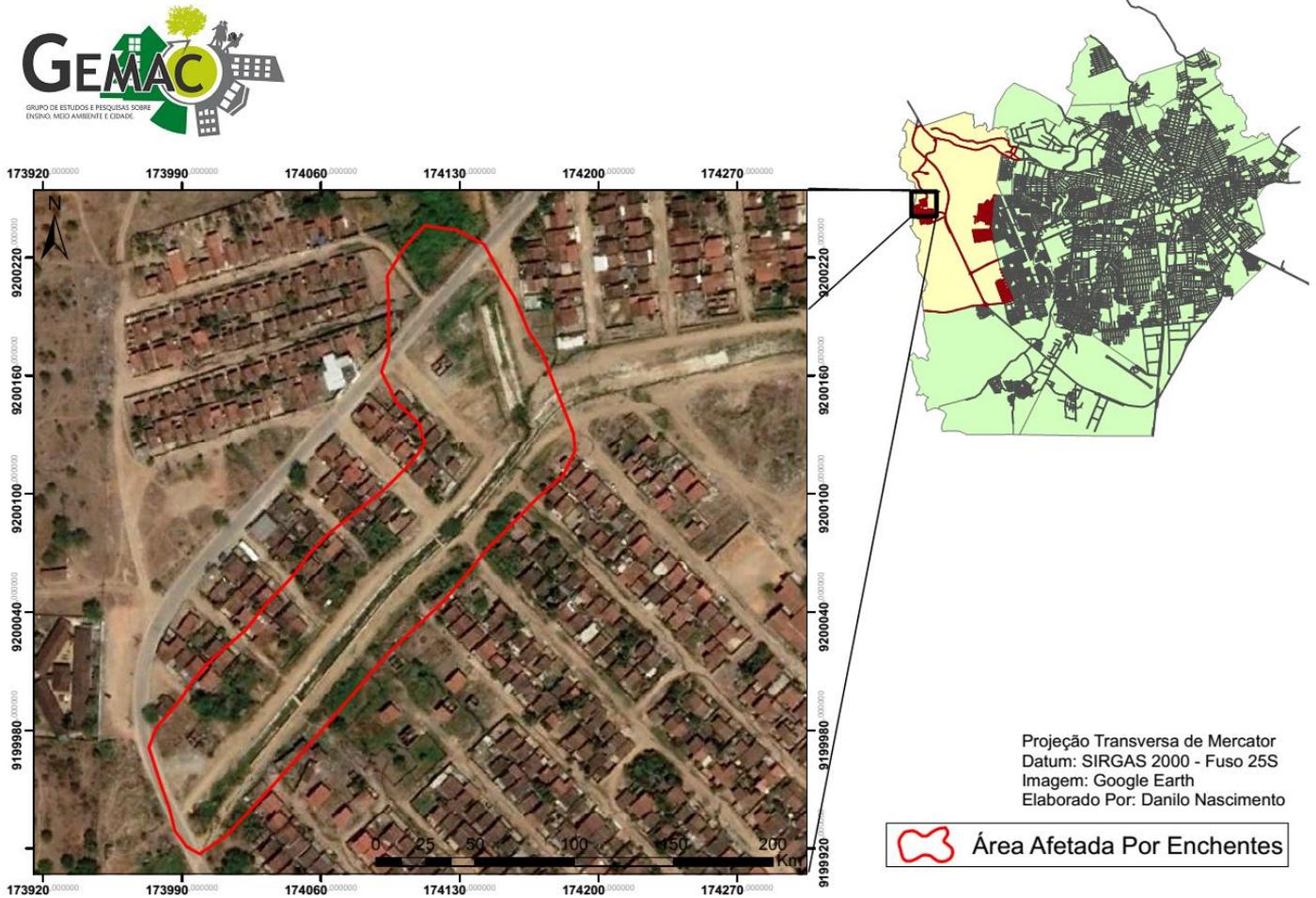
FIGURA 24: Localização de famílias afetadas na enchente.



FONTE: Elaborado por Freire (2015) a partir dos dados cedidos pela DCCG.

A Figura 25 mostra a demarcação das principais ruas atingidas pela enchente. Nesse contexto, o detalhe a ser observado é que a Rua República dos Camarões consta na lista de moradores atingidos mesmo sem ter sido afetada pela inundação.

FIGURA 25: Ruas mais atingidas pelo desastre.



FONTE: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Meio Ambiente e Cidade (GEMAC).

Certeau (2009, p.95) chama de táticas a “arte do fraco” em que este se utiliza da astúcia para burlar as estratégias. É preciso deixar claro que para Certeau (2009)³⁵ a estratégia está ligada a um “detentor” do poder, enquanto as táticas estão ligadas àqueles que tem “ausência de poder”. Discordamos desta discussão por entender que o poder é sempre uma relação e que não existem um detentor do poder, nem uma ausência deste, mas o que existe, com base em Foucault (2012), são exercícios de poder e campos de resistência a ele. Sendo assim, o poder está em todas as partes, desenvolvendo relações com um “campo de forças” (SOUZA, 1995).

As práticas de burla, como sendo “arte dos fracos”, estão presentes no Mutirão nas formas de transpor as estratégias colocadas na regência dos abrigos, bem como através da

³⁵ Nessa discussão, Certeau (2009) elabora este pensamento a partir leituras sobre os períodos de guerra, fazendo sua análise também a partir do pensamento da “Arte da Guerra”, de Sun Tzu.

“amizade” de alguns e da solidariedade de outros com a situação de precarização. Exemplo disso é a história de uma família que teve a casa destruída por um incêndio semanas antes da enchente.

Composta por mãe solteira com quatro filhos, desempregada e dependente do programa Bolsa Família, essa família residia nas proximidades de onde ocorreu o desastre, mas não chegou de forma alguma a ser afetada pela inundação. Ainda assim, teve seu nome incluído na lista dos atingidos. Esse processo revela-se com uma tática para poder conseguir os donativos doados, bem como a possibilidade de ganhar uma nova casa.

No entanto, histórias como essa foram, de certa maneira, silenciadas por outros moradores que em nenhum momento questionaram essa tática em virtude da necessidade do outro, caracterizando um ato de solidariedade.

Contudo, esses espaços também são de conflitos entre pessoas realmente atingidas pela enchente e as não afetadas que passam a usufruir dos benefícios destinados aos que foram vítimas da inundação. O relato de um(a) morador(a) nos faz refletir sobre essa situação:

Quando eu ouvia a zuada da moto, eu ia logo olhar, era de noite que eles traziam. Quando era no outro dia, que nós ia olhar, era tudo zero. Eu descarreguei uma camioneta de feira, mais minha menina e minha neta. Ficou uma tuiá desse tamanho na cozinha, num dia de sexta-feira, e outra de roupa, nós descarreguemo, roupa e calçado. Ficou lá, fizemo uma tuiá de feira, uma por cima da outra, cada feira boa que só, ela não podia da logo a da gente, pra gente levar, do jeito que veio, os pacotes feito, de tudo. Ai ela disse: só amanhã! No outro dia, quando nós chegamos, se tivesse dez feiras, tinha muito. Uma camioneta cheinha que veio, dessas D 20. No outro dia a gente chegou, não tinha nem dez feira. Tinham levado tudinho. Teve uma pessoa que foi na casa de uma. Disse que tinha saco de feira, até por cima do balcão da pia, quando chegou no balcão da pia tava os sacos, as sacolas de compra, bem grande, cada sacola enorme, por cima de mesa, por cima de tudo! E eu aqui não passei fome, porque tinha um rapaz aqui, que agente comprava, ficamos devendo, não compro agora, porque não posso pagar, os meninos comprava a ele, pra gente poder se segurar, porque se fosse esperar “eles”, o que tinha vindo, não dava pra encher ninguém, não! Meu menino come que só, trabalha demais, a feira que vinha não dava nem pra começar, ele tinha que vir comer alguma coisa aqui em casa. Ai a gente tinha que comprar essa feira, cento e quarenta, ai a gente dividia em dois pagamentos, setenta, setenta. Se não fosse isso, a gente tinha era passado fome. (Relato de D.C. morador(a) do Mutirão e atingido(a) pela enchente/inundação).

É nesse campo de conflitos e solidariedade que se coloca o contexto pós-desastre no Mutirão, permeado por conflitos políticos e simbólicos. Mas um ponto relevante é a discussão sobre a solidariedade. Para Rezende (2004, p. 45), “a retomada das práticas de solidariedade constitui uma forma de resistir ao individualismo exagerado que toma conta das relações

sociais na contemporaneidade”. Essas formas de pensar a solidariedade devem estar para além das relações colocadas como naturalizadas de “amor ao próximo”.

Nesse sentido, a solidariedade pode aparecer como possibilidade de esperança, sem pensar em um universo romantizado, mas possivelmente utópico. Este é um processo que se coloca sobretudo em momentos de grande impacto social que causam, por sua vez, grande comoção nos espaços onde a realidade dos desastres se faz presente. A ideia de “solidariedade” muitas vezes está ligada à doação de donativos e ajuda emergencial. No entanto, a solidariedade também se apresenta como uma resistência, uma forma de sobreviver e de re-existir em momentos de precariedade extrema.

Os atos de resgate e salvamento efetuados pelos moradores do Mutirão são exemplos de uma solidariedade que, como disse Rezende (2004), se colocam em uma forma de resistência ao individualismo da contemporaneidade. No entanto, a solidariedade é uma possibilidade de movimento de resistência, onde se colocam as lutas sociais, a exemplo das manifestações que bloquearam a BR-230, cobrando das autoridades competentes o resgate do corpo de um morador desaparecido na enchente.

Processos como esse estão diretamente ligados à escala mais básica da existência, a escala do corpo, conforme Smith (2000). Para o autor, as escalas devem ser pensadas desde a escala do corpo até a escala global, mas não de maneira hierárquica e sim inter-relacionada. O autor critica a ideia do “pense globalmente, aja localmente”, ao que ele chama de derrotismo, e que deve ser respondido com o “pense globalmente, aja globalmente” (SMITH, 2000, p. 156).

Essa dimensão dá ao jogo de escalas outras possibilidades de análise. De acordo com Santos (1996), as escalas estão relacionadas como a corporeidade, o que possibilita experiências únicas da existência. Esse é o caso de pessoas afetadas por desastres “naturais”, a exemplo da comunidade do Mutirão onde os moradores têm e tiveram seus corpos afetados de maneira direta.

Este processo permite pensar os “territórios de vida” dos sujeitos. Na luta por estes territórios de vida é que emergem os conflitos, as tensões, mas também a solidariedade, como um ponto para além do individualismo. Na ação diária que é para Smith (2000), local/global está relacionada à produção do espaço através das ações que são movidas pela permanência da construção territorial.

São essas lutas sociais pelo território, que se configuram como formas de resistência, dentre elas a solidariedade que se constitui em meio aos “territórios de espera” e as condições de precarização do território. As diversas formas de resistência fazem emergir formas de

“contorno” conforme Haesbaert (2014). Esses contornos funcionam como formar de “burlar” nas palavras de Certeau (2009), os profundos problemas sociais existentes na comunidade. Esses processos se evidenciam nos movimentos de luta que são pensados a partir das mínimas condições que se tem. É essa ideia que desenvolveremos no tópico a seguir.

3.2 LUTAS SOCIAIS E O PAPEL DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUTIRÃO

3.2.1 As lutas sociais e as resistências no Mutirão

As discussões que versam sobre lutas sociais e movimentos de resistência estão cada vez mais presentes nos debates das Ciências Humanas e vem se re-desenhando no período contemporâneo, onde as lutas por igualdade de direitos tem se apresentado a partir de movimentos que englobam as lutas pelo território de vida.

As lutas sociais no espaço urbano geralmente estão relacionadas aos movimentos sociais em sua maioria “organizados” a partir de sindicatos e/ou associações. A discussão em relação aos movimentos sociais, como aponta Jan Bitoun (1993), é uma discussão complexa e que pode ser feita a partir de relações com outros campos do conhecimento como a Sociologia. Mas para este recorte de trabalho não nos aprofundaremos nessa discussão.

Porém, é necessário discutir as seguintes questões: como compreender as lutas sociais que proporcionaram um movimento de resistência no Mutirão? Essas lutas podem redesenhar as políticas de Estado para áreas atingidas por desastres “naturais”?

No contexto do Mutirão as lutas sociais estão presentes desde o processo de sua constituição, conforme discutido no Capítulo 1. Essa organização inicial se deu a partir de lideranças comunitárias que receberam o apoio da Igreja Católica. Em seguida, houve a constituição de uma Sociedade Amiga do Bairro (SAB) e posteriormente a constituição da Associação dos Moradores do Mutirão.

No entanto, essas formas de organização social e de movimentos associativos esbarram no que Bitoun (1993, p.12) afirmou ser “práticas desenvolvidas pelos atores da política clássica para manter os seus territórios eleitoreiros”. As disputas e tensões que se colocam dentro das associações proporcionam certo “enfraquecimento” dos movimentos e consequentemente descrédito por parte dos moradores. Ainda assim, as lutas sociais não são destruídas, mas se re-significam, proporcionando movimentos de resistência de maneira “não

organizada”. Situações extremas como o caso do desastre do Mutirão fez emergir uma luta e uma reivindicação por parte dos moradores que pediam a busca pelo corpo de Davison Fernandes, morto na enchente.

No momento da enchente/inundação a água invadiu a casa de Davison. A força da água acabou arrastando-o (abraçado ao cachorro de estimação) junto a sua mãe. Ela ficou presa em uma árvore. Segundo relatos dos moradores, ela foi resgatada depois de quatro horas pelo Corpo de Bombeiros e por moradores que auxiliaram no resgate, como mostra a Figura 26. Já Davison desapareceu em meio aos escombros e foi levado pelas águas.

FIGURA 26: Resgate de vítima de enchente.



FONTE: Moradores da comunidade do Mutirão 18/07/2011.

O movimento da comunidade não parou no resgate das vítimas, mas provocou uma mobilização social. Alguns moradores ocuparam a BR-230, principal rodovia que liga o Sertão paraibano à capital João Pessoa, localizada no litoral do estado. A rodovia é uma das principais vias de transporte de cargas. Os moradores queimaram pneus e móveis, bloqueando a passagem de veículos. Os manifestantes reivindicavam a presença da Defesa Civil no local e buscas pela criança levada pelas águas em meio aos destroços surgidos com a enchente. A sequência das cenas presentes na Figura 27 busca mostrar, através de vídeo feito pela imprensa local, as manifestações dos moradores.

O movimento durou cerca de quatro horas. Além da cobrança pelas buscas ao menino desaparecido, os manifestantes solicitaram providências por parte do poder público em virtude da destruição das casas e cobravam assistência às famílias. É importante lembrar que essa movimentação contou com a ajuda não só dos atingidos pela enchente, mas também de vários moradores do Mutirão que buscavam melhorias das condições de vida para os atingidos. Essa medida foi uma importante ação de luta e que resultou na chegada dos órgãos públicos e no retorno das buscas pelo corpo de menino.

FIGURA 27: Manifestação de moradores reivindicando busca de desaparecidos e presença de órgãos do Estado no local.



FONTE: Vídeo Reportagem TV Paraíba 18/07/2011.³⁶

Durante o protesto, um vídeo que foi gravado pelos moradores mostra um manifestante dirigindo-se da seguinte maneira a um policial rodoviário federal: “se fosse um rico... o avião quando caiu chegaram logo de imediato atrás de caixa preta, num sei de que?”

³⁶Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOePGGFdR1k>. Acesso: 12 de Agosto 2015.

Num sei de que? Ai porque é filho de um pobre, terminou morto ai”³⁷. Essa fala foi feita em virtude de um novo impasse com a chegada do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Os moradores não queriam liberar o trecho da BR -230 enquanto os bombeiros não voltassem de fato às buscas com receio de que após a liberação do trafego não houvesse a efetiva busca pelo corpo da criança.

Ana Clara Torres Ribeiro (2009) mostra como na cidade as formas ou a forma de interrupção da mobilidade tem sido utilizada como forma de manifestação e ato de resistência para fazer sair do anonimato aqueles que lutam. De acordo com Ribeiro (2009, p.151), “a cidade como território alienado e alienante, tem sido desvendada por sujeitos sociais que interrompem vias, ocupam pedágios e impedem a circulação urbana”.Esses movimentos se configuram como formas de luta e de resistência.

De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa, resistência é o “ato de resistir”, resistir a algo ou alguém. Resistir é verbo e implica ação. As ações são dotadas de intencionalidades e, segundo Santos (2012), se configuram como um elemento fundamental da produção do espaço. Baseado nisso, torna-se imprescindível questionar como se configuram as resistências.

A resistência, para Deleuze (1988)³⁸, está na “arte de criar”. Para o autor, resistir é criar, criar é existir efetivamente. Ele afirma ainda que “a existência já é resistência”. Nesse aspecto, as resistências se configuram como meios de criar, formas para ação de resistir. Mesmo nas situações mais adversas é possível criar uma forma de resistir, com os instrumentos que se tem em mãos, bloqueando estradas e permanecendo nelas até o atendimento das exigências.

Todos esses elementos do cotidiano possibilitam pensar na resistência como uma forma de ação, na produção do espaço das cidades. Os movimentos criativos da resistência estão presentes em todas as esferas das relações de poder, pois para Foucault (2003):

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência de resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia quanto maior a resistência. [...] em toda parte esta a luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião se quiserem –, e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião. (FOUCAULT, 2003, p.232).

³⁷Este trecho foi retirado do vídeo gravado pelos manifestantes durante a negociação com os representantes da PRF.

³⁸ Retirado de *O abecedário*, de Gilles Deleuze. Transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Claire Parnet, 1994. Início da filmagem: 1988.

A resistência sempre está imbricada por formas que vão se contrapor ao exercício de poder dominante e que possibilitam o tentar “escapar” desta dominação, encontrar maneiras de burlar o que está posto. Nesse debate, podemos retornar a Certeau (2009), com suas análises de estratégias e táticas que tem na astúcia formas de burlar as estratégias colocadas.

Neste jogo de disputas e tensões, Bitoun (1993) destaca-se ao elencar a importância de pensar os movimentos sociais como forma de resistência baseada na perspectiva da ação. O autor exemplifica essa situação a partir dos movimentos dos mocambos na cidade de Recife que se organizaram coletivamente para lutar pela permanência nas áreas de ocupação inicial. Assim como também muitos outros movimentos de resistência em ocupações de assentamentos que visavam às lutas pelo espaço das cidades.

O movimento coletivo dos moradores do Mutirão, ainda que não possa ser considerado um movimento social organizado, mas de caráter efervescente em uma situação de emergência, pode ser incluído no rol das formas de resistência e burlas da estratégica ausência do Estado nessas áreas.

A resistência é luta, embate, criação, arte. Resistir é tentar sobreviver, existir, re-existir apesar dos grupos opressores³⁹ que buscam hegemonia. O espaço é, portanto, uma das possibilidades mais importantes de resistência, pois é onde se produz a vida social. A resistência se encontra como desafio aos representantes do Estado. Os moradores afirmavam que se a situação das buscas pelo menino desaparecido não fosse resolvida, a rodovia voltaria a ser fechada: “Nós vai, voltar pior, nem calango, num passa”. Disse um dos moradores apontando para uma resistência ainda mais forte durante o protesto.

Os movimentos percebidos no Mutirão, que em sua maioria são frutos de uma ausência estratégica do Estado, fazem emergir as lutas por um território com melhores condições de sobrevivência. A cobrança feita ao Estado para uma atuação perante às situações de emergência são importantes para esta reflexão, sobretudo para pensar a importância destes movimentos de luta por melhores condições de vida.

Em face desse movimento, os moradores, através da associação, foram para além dos protestos e entraram com uma Ação Judicial, pedindo obras de saneamento básico e o abastecimento de água na comunidade. O desastre “natural” deu força para que a mobilização chegasse ao Judiciário, em ação contra o Estado na representação da Companhia de Água e

³⁹ Nesse contexto, os opressores não se limitam às lutas de classes sociais e/ou econômicas. Falamos aqui das várias possibilidades de opressão, onde também entram casos como opressões étnicas, de gênero, físicas e outras formas de opressão.

Esgoto da Paraíba (CAGEPA), impetrada pelo Ministério Público da Paraíba⁴⁰ no dia 26 de Julho de 2011, nove dias após a enchente.

Em 30 de Julho daquele ano, o jornal “Diário da Borborema” publicou matéria sobre a ação do Ministério Público, conforme Anexo II deste trabalho. Esses dois processos mostram a mobilização social da comunidade em busca de melhorias como saneamento básico, abastecimento de água e o fim da cobrança de taxas de esgotamento sanitário que até então eram recolhidas mesmo nas ruas que não apresentavam rede de esgoto. Esses processos só foram possíveis a partir de uma mobilização social fruto de união coletiva e da representatividade da Associação dos Moradores. No entanto, como veremos a seguir, a atuação do Estado se dá de maneira vagarosa e precária.

3.2.2 A atuação do Estado pós- desastre: uma crítica necessária

O termo Estado é utilizado genericamente para discutir uma instituição. A ideia de Estado, criado a partir de uma perspectiva de Estado-Nação e de identidade nacional, parece reverberar por todas as esferas da sociedade e de múltiplas formas. Porém, tendo ciência da complexidade que envolve os debates sobre Estado, nos limitamos a pensar sobre suas relações com políticas públicas e que se colocam entre os interesses da população, nesse contexto, evidenciando o papel do Estado na comunidade do Mutirão no momento da inundação e após o desastre.

Dividimos a análise da atuação do Estado em três esferas: as duas primeiras relativas às políticas dos governos estadual e municipal, e a terceira relacionada à atuação da Universidade Estadual da Paraíba, instituição a serviço do Estado. Para uma melhor compreensão, subdividimos, na Tabela 4, as principais formas de auxílio operacionalizadas no pós-desastre e que foi fruto das manifestações e luta dos moradores por assistência.

Após as análises de documentos fornecidos por órgãos públicos e dos relatos dos moradores, foi possível mapear as principais ações do Estado frente ao desastre. Essas ações foram subdivididas em esfera de atuação, órgão executor e auxílios oferecidos. Esses projetos se estendem do momento do desastre ao período de finalização da pesquisa, sendo observadas as ações pós-desastre até o ano de 2015.

⁴⁰A capa do processo e sua repercussão na mídia local podem ser observada em Anexo I e II do presente trabalho.

TABELA 4: Formas de atuação do Estado na comunidade do Mutirão pós-desastre.

Esfera de atuação	Órgão executor	Auxílio Oferecido
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Assistência Social 	<ul style="list-style-type: none"> Refeições diárias (30 dias) após desastre
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Defesa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de imóveis (2011) Socorro as vítimas⁴¹ (Imediato)
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Médica (Imediata)
Universidade (UEPB)	<ul style="list-style-type: none"> Ouvidoria 	<ul style="list-style-type: none"> Recepção de doativos Auxílio psicológico Atividades de recreação com crianças
Estadual	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da Unidade de Polícia Solidária (UPS) (2012)
Estadual	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Obras 	<ul style="list-style-type: none"> Início de obras de canalização de riacho e suas margens. (2013)

FONTE: Elaborado por FREIRE, Zenis (2015). A partir dos dados coletados em campo.

A atuação da Prefeitura municipal no pós-desastre teve caráter de emergência e foi coordenada pela Defesa Civil (DCCG), Secretarias de Saúde e Assistência Social da cidade. A DCCG fez à análise dos riscos de desabamento das casas, demarcando as “condenadas”, além de, em parceria com Associação dos Moradores do Mutirão (AMM), registrar os afetados e relatar os danos causados de maneira direta e indireta aos moradores.

A Secretaria Municipal de Saúde enviou médicos até o local, segundo os relatos dos moradores. De acordo com a Secretaria de Assistência Social (SEMAS), a atuação foi no sentido de fornecimento de refeições que eram enviadas à Associação e correspondiam a: café da manhã, almoço e jantar. Os relatos dos moradores também evidenciam esse auxílio.

A Universidade Estadual da Paraíba, através da ouvidoria, segundo os moradores e a vice-presidente da AMM, contribuiu com recreação para as crianças atingidas, como passeios a parques na cidade, e auxílio de psicólogos, além da arrecadação, junto à sociedade civil, de doativos para os atingidos pela enchente. Os relatos dos moradores mostram que esse auxílio foi emergencial e aconteceu apenas durante o período em que estavam no abrigo.

Após a efervescência midiática e a comoção social, os desastres caem no esquecimento, não só da sociedade como também do próprio Estado. Essa é uma situação presente na fala de moradores do Mutirão.

⁴¹ No contexto de socorro às vítimas destacamos também o auxílio do Corpo de Bombeiro se da polícia militar da Paraíba, o que denota uma ação conjunta das esferas Estaduais e Municipais.

A prefeitura, a única ajuda que esse povo deram a gente, foi uma alimentação que mandaram. Parece que foi um mês, depois disso, mais nada! Ninguém me ajudou com mais nada! A não ser roupa que o povo de fora trazia pra gente. Mas eu ajeitei meu muro com ajuda dos meus filhos, trabalhando, que compraram o material e eu levantei o muro e tapamo, o rachão da parede. Eu não tive ajuda de ninguém não! Pra negócio do conserto da casa, não teve ajuda de ninguém. (Relato de D.C. atingida na enchente de 2011).

O relato de D.C. é complementado com a fala a baixo de D.E.G. Esse morador também fala da deficiência da ação do poder público no pós-desastre. No seu relato, o morador(a) ainda faz uma reflexão crítica acerca da atuação dos “políticos” e da atenção dada por eles aos moradores, endossando nossos argumentos sobre os períodos eleitorais onde são revalidadas as estratégias de acúmulo de votos e manutenção, conforme já destacado a partir das reflexões de Bitoun (1993).

Teve médico pra gente, teve dentista, teve muita coisa, lá mesmo, eu não vou dizer a você que não teve, porque eu to mentindo. Mas eu digo a você que a gente é esquecido, a gente só é lembrado em tempo de política, é festa e mais festa, é promessa demais, promessa. É tanto, que o pobre só é lembrado em tempo de política não, o pobre tem que ser lembrado a todo tempo, porque os ricos que “veve” dos pobres. (Relato de D.E.G. atingida na enchente/inundação).

Discursos como esse reverberam algumas questões de cunho empírico que são pensadas de forma naturalizada diante do contexto dos desastres “naturais”. É comum ouvir após esses eventos, inclusive em âmbito acadêmico e de representantes de órgãos públicos, por que estas pessoas ocuparam essas áreas? E depois do desastre, por que não saem? Por que não moram em outras localidades?

Primeiro, levantamos na pesquisa a perspectiva simbólica e de relações das territorialidades construídas nestes espaços que fazem com que os moradores não se desloquem pelo apego ao lugar e as pessoas que ali vivem.

Em outros casos, quando não há o “apego ao lugar”. Deparamo-nos com situações de cunho econômico e social imobilizam os deslocamentos. Durante conversa com uma das moradoras afetadas pelo desastre sobre sua tentativa de deslocamento ao ter a casa condenada pela Defesa Civil, obtivemos a seguinte resposta:

Moradora: queriam pagar um aluguel pra mim, pela prefeitura, mas o povo diz e a prefeitura vai e não paga. Aí ninguém queria alugar, aonde eu chegava ninguém achava casa em canto nenhum, eu mesma andei o mundo todinho, saí daqui, fui lá pro lado da Ramadinha. Quando eu falei que era da prefeitura, pronto! Ninguém. Disse tem não! Porque eles não pagam. Engana, aí pronto.

Pesquisadora: E sua casa como ficou?

Moradora: Toda rachada e ficou pra todo mundo ver, daqui mesmo o cabo logo olha.

Pesquisadora: A Defesa Civil o que disse?

Moradora: Disse que não voltasse não, que não entrasse pra dentro não. Eram três casas condenadas aqui, a minha e as duas da mulher ali e outra lá atrás.

Pesquisadora: E mesmo assim a senhora voltou? Por quê?

Moradora: Voltei, não tinha pra onde ir, e eu sou sozinha, só tenho um menino comigo, de 15 anos. Se eu pudesse, eu tinha ido, eu pejejei, pra ver se eu pegava alguma casa na prefeitura, mas disseram que não tinha jeito.

A falta de crédito da Prefeitura Municipal de Campina Grande em virtude do não pagamento e/ou atraso do aluguel para moradores atingidos por enchente/inundação dificultou a possibilidade de conseguir ocupar outras casas em outras áreas. Mesmo com a casa condenada pela Defesa Civil, os moradores que, com o passar do tempo, não podem mais ocupar os abrigos e não tinham para onde ir, passaram a “remendar” as casas parcialmente destruídas e reconstruir as destruídas.

D.F.C. S., que nos relatou anteriormente o dia do desastre, quando foi entrevistada em janeiro de 2013 morava em uma casa alugada paga por ela mesma. No entanto, quando retornamos a campo em 2014, verificamos que a família, sem mais condições de arcar com as despesas do aluguel e tendo a casa completamente destruída, mudara-se diversas vezes. Na nossa última visita de campo, constatamos que a moradora estava tentando reconstruir a sua casa para poder voltar a morar nela.

Em julho de 2015, após quatro anos do desastre, entre os atingidos pela enchente, apenas uma família das que permaneceu no Mutirão afirmou ainda está resguardada pelo aluguel pago pela prefeitura.

O papel do Governo do Estado no pós-desastre pode ser percebido a longo prazo. Isto porque existe um impasse no tocante a atuação dos poderes municipal e estadual devido ao fato de o terreno onde está localizada a comunidade pertencer ao Estado.

O local onde foi edificado o Mutirão é um terreno que foi cedido pelo governo estadual a Fundação de Ação Comunitária (FAC), órgão da mesma esfera de poder. Os moradores têm, dessa maneira, assim como acontece na maioria das áreas de ocupação de terrenos públicos, o Direito Real de Uso, ao invés da Propriedade Plena, o que se configura, nas palavras de Bitoun (1993, p. 13), como “concessões parciais” do direito à moradia.

Nesse sentido, a governo municipal alega que ações de melhoria da infra-estrutura da comunidade cabem ao governo estadual. Isso explica, em parte, a dificuldade de desenvolvimento dos processos de melhoria nos serviços públicos ofertados ao Mutirão.

Assim, a atuação do Governo do Estado no pós-desastre se fez sentir nos “benefícios” de longo prazo. A construção da rede de esgoto, o saneamento instalado nas ruas e a canalização do riacho para “prevenir” possíveis desastres são exemplos disso. As obras foram iniciadas no ano de 2014 com a presença do governador do estado na comunidade. A partir do mapeamento das “áreas de risco” de Campina Grande pela Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico). Nesse levantamento, o Mutirão apareceu como uma das onze áreas identificadas como de “risco”. Na Figura 28 tem-se um mapeamento da comunidade elaborado pelo CPRM.

No entanto, vale ressaltar que esse material apresenta alguns equívocos. O primeiro deles é que a comunidade do Mutirão é confundida com o bairro Três Irmãs, apesar de apresentar fotografias e descrição do Mutirão. Além disso, o sentido da drenagem e da “área de risco” presentes no mapa é contrário aos dados obtidos *in loco*. O sentido (nas setas azuis) do risco é referenciado no sentido Oeste para Leste, quando na verdade a altitude do terreno só possibilitaria uma drenagem no sentido oposto, de Leste para Oeste.

Há equívocos também na descrição, uma vez que foram completamente destruídas cerca de quatro casas e o óbito registrado com a enchente também não ocorreu na casa mostrada na imagem, mas sim em uma casa defronte a mostrada no material da CPRM.

Nas sugestões de intervenção há uma obra de engenharia com a construção de um canal para direcionamento das águas. Um equívoco que se percebe nessa recomendação é que mesmo com a obra de canalização, da maneira que está sendo feita no sentido descrito pelo mapeamento, os estragos seriam os mesmos, uma vez que o rompimento da barragem ocorrido em 2011 se deu no sentido Norte – Sul com desvio para o sudoeste.

Esse mapeamento resultou no início das obras do canal na comunidade do Mutirão. No entanto, em pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2015 e, portanto, depois do período eleitoral ocorrido alguns meses antes, constatamos que a obra estava paralisada, permanecendo ainda os mesmos problemas de infra-estrutura da comunidade.

As obras do canal, além de promessa de campanha eleitoral, foram executadas de forma precária, uma vez que foi iniciada, mas ainda não terminou. Além disso, funciona só como uma medida corretiva que não resolve os problemas, apresentando-se como resposta ao apelo dos moradores. Carvalho (2011, p. 26) mostra como essas “canalizações (ações estruturais)” são feitas sem muitas reflexões e, segundo o autor, “tem uma tendência a negligenciar o funcionamento sistêmico das bacias hidrográficas” e gera a “transferência dos problemas de inundação para outros pontos” (CARVALHO, 2011, p. 28).

Esse processo, defende o autor, só promove uma extensão do problema, e não sua resolução. No entanto, a falta de conhecimento da população, atrelada às produções técnicas de gabinete que parecem desconhecer as áreas em que trabalham, faz emergir um discurso baseado em obras emergências aparentemente eficazes. Diante disso, em contraposição ao mapeamento efetuado pela CPRM é observável na Figura 28, optamos por elaborar um croqui, mostrando, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo e dos relatos dos moradores, o curso das águas que resultou no desastre de 2011. Na Figura 29, procuramos também evidenciar as produções de agricultura familiar e criações de animais perdidos na enchente.

Nas Figuras 30 e 31, percebe-se os resquícios da enchente/inundação ocorrida em 2011, ainda na paisagem com as casas destruídas. As Figuras 32 e 33 evidenciam as obras inacabadas do canal construindo pelo governo do Estado. As Figuras 34 e 35 exibem a precariedade ainda existente no Mutirão com pontes improvisadas que dão acesso a partes da comunidade e o esgoto a céu aberto.

A existência dessas situações denotam que mesmo com a mobilização social o Estado ainda produz formas de inclusão precária (MARTINS, 2007), com o uso de obras superficiais e/ou descaso, e o de abandono dos moradores que buscam reconstruir seus territórios com ou sem o auxílio do Estado.

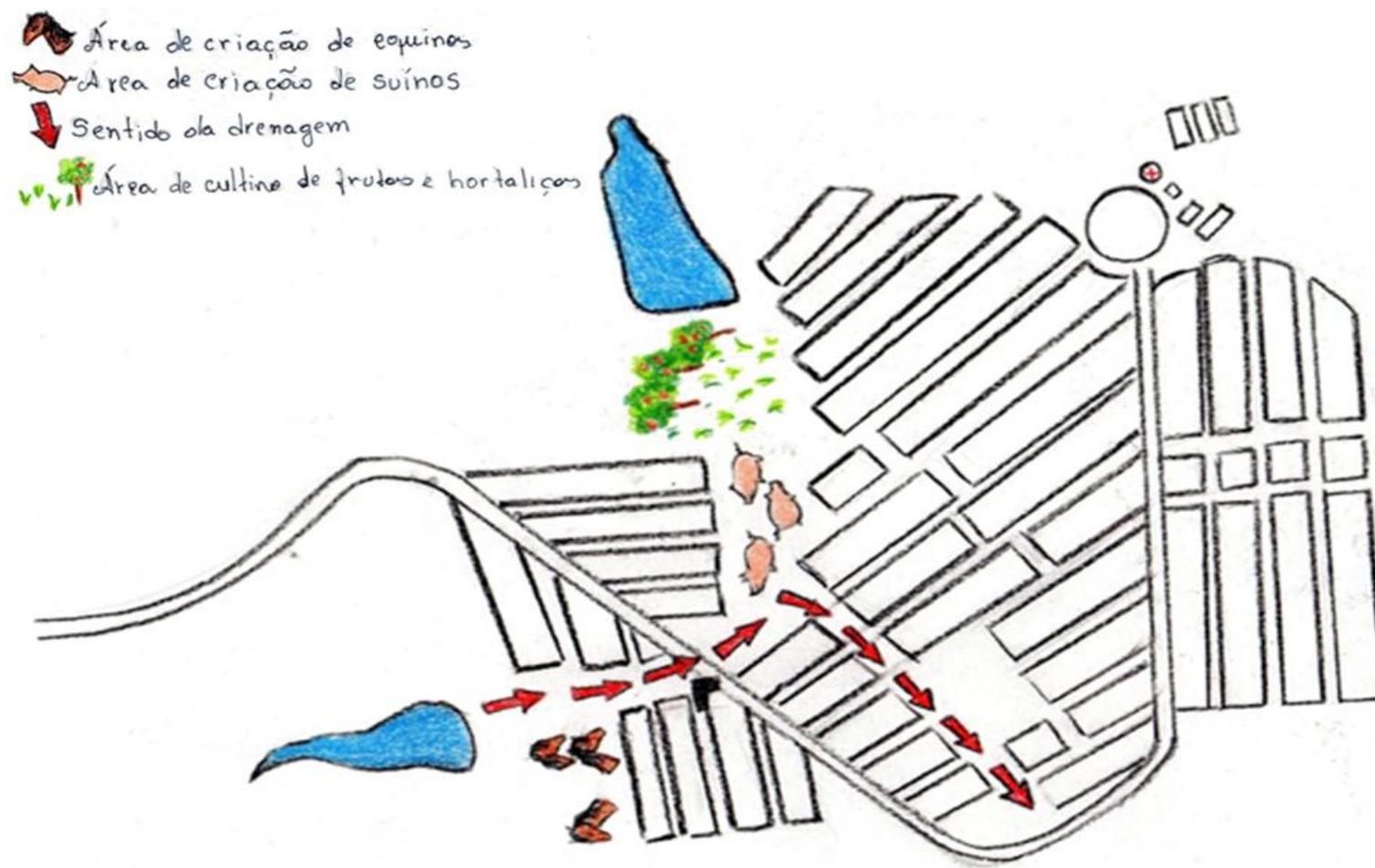
FIGURA 28: Mapeamento de área de risco CPRM- Mutirão do Serrotão.



EQUIPE TÉCNICA
Aline Nogueira (SUREG-SA)
Anselmo Pedrazzi (SUREG-BH)
Geólogos - Pesquisadores em Geociências

FONTE: CPRM – Cedido pela DCCG (2013).

FIGURA 29: Croqui que mostra sentido da água na enchente/inundação de 2011.



FONTE: Elaborado por FREIRE, Zenis (2015) a partir dos relatos dos moradores (2015). Desenhado de Alex Mendes⁴² (2015).

⁴² A criação de equinos no desenho está relacionada à criação de cavalos e jumentos para tração animal. Alguns desses animais são meios de trabalho para coleta de reciclagem. Nesta área também existem alguns moradores que criam bois.

FIGURA 30: Casa destruída em pela enchente/inundação de 2011.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Janeiro de 2015.

FIGURA 31: Casa de D.E.G. destruída pela enchente de 2011.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Julho de 2014.

FIGURA 32:Obras da construção do canal e pontes improvisadas.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Janeiro de 2015.

FIGURA 33: Esgoto a céu aberto e interrupção de construção de canal.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Janeiro de 2015.

FIGURA 34: Ponte improvisada para transição na comunidade. Ao fundo casas afetadas pela enchente.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Janeiro de 2015.

FIGURA 35: Ponte improvisada de transição entre ruas.



FONTE: FREIRE, Zenis. Trabalho de Campo. Janeiro de 2015.

Entre as políticas atenuantes e precárias observadas em relação à atuação do Estado, em suas múltiplas esferas, destacamos o papel da Universidade Estadual da Paraíba no auxílio aos atingidos. No entanto, a crítica permanece no sentido de que todos os auxílios foram de caráter pontual, em curto espaço de tempo.

Deixando os moradores atingidos à mercê, os desastres “naturais” no Mutirão e em outras realidades brasileiras tem se colocado na posição de abandono. Nesse sentido, o morador S.E.P.S. afirma que retornou à sua casa por acreditar que não havia mais a possibilidade de novos desastres, uma vez que o açude não foi reconstruído. O morador acredita que o evento foi “coisa da natureza” e que não havia como impedir, relativizando a enchente como uma fatalidade. Ele afirma que:

Aconteceu isso devido ao açude, isso nunca tinha acontecido, aconteceu porque os açudes estourou, estourou e não tem mais, porque tá aberto, agora não tem condições de acontecer mais isso aí. Vamos sobreviver. Na hora eu fiquei meio assim, mas depois eu pensei direito, mas rapaz, isso é coisa da natureza, fazer o quê? Aconteceu. Teve a morte do menino, foi lamentável, lamentável ! A água levou, Foi um negócio que o caba não pode nem culpar nada. Foi muita água né, o menino, o pai se descuidou-se, não sei como foi lá, mas se descuidou, e a água foi e levou. (Relato de S.E.P.S. morador(a) do Mutirão e atingido pela enchente).

Essa culpabilização da “natureza” faz com que não haja uma reflexão sobre esses processos que, como já afirmamos, não são “naturais”, mas ocasionados por elementos naturais, conforme Romero e Maskrey (1993). Esses eventos de desastres “naturais” devem ser entendidos a partir de sua complexidade levando em consideração a produção do espaço ao longo da história, onde se processam as dinâmicas territoriais, que são destruídas em sua base físico-material, por fenômenos naturais. Mas que em muitos casos podem ser prevenidos. No entanto, como não o são, deveriam ao menos ter assistência no pós-desastre.

O uso político dos desastres “naturais”, discursados como fatalidade, não evitáveis, e/ou “não previsíveis”, relativiza o papel do Estado frente a eventos dessa natureza. No entanto, mais do que políticas preventivas faltam políticas efetivas de assistência pós-evento. É de suma importância que se trabalhe em prevenção para que eventos dessa natureza não voltem a ocorrer. Porém, é preciso, analisar os eventos já ocorridos que por muito são deixados de lado pelo poder público.

E os desastres que já aconteceram. Cinco, dez anos depois como se encontram aqueles que foram atingidos? Muitos estão “esquecidos” pelo Estado e vivem em situação de vulnerabilidade ainda maior do que antes dos desastres. Um exemplo disso são os desastres na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro em que, segundo Silva (2012), existem evidências de corrupção. Muitos moradores daquela área permanecem sem assistência.

É nesse sentido que se dão os esforços dos sujeitos e suas ações pela permanência no território e a busca por sua re-construção em movimentos constantes de des-re-territorialização. Em meio às tentativas de re-territorialização mesmo com as dificuldades encontradas, como partir do zero novamente? Como re-construir sem recursos financeiros? Como se deslocar sem ter para onde ir? Essas questões são formuladas e pensadas pelos moradores atingidos enquanto formam seus “territórios de espera” nos abrigos e em casas de familiares.

Pensando em todos esses movimentos que estão presentes nas dinâmicas territoriais é importante refletir sobre a realidade complexa que compõe esse quadro. Mas é preciso, para este entendimento, pensar com Bitoun (1993) a partir do cotidiano expresso nos “pequenos” detalhes das territorialidades e das singularidades que estão presentes nos movimentos de des-re-territorialização.

3.3. DINÂMICAS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NO MUTIRÃO

3.3.1 A re-territorialização na comunidade do Mutirão pós-desastre

Passados os momentos de forte tensão em meio ao desastre e as lutas dos moradores, as dinâmicas territoriais passam a se re-fazer na comunidade do Mutirão. Após o período no abrigo e a espera de soluções por parte do Estado, os moradores, sem respostas, passaram a re-configurar suas construções territoriais e suas territorialidades, passando a um processo de re-territorialização.

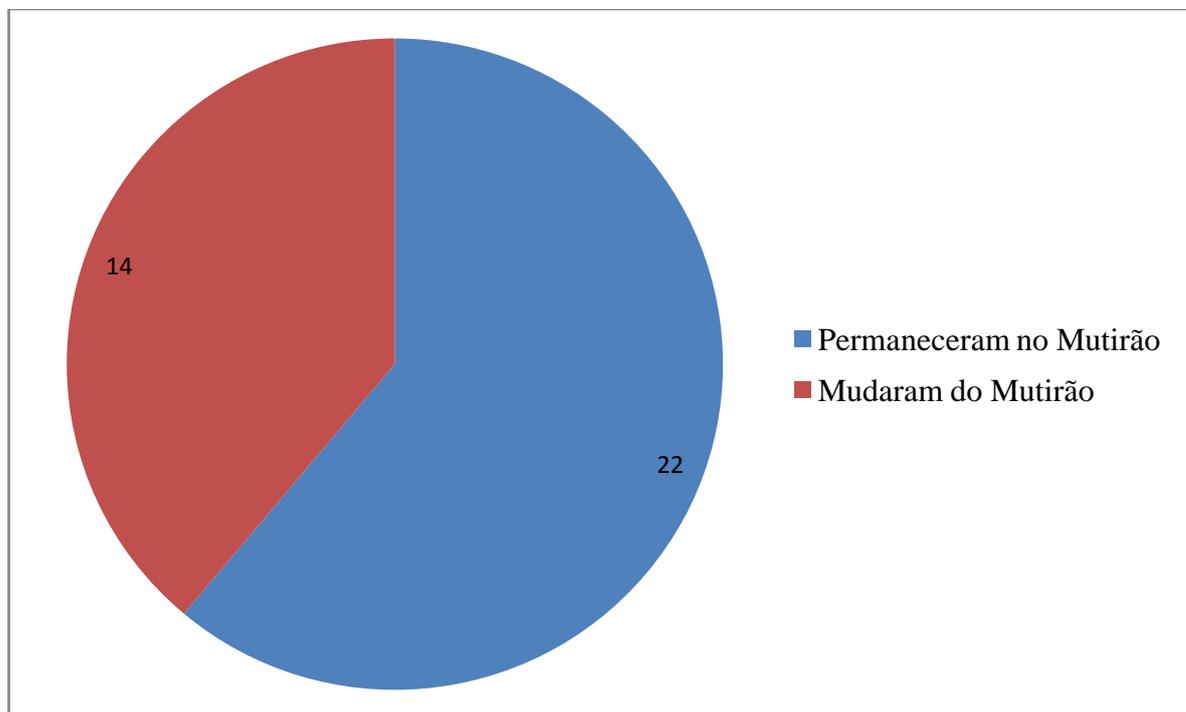
Segundo Haesbaert (2004), o processo de re-territorialização não está relacionado com o retorno a um território ou a novas construções territoriais. Foi assim com os moradores atingidos no Mutirão. Muitos re-construíram seu território e suas territorialidades na comunidade e outros se deslocaram. A Figura 36 apresenta um gráfico das famílias que se deslocaram no Mutirão, com 22 famílias que permaneceram na comunidade. Já as 14 famílias restantes mudaram-se para outros bairros e/ou outros Estados, conforme a Figura 37⁴³.

Neste trabalho, optamos por direcionar o olhar para as pessoas que permaneceram na comunidade, aquelas famílias que continuaram no Mutirão pós-desastre, mudando de casa e até de rua por medo de novos eventos. No entanto, os moradores, em sua maioria, como

⁴³ Os dados utilizados para elaboração dos gráficos das figuras 36 e 37 foram obtidos a partir das informações de Agentes Comunitários de Saúde que atuam na comunidade do Mutirão.

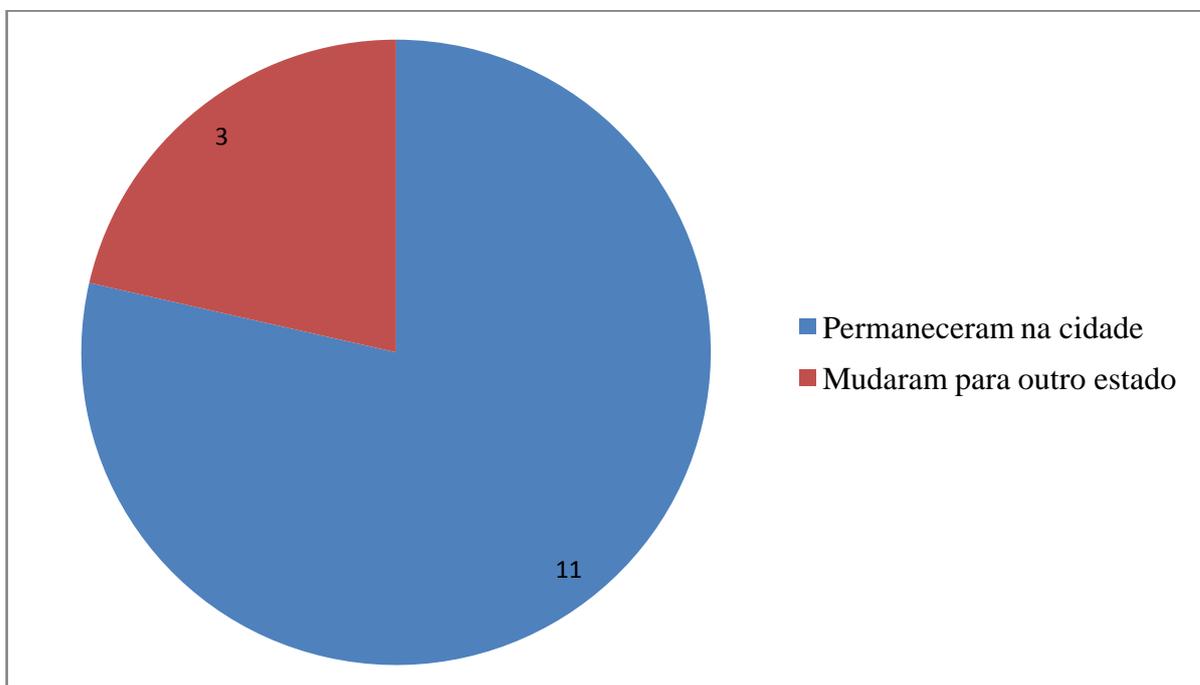
destacamos nas falas acima, tiveram que re-construir suas casas e habitá-las mesmo com “risco” de desabamento.

FIGURA 36: Situação de deslocamentos das famílias pós-enchente.



FONTE: Elaborado por FREIRE, Zenis. A partir dos trabalhos de campo Junho/Julho 2014.

FIGURA 37: Deslocamento de famílias atingidas na enchente.



FONTE: Elaborado por FREIRE, Zenis. A partir dos trabalhos de campo Junho/Julho 2014.

Durante entrevistas com vinte e dois dos moradores que permaneceram no Mutirão, dois deles, S. E. P. S. e D. N. S., relataram que não queriam sair da comunidade mesmo depois da enchente, enquanto os demais afirmaram que já pensaram em sair. Algumas famílias chegaram a ir para outros bairros de Campina Grande, mas retornaram, pois afirmaram não conseguir se manter financeiramente fora dali. Em relato, um(a) dos/das moradores(as) conta os motivos que levaram ao deslocamento de alguns atingidos e de sua tentativa de fazer o mesmo.

Ficou muita gente aqui que perdeu tudo, foi-se embora com tanto desgosto né, e as casas daqui tudo. Aí eu fui na prefeitura, pra ver se a gente podia pegar alguma coisa, ainda fiz uma inscrição ainda, mandaram eu ir, alí pro Governo do Estado, não recebi nada, ficou por isso mesmo! (Relato de D.N.P.).

O morador S. H. T. relatou que sua casa não foi atingida diretamente pela enchente nem destruída, mas que ficou próxima disso. Então a família mudou-se para outra casa, na “parte alta” do Mutirão, o que se deu em virtude dos “traumas” sofridos pela filha após o desastre.

Minha filha, por causa disso ficou mais de ano, traumatizada. Até hoje se a gente disser: vai chover, ela pergunta: Painho vai chover aqui? Porque eu acordei ela assim, era escuro, não sabia o que tava acontecendo, só ouvindo pessoal gritando, ninguém tinha uma lanterna, até depois disso, não deixei faltar lanterna dentro de casa, porque era horrível, não tinha luz de celular, não pegava celular, não pegava nada, e o pessoal gritando, gritando sem a gente saber o que tá acontecendo. Eu me lembro que teve uma hora que eu desci, aí fui olhar realmente, quando eu cheguei ali na ponte, muito escuro mesmo, mas a velocidade da água que era, era impressionante! Aí ficou todo mundo naquela tensão, água vindo, vindo, a gente só veio ter noção, quando amanheceu o dia. A gente olhou e viu, realmente o tinha acontecido, tava tudo destruído ali em baixo. Foi impressionante, a água colocou a mulher em cima de um pé de árvore, e ela toda despida e gritando pelo filho dela, contando toda a história em cima de um pé de árvore. Que tinha agarrado e não tinha conseguido segurar e a água levou. O marido dela, depois a gente encontrou sozinho e gritando. E graças a Deus, assim entre aspas, apesar da dimensão, só tinha acontecido com filho dela, que tinha morrido. Porque a gente imaginava muito mais. Que tinha morrido muito mais gente. Foi, aquela destruição, muita lama, pessoas que perderam suas casas, até hoje moram de aluguel, um amigo meu, mora de aluguel ainda. (Relato de H.T. morador a mais de 24 anos).

Em meio às rupturas territoriais ocorridas em virtude do desastre “natural” no Mutirão, as pessoas necessitam buscar a re-construção territorial. Sobre isso, Oliveira (2011) afirma que:

Na realidade, da natureza humana fazem parte características como a sociabilidade e a afetividade com determinado(s) território(s). Se por qualquer causa, o vínculo que um determinado indivíduo tem com o seu território é quebrado, o Homem como ser sociável e social que é, vai

procurar estabelecer vínculos e laços afectivos com outro(s) território(s). A este processo dá-se o nome de reterritorialização. (OLIVEIRA, 2011, p.17).

A busca pela re-construção dos territórios está relacionada com as formas de pensar os territórios como abrigo (SANTOS, 2000), pois são nesses territórios onde se reproduz a vida cotidiana, que precisa ser re-construída após os traumas vivenciados por uma ruptura abrupta do território.

A re-territorialização, portanto, não se caracteriza como um “fechamento”, nem tampouco é um processo acabado, ela está junto ao movimento de des-territorialização e de territorialização, sendo re-configurada através das relações de poder dos sujeitos. É difícil definir o papel re-territorializador e sua atuação, uma vez que o território só existe a partir da apropriação das relações existentes no espaço.

Fernandes (2008) e Oliveira (2011) discorrem acerca da possibilidade do Estado atuar como “condutor” da re-territorialização em casos de rupturas como a ocorrida no Mutirão. No entanto, o Estado, em nossa concepção, pode funcionar como um agente que possibilite assistência aos afetados, auxílios estruturais. Mas a apropriação do território não é efetuada somente pelo fato de se estar em um lugar, mas sim em se apropriar dele. Territorializá-lo e criar territorialidades sobre ele.

Apesar do principal discurso dos moradores pelo retorno ser as faltas de condições econômicas por viver em outras áreas, alguns moradores relatam que acabam retornando aos seus lugares de origem na comunidade devido aos laços de parentesco e relações de vizinhança. É possível encontrar no Mutirão, por exemplo, moradores que melhoraram suas condições socioeconômicas, mas não querem sair da comunidade, apesar de sua marginalização. Nesse processo, pode-se perceber quão inter-relacionas estão as dinâmicas territoriais que não podem ser pensadas de outra maneira a não ser de forma integrada.

3.3.2 Dinâmicas de des-re-territorialização no Mutirão

Após analisar os processos postos neste trabalho, pode-se perceber como as dinâmicas territoriais são múltiplas e complexas, sendo necessário fazer as análises a partir de dois eixos principais, o primeiro relacionado à perspectiva do entendimento do cotidiano e o segundo, associado à análise das escalas e suas relações.

O cotidiano, no sentido de aproximação com a realidade do campo estudado, permite observar as relações que de início parecer irrelevantes, mas que muito dizem sobre o contexto dos sujeitos que buscamos compreender através de suas ações no espaço. Quanto à

escala, tratamos dela no sentido de articular as realidades e os conceitos em diferentes escalas e possibilidades de análise.

As dinâmicas territoriais são amplas e podem ser pensadas desde o corpo e a casa até uma escala global. Ambas se explicando mutuamente, como destaca Smith (2000). Pensar esses processos no contexto das cidades médias ainda é um esforço a ser efetuado, uma vez que as discussões tem se concentrado, em sua maioria, nos casos envolvendo metrópoles.

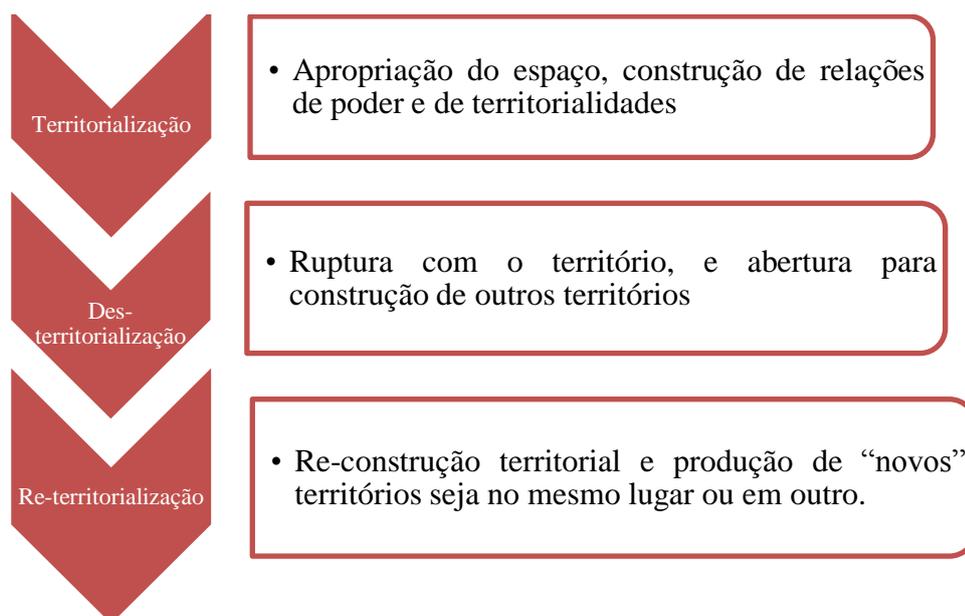
Inter-relacionar as dinâmicas territoriais com os desastres “naturais” impõe outro desafio ainda a ser alcançado. Nesse sentido, a partir das indagações feitas nesta pesquisa e das fundamentações proporcionadas, percebe-se a possibilidade de pensar as dinâmicas de des-re-territorialização, como propõe Haesbaert (2004, p.168), a partir de uma contextualização histórica e geográfica, onde se encontram os movimentos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização.

Pensar a des-re-territorialização é analisar as multifaces de entrada e saída do território, sua mobilidade e suas continuidades e de descontinuidades, conforme discute Saquet (2007). Esse movimento só é possível a partir das (re)leituras de suas concepções, estendendo estas (re)leituras tanto ao processo de des-territorialização quanto o de re-territorialização. Para Haesbaert (2004), a des-territorialização aparece como um mito porque ao invés de apresentar uma destruição do território nada mais é que um ponto de passagem para novas formações territoriais que, em sua maioria, não se desfaz das anteriores, mas anexa novas relações com novos territórios.

Nesse contexto, a possibilidade de pensar uma des-re-territorialização se dá ao passo que esses processos, tanto a des-territorialização quanto a re-territorialização, não se dão de maneira isolada nem tampouco fragmentada e/ou desarticulada, um está contido no outro. Portanto, não existe uma des-territorialização sozinha, menos ainda uma re-territorialização, o que existem são processos relacionados, onde a des-territorialização (sempre usada com hífen) firma novas formas de re-territorialização. Sem a destruição total do território anterior, a ruptura com o território abre a possibilidade de re-territorialização. É por esse viés que segue o contexto do campo de pesquisa deste trabalho.

Para entender essa dinâmica, formulamos um esquema que permite pensar de maneira mais geral as dinâmicas territoriais. A Figura 38 mostra os movimentos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização, de maneira que o primeiro se configura como apropriação, o segundo como ruptura e/ou abertura e o terceiro como um processo de reconstrução territorial.

FIGURA 38: Esquema das dinâmicas de T-D-R.



FONTE: Elaboração FREIRE, Zenis Bezerra. Novembro 2015.

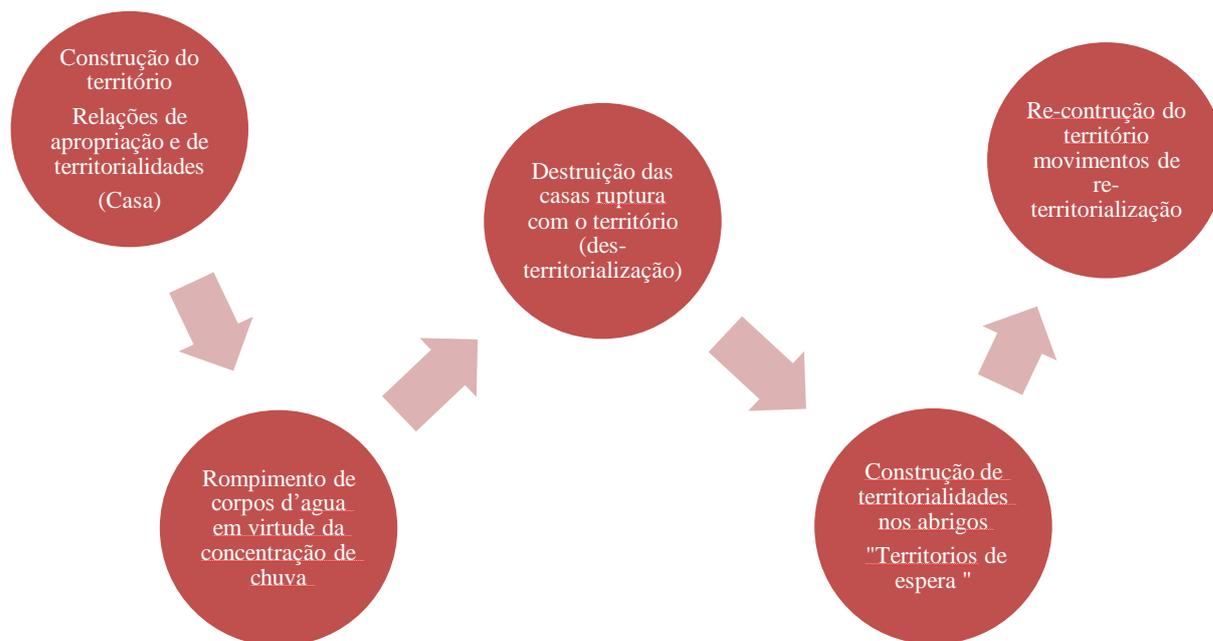
Pensando no contexto dos desastres “naturais”, esse processo ocorre de maneira inter-relacionada com outros elementos que envolvem a precariedade do território, como as situações de vulnerabilidade. Nesse contexto, a des-territorialização pode ser entendida a partir de dois vieses, como uma ruptura do território e como uma possibilidade de re-construção territorial.

A Figura 39 mostra o exemplo do Mutirão, considerada uma área territorializada pela apropriação dos moradores e que produz uma territorialidade. No entanto, a grande precarização ocorrida pelo que Martins (2007) chama de inclusão precária gerou uma vulnerabilidade social e ambiental, como já discutimos anteriormente. Com o desastre “natural” de 2011 ocorre uma ruptura territorial, caracterizando a des-territorialização.

Houve a perda da casa, dos bens e dos parentes, entre outros, e os moradores que pouco tinham, passam a não ter mais nada, ampliando a vulnerabilidade destes. No entanto, esta des-territorialização, caso fosse atendida de maneira eficaz pelo Estado, poderia se configurar como uma possibilidade de re-construção do território, com melhorias de infraestrutura e acesso a serviços de saúde, educação e lazer, por exemplo.

No contexto dos desastres “naturais” pensamos a des-re-territorialização a partir da esquematização efetuada com as análises no Mutirão. Para um melhor entendimento de nossas apreensões e reflexões em torno da pesquisa se colocam na Figura 39, o esquema que sintetiza as dinâmicas territoriais relacionadas aos desastres.

FIGURA 39: Esquema de dinâmicas de des-re-territorialização no Mutirão.



FONTE: Elaboração FREIRE, Zenis Bezerra. Novembro 2015.

Pode-se perceber a partir das discussões aqui efetuadas que os sujeitos que compõem a comunidade do Mutirão produzem esta dinâmica de des-re-territorialização, desde o processo de constituição da comunidade, quando são colocados no Mutirão sem nenhuma infraestrutura e daí retornam para seus bairros de origem. As residências em construção são ocupadas por outros moradores em busca da casa própria, de uma moradia mais barata e do êxodo rural.

A abertura e fechamento do Lixão Municipal é uma dinâmica que também reconfigura os ocupantes do Mutirão. No evento da enchente/inundação mais uma vez estes sujeitos são deslocados, des-re-territorializados.

Pensar as dinâmicas de des-territorialização como ruptura e como se coloca no sentido de que a enchente/ inundação, apesar da destruição causada e dos danos irreparáveis aos moradores, ocasionou também uma abertura deste espaço tão desconhecido na cidade e desprovido da presença do poder público. A morte da criança na enchente causou comoção social e proporcionou aos moradores uma luta social. Os benefícios conseguidos, em sua

maioria, foram pontuais. Ainda assim, segundo alguns moradores, o episódio serviu para que o poder público “olhasse” para o Mutirão.

Outro ponto importante para pensar estas dinâmicas territoriais está na possibilidade de que com a compreensão destes territórios, seu cotidiano e contexto e percebendo suas vulnerabilidades, torne possível a constituição de um planejamento e uma gestão urbana eficaz para esta área a partir de uma construção coletiva, baseada nas ações de lutas sociais dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar as noções e discussões sobre os conceitos geográficos e propor outras possibilidades de análise é um desafio e pode ser considerado como algo “fora do eixo” (LIMA, 2012). No entanto, a visão do pesquisador deve estar sempre se colocando em perspectiva e em paradigma. Pensar o contexto dos desastres “naturais” em meio a uma cidade média ainda é desafiador, pois por convenção temas como esse estão presentes nas discussões envolvendo as metrópoles. Discutir essa temática tomando por base Campina Grande, cidade que dificilmente apresenta eventos dessa proporção, surpreendeu alguns pesquisadores que encontramos no caminho de desenvolvimento deste estudo.

O território sempre atrelado a diversas possibilidades de análise na Geografia compõe, desde o desenvolvimento territorial, a perspectiva do Estado-Nação, e dos territórios formados nas cidades, nas ruas e casas. As re-leituras dos conceitos possibilitam perceber outros elementos presentes na cidade.

Atrelar as dinâmicas territoriais, a partir dos processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização, relacionando-as a debates polêmicos que envolvem a relação homem-natureza, como as discussões referentes aos riscos, perigos e vulnerabilidade que resultam em desastres “naturais” e provocam consequências danosas para as sociedades mais vulneráveis, é um problema desafiador.

No contexto de trabalho do Mutirão, comunidade que apresenta em sua constituição processos que envolvem a produção do espaço a partir da desigualdade presente na cidade movida por agentes produtores do espaço urbano, segundo apontam Capel (1983) e Correa (1993). Essa “produção desigual”, como aponta Smith (2000), resulta de uma produção capitalista do espaço. Tal produção, por sua vez, de acordo com Sposito (2011), denota um processo de segregação que caminha para um espaço fragmentado.

Esses elementos, já percebidos em Freire (2014), nos levaram a compreensão do Mutirão enquanto território produzido pelos fatores acima expostos, na dinâmica exclusão/inclusão (MARTINS, 2007). Uma inclusão precária estabelecida pela necessidade de manutenção das desigualdades e que acaba servindo de reduto eleitoral para Estado e Município.

Os processos ocorridos no Mutirão permitiram outros olhares sobre sujeitos que a muito tem dedicado suas vidas a lutas sociais em busca de melhoria de suas condições de subsistência, mas que ainda não tinham sido analisados a partir de uma pesquisa acadêmica, sendo renegados também neste sentido, pela construção dos estereótipos devido a sua localização geográfica, como foi debatido no primeiro capítulo deste trabalho.

Os desastres “naturais” podem ser pensados a partir da escala pela dimensão que atinge e afeta de maneira direta e indireta, inúmeros sujeitos que tiveram suas relações territoriais rompidas de forma brusca. Levando essa discussão para o contexto midiático, geralmente acontece uma “demonização” da natureza, conforme demonstra a expressão “fúria da natureza”. Em meio a essa situação, o Estado se exime de suas responsabilidades em relação à ocupação de áreas de risco, falhando no desempenho do seu papel de gestor.

Acreditamos que os discursos sobre o risco, situações de risco e perigo acabam por reafirmar certos discursos e encobrir problemas sociais, uma vez que se fala em “áreas de risco”, “ameaça”, “assumir o risco”. As características da previsibilidade ainda nos parecem distante da maioria das populações de baixo poder aquisitivo, pois estas ainda enfrentam situações de desastre. Por muitas vezes não são “avisadas” do perigo ou mesmo quando são e quando já desconfiam deste, não tem para onde ir, vivenciando dessa maneira situações desastrosas, como a perda de suas construções territoriais e de seus parentes.

Nesse contexto, é muito difícil pensar até para fins de pesquisa em uma desarticulação dos elementos econômicos-políticos-culturais-ambientais, uma vez que todo esse processo ocorre no ambiente de vulnerabilidade em que esses sujeitos estão inseridos. Os prejuízos econômicos com a perda de todos os bens materiais, gêneros alimentícios e de parte do sustento financeiro familiar, como as criações de animais, juntam-se a perda de documentos, tornando os sujeitos “inexistentes” perante o Estado. Além da mutilação dos direitos de cidadania, simbólicos e culturais há também o desmoronamento do sonho da casa própria, ainda que esta esteja em condições precárias.

Em meio a todas essas reflexões é possível perceber quão importante é a aplicação dos debates referentes à des-territorialização relacionados aos desastres “naturais”, segundo alerta Haesbaert (2004). Isso porque esses processos têm sido cada vez mais evidentes e tem atingido um número cada vez maior de pessoas no Brasil e no mundo. Sendo assim, a realidade do Mutirão não é um fato isolado local, mas sim uma experiência local que explica a manifestação global desses fenômenos, intercalando as múltiplas escalas que, como apontou Smith (2000), vai do corpo (a base e mais fundamental quase que irreduzível) até a escala global, onde inúmeros corpos têm sido atingidos pelos mesmos processos.

No entanto, é importante frisar que a des-territorialização não é um processo de permanência, ninguém permanece em um estado de des-territorialização. Ela é uma passagem que implica um movimento dinâmico do território. Por isso, a des-territorialização acontece em um processo que se segue com a re-territorialização, seja ela como no caso de nosso

estudo, visando à reconstrução dos espaços de vida dos sujeitos e de suas casas no mesmo lugar onde foram atingidos, seja indo para outras áreas da cidade ou até para outros estados.

Estes des-locamentos, sendo curtos ou longos, implicam em muitas mudanças nas territorialidades dos afetados pelo desastre. Os que ficam e retornam à suas casas ou as re-constroem convivem com o medo e a in-segurança de novos eventos dessa natureza, tendo ainda de conviver com o ambiente de sofrimento e reviver as memórias do desastre. Nos deslocamentos longos para outros bairros, cidades ou estados os laços de re-construção de vizinhança e relações e novas territorialidades vão se re-constituindo em “novos” territórios.

Dois aspectos podem ser pensados a partir da des-territorialização dentro do contexto do Mutirão. O primeiro relacionado às rupturas e o segundo às possibilidades. As rupturas ligadas à quebra e destruição dos territórios, das casas. E as possibilidades de alguns moradores que tiveram em decorrência deste evento o acesso à alimentação e donativos.

Outras possibilidades que se apresentaram a partir desta dinâmica foram os olhares da mídia, da pesquisa acadêmica e do governo para os problemas sociais do Mutirão. A reunião e a ajuda mútua entre os moradores nas buscas dos desaparecidos e mortos, a solidariedade, as tensões, conflitos e resistências de sobreviver aos desastres “naturais” também são possibilidades que podem ser pensadas nesse contexto. As reivindicações não foram apenas nas formas de protestos, mas também em ações públicas na justiça em busca de melhorias nas condições de moradia e de saneamento básico para comunidade.

A precarização extrema do território verificada em áreas de vulnerabilidade torna as sociedades ainda mais vulneráveis ao controle do Estado. Segundo Valêncio (2009), os abrigos também funcionam como áreas controladas pelos agentes da Defesa Civil. Mas essa situação não parece ter ocorrido no Mutirão, uma vez que o gerenciamento do abrigo foi direcionado pelos representantes da Associação de Moradores. A extrema precarização do território deixa os sujeitos à mercê da “inclusão precária” do Estado.

A falta de conhecimento técnico também se coloca como uma problemática, uma vez que os moradores acabam por aceitar medidas corretivas para os problemas encontrados, o que acaba sendo feito de maneira ineficaz e sem levar em consideração as necessidades reais da população. Sendo assim, em situações de precarização territorial, torna-se mais fácil arrecadar votos junto à população a partir de promessas mal feitas e incompletas: a pintura mal acabada do posto de saúde e publicizada como reforma e a construção de uma parcela do canal também inconclusa, são alguns exemplos.

A falta de reforma nas escolas, a água que dura até o meio-dia, as ruas com esgoto a céu aberto, a precarização dos transportes públicos que dificultam o acesso a emprego, a falta

de áreas de lazer e de espaços educativos para crianças, jovens e adolescentes, e a violência que se camufla na falsa sensação de “ordem” colocada na comunidade.

Essa “ausência” do Estado é uma estratégia efetiva de manutenção do poder. No entanto, apesar disso, as resistências estão presentes, as táticas e burlas, nas palavras de Certeau (2009), se colocam como formas de ir para além desse movimento estratégico do Estado. As organizações sociais em meio às lutas diárias pela sobrevivência, a solidariedade entre as famílias e a educação são movimentos de contraposição a esta tentativa de controle das pessoas. É o que Haesbaert (2014) chama de contornos.

São esses contornos que fazem do Mutirão uma análise necessária. Principalmente em virtude de seus processos de segregação espacial e social, bem como a construção de uma vulnerabilidade que se agravou a partir do desastre de 2011, com o rompimento de algumas barragens. Esses processos são passíveis de investigação e pesquisa.

No Mutirão vários temas de pesquisa podem ainda ser explorados, como as relações com a violência, os problemas ambientais e de saúde em virtude da proximidade do lixão abandonado, a correlação de doenças de pele devido à falta de saneamento básico e a proximidade de uma pedreira (que também pode vir a causar danos à saúde em virtude da poeira). Além desses assuntos, as relações do rural/urbano na agricultura de subsistência ali praticadas e as relações efetivas do Mutirão entre topofilia e topofobia são matérias que podem vir a ser objetos de outras pesquisas.

Os recortes de pesquisa nos levam a direcionar objetivos específicos em razão do tempo de pesquisa e pela linha de estudo que compõem nossas interrogações. Por esse motivo, muitas vezes passaram sombreados alguns temas igualmente importantes, o que reafirma as limitações do pesquisador. Mas o ponto crucial é ir além.

Propor novas formas de pensar o planejamento e a gestão urbana para áreas de vulnerabilidade, com enfoque no Mutirão, a partir de uma proposta de planejamento que seja efetiva do ponto de vista da comunidade e trabalhada por ela. Como já ensaiado em Freire (2015)⁴⁴, o Mutirão aparece no Plano Diretor de Campina Grande (2006) como uma área de “recuperação” urbana e se apresenta como futura área de expansão da cidade e de especulação imobiliária para construção de habitações populares.

É preciso ainda buscar um conhecimento efetivo sobre formas de pensar o planejamento e a gestão urbana para a comunidade do Mutirão de forma que os moradores sejam participantes ativos nesse processo. Essa forma de pensar também deve ser trabalhada

⁴⁴ Texto apresentado em Congresso Latino-americano de Geografia, em Fortaleza, no de 2015. Publicado em periódico Geosaberes.

de maneira efetiva nas escolas, a fim de que haja um engajamento entre todas as esferas da comunidade na busca de pensar outras formas de relação espacial e ambiental.

Por fim, esta pesquisa que relaciona desastres “naturais” e dinâmicas territoriais, não está encerrada, ela se coloca como perspectiva futura de investigação para o doutorado, partindo para a análise de outros espaços que permitam a ampliação do olhar sobre a discussão aqui realizada.

O território não é só disputa, conflitos ou recursos. Ele é, acima de tudo, abrigo, sobrevivência e vida. O território é a segurança conquistada por aqueles que lutam para tê-la. E essa luta gera conflito e disputa com outros que também querem abrigo e vida e com aqueles que tomam como um recurso a ser explorado. Nesse sentido, a luta pelo território aparece como uma forma de vida através da resistência ou por meio da “re-existência”, lutas, sobretudo pela vida.

Todos os elementos discutidos fazem parte de uma lógica geopolítica onde o Estado direciona ocupações do espaço urbano. A natureza segue seu curso pelo sítio urbano e suas variabilidades e extremos. E as populações mais vulneráveis sofrem com o discurso do “natural” que ameniza culpabilidades do Estado e naturaliza os processos de desastre.

As influências na escrita sobre essas discussões advêm, sobretudo, dos embates e discussões efetuadas por Carvalho (2011), Bitoun (2014), e Lima (2014; 2015)⁴⁵, onde a percepção da necessidade de uma escala de ação como propõe Smith (2000) é necessária. Santos (2000) também elenca a importância da ação no papel do geógrafo. Essa perspectiva pode ser pensada a partir de três pontos principias: cartografia, reconhecimento de campo e educação.

Sabe-se que a academia não tem papel de gerência, nem tampouco pode executar obras, no entanto, é possível propor algumas possibilidades de ação no espaço geográfico. A proposta é um esforço inicial de reflexão, pensando os campos de análise, suas necessidades e possibilidades. Muito embora isso não seja executado na prática, é importante que a academia e, sobretudo a Geografia, execute essa proposta de reflexão.

Nesse sentido, o primeiro passo estaria em ouvir os moradores, suas percepções e as possíveis soluções apresentadas por eles, o que manifestaria o traçado de uma cartografia social da vulnerabilidade. O papel técnico da academia e dos órgãos institucionais é pensar na educação para estimular a tangibilidade⁴⁶ e a relação de possibilidades de dar condições para

⁴⁵ As referências aos atores Bitoun (2014) e Lima (2014; 2015), nesse contexto, se dão por discussões de sala de aula e reuniões de orientação que suscitaram tais reflexões sobre o debate da pesquisa.

⁴⁶ Para pensar a respeito da tangibilidade se faz importante a leitura de Carvalho (2011).

que o ambiente seja pensado não em contraposição as pessoas, mas inter-relacionado a elas. Por fim, a partir de uma revisão da cartografia da vulnerabilidade propor um planejamento e possibilidades de gestão destas áreas.

Temos, assim, um ponto de partida para que as pessoas possam construir suas formas de ação na busca de resolver os problemas que enfrentam, mas que muitas vezes não tem qualquer noção da existência deles. Por vezes, essas pessoas enxergam as soluções para os problemas que as afligem, mas não dispõem de meios para fazer uma cobrança eficaz e acabam por se contentar com medidas corretivas precárias.

Efetuados de qualquer maneira, trabalhos de gabinete acabam por reproduzir formas de empurrar um planejamento de cima pra baixo e que em nada melhoram as relações ambientais das pessoas, servindo apenas para maquiagem os problemas sociais que ali se evidenciam. Perceber essas soluções e lutar para que elas sejam executadas de forma que de maneira eficaz é um primeiro passo rumo a um pensamento cidadão que se manifesta da escala do corpo dos sujeitos até às escalas da cidade.

Esse pensamento não dá a dimensão de uma sustentabilidade para uma “geração futura”, mas inscreve possibilidades de melhorias das condições de acesso às pessoas que vivem e sobrevivem em espaços de (des)esperança e de fim traçado pela violência ou pela “ameaça” da natureza.

Nesse contexto, as redes humanas de solidariedade destacadas por Badie (1995) são deveras importantes, não no sentido de estar além dos territórios, mas sim no sentido de manutenção dos seus territórios como abrigos e de seus territórios de vida, onde se manifesta a reprodução da vida social cotidiana e se perpetua a existência dos sujeitos sociais.

Finalizamos nosso trabalho com o trecho da música “Metal contra as nuvens” da banda “Legião Urbana”. Essa canção diz muito sobre os processos de resistência e possibilidades futuras de dias melhores sobre a comunidade do Mutirão em perspectiva: “E a nossa história, não estará pelo avesso assim, sem final feliz... Teremos coisas bonitas pra contar... E até lá vamos viver, temos muito ainda por fazer... Não olhe pra traz... Apenas começamos...”

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-40.

ACSELRAD, Henri; MELO, Cecília. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, Héctor (comp.) **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, abril de 2002.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR. n. 5. jan./jun. 2002. p.49-60.

AMARAL, Rosangela do; RIBEIRO, Rogério Rodrigues. Inundação e Enchentes. In: TOMINAGA, Lídia Keiko. SANTORO, Jair. _____. (Org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 39-52.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade**, uma introdução a análise do pensamento geográfico, ed., São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1998. p. 213-220.

ARANHA, Gervásio Batista. Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 1991.

BRASIL, **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010**: volume Brasil / Centro UFSC, 2013. Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED

BADIE, Bertrand, **O Fim dos Territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito; Instituto Piaget; Lisboa, 1995.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Antropogeografia: ecologia, cultura e europeização. In: **Revista de Geografia**. (UFPE). v.29, n.2, 2012. p. 25-33.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Poder local, governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1993.p. 1-13.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flavio Gomes de. SOARES, Luiz Antonio Alves (Org.). **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-60.

CAMPINA GRANDE. **Lei Complementar Nº 003**, de 09 de outubro de 2006. Revisão do Plano Diretor. Campina Grande, 2006.

CAPEL, Horácio. **Capitalismo y morfologia urbana en España**. Barcelona: Ediciones de Frontera, 4 ed., 1983.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. **Os descaminhos das águas na metrópole: a sacionatureza dos rios urbanos**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. SCOCUGLIA, Jovanka B. Novos Discursos, Velhos Problemas: Políticas Urbanas e Planejamento em Campina Grande-PB (1970-2005). In: Revista Alpharrábios UEPB, vol. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>. Acesso em: 10/04/2015.

CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**, V.1, Ed 17ª Petrópolis, PJ: Vozes, 2009.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011.

CLAVAL. O Território na Transição da Pós- Modernidade, In: **GEOgraphia**, Ano 1, Nº 2, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. , CORREA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**, Ed, Rio de Janeiro, Bertrand. 1995.

_____. **O espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: Santos Milton et al (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1998. p.251-257.

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias** e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói, 2011. p. 368.

_____. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em geografia. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre. 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DINIZ, Lincoln da Silva. **Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas e a sua dinâmica sócio-espacial em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

EIRD. Estratégia Internacional para Redução de Desastres. **Glossário**. 2004. Disponível em: <http://www.smad.rs.gov.br/downloads/documentos/ONU-UNISDR%20> Acesso em: 20/09/2015.

FERNANDES, Bernardo Mansano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.p. 14-34.

FERNANDES, João Luís Jesus. A desterritorialização enquanto risco antrópico. Análise a propósito da representação da insegurança nos filmes Still Life (2006) e Home (2008). In: **Riscos Naturais Antropicos e Mistos**. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo. Lourenço, Luciano Fernandes. Mateus, Manuel Alberto. (Org.) Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2013. p. 631-653.

_____. Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. In: **Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo**. Eumed. Net. Universidade de Málaga; Espanha. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 4. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 Ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, Zenis Bezerra. Fronteiras invisíveis na formação de territórios de contraste do Conjunto dos Professores e bairro do Pedregal em Campina Grande-PB: uma análise através da paisagem. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte/MG. ANO: 2012. ISBN: 978-85-98539-03-4

FREIRE, Zenis Bezerra. **Periferização e exclusão socioespacial**: uma análise da comunidade do Mutirão na cidade de Campina Grande/PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação - CEDUC, 2014.

GEIGER, Pedro. Des-territorialização e espacialização. In: Santos Milton et al.(orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1998. p.233-246.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico cultural integradora. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 393-419.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão, In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p 165-205.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.

_____. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ªed. Campinas: Papyrus, 1989.

LIMA, Damião de. Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984). Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, Nilo Américo. **Conservação no cerrado, território, política pública: mosaico sertão-veredas peruaçu**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. Idéias-eixo e também fora de eixo: considerações sobre desenvolvimento territorial. In: **Revista de Geografia (UFPE)** v.29, no.2, 2012. p.34-62.

_____. Geografias, redes de conhecimento e saberes pró-meridionais. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.40, jan-jun. 2013.p. 19-41.

MACLIVER, R. M; PAGE, Charles. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológico e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 117-131.

MAIA, Doralice Satyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 10/08/2015.

_____. Das cidades tradicionais a centros principais. In: BELLET, Carmem & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **Lasciudades medias ou intermédias em um mundo globalizado**. Lleida- Es: Edición de la Unversitate de Lleida, 2009. p. 179-202.

_____. et al. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARANDOLA JR, Eduardo José. **Habitar em Risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**./ Tese de Doutorado. Campinas, São Paulo. 2008.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos.** INPE, Santa Catarina, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, geografia e meio ambiente.** Tese (Livre Docência) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MORAIS, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica** - 21ª ed.- São Paulo: Annablume, 2007. p.152.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Clássica. In:____. **O pensamento geográfico brasileiro: vol. 1. As matrizes clássicas originárias.** São Paulo: Contexto, 2008. p.13-48.

_____. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton *et. al.* **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Niterói: Lamparina, 2002.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: O caso da Aldeia da Luz.** (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Letras. Coimbra 2011. p. 152.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil.** Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde, (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2). 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DECIENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/>. Acesso em: 12/10/2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2013.

QUARANTELLI, Enrico. **Catastrophes are different from disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina.** 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>. Acesso em: 20/09/2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** ed. – São Paulo, Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich Geografia do Homem (Antropogeografia) In: Moraes, Antônio Carlos Robert, (Org.) **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1991.

REZENDE, Antônio Paulo. Solidariedade: os limites e as resistências. In: **Revista Estudos de Sociologia**. Rev. do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v.10, n.1, 2004.p. 45-63.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, Hector; EGLER, Tamara Tania Cohen.(Org.). **Otro desarrollo urbano: ciudadincluyente, justicia social y gestióndemocratica**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.p. 147-160.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Riscos e Vulnerabilidade Urbana no Brasil**. São Paulo, s/d.

RODRIGUÊS, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano- agentes, escalas, conflitos. In:CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 207- 230.

ROMERO, Gilberto e MASKREY, Andrew. Como entender los desastres naturales. In: _____. (Compilador). **Los desastres no sonnaturales**.Red de EstudiosSociales em Prevención de Desastres en América Latina. 1993.p.

ROSA, LucelinaRosseti. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria da Encarnação. WHITACKER, Arthur Magon. (Org.).**Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010. p. 187-204.

SACK, Robert David. O significado da territorialidade. In: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Org.).**Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. Ed. 2013.

SAITO, Silvia Midori. **Desastres naturais e geotecnologias: vulnerabilidade**. Santa Maria, INPE, 2011.

SANTOS MILTON, O retorno ao território, In: Santos Milton et al (Org.).**Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1998. p.11 -15.

_____. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho. 2000.

_____.O dinheiro e o território In: SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios**. Niterói: Lamparina, 2002.

_____. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo. **Estudos Avançados**. 6. (14), 1992. 95-106.

_____. **A Natureza do Espaço:técnica tempo, razão e emoção**. 4. ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21, Ago, 1996.p.7-14.

_____. **Urbanização brasileira.** ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território.**São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial, In: _____. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão Popular. UNESP, 2009. p. 73 – 94.

SILVA, Edinéa Alcantra Barros. et al. Resiliência e vulnerabilidade de cidades brasileiras lições aprendidas com desastres na região serrana do Rio de Janeiro e Zona da Mata de Pernambuco. In: VI Encontro Nacional da Anppas. Belém. 2012.

SMITH, Neil. Contornos de uma Política Especializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antônio. (Org.). **Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000.p.132-159.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930 a 1945). **Revista Brasileira de Historia.** São Paulo, v.23, nº 46. 2003. p. 61-92.

SOUZA. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 57-72.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato.(Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p 165-205.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopez de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.).**A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. Ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-166.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltão: Segregação espacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUDI, Silvana Maria.**A Cidade Contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. In: **Cadernos Geográficos.** Florianópolis: Imprensa Universitária, n.12. Maio, 2005.p. 63

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

TOMINAGA, Lídia Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. _____. SANTORO, Jair. AMARAL, Rosangela do (Org.). São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 11-24

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENCIO, Norma. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. _____. SIENA Mariana; MARCHEZINI, Victor; COSTA, Juliano Gonçalves. São Carlos: RiMa Editora, 2009.p.34-48.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos**. Natal, v. 8, n. 1, p.81-100, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>>. Acesso em: 23/10/2015.

VEYRET, Yvete. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIDAL, Laurent, MUSSET Alain, e VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje), Disponível em: **Confins**. 13. 2011. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/7274>; DOI: 10.4000/confins. Acesso: 20/11/2012.

WIRTH, Louis. Delineamento problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 82-95.

APÉNDICE

APÊNDICE 1: Roteiro de Entrevistas com Moradores do Mutirão.⁴⁷

1. Há quanto tempo mora no Mutirão?
2. A respeito da enchente no ano de 2011 no mês de Julho se lembra do que aconteceu?
3. O que aconteceu com os moradores do Mutirão após a enchente?
4. Em que abrigo as pessoas foram colocadas?
5. Onde residem estas pessoas hoje?
6. Sabe a quantidade de pessoas que foram atingidas?
7. Gosta de morar no Mutirão?
8. Como é sua relação com o espaço que vive?
9. O que sentiu no momento do desastre?
10. Alguém voltou para casa após o ocorrido?
11. O que significa para você residir no Mutirão?
12. Gostaria de sair do Mutirão? Por quê?
13. Como se deu a atuação do poder público no caso da enchente?
14. O que você considera que mudou em sua vida após esta experiência?

⁴⁷ O roteiro das entrevistas seguiu como base para relatos dos moradores, porém optamos por deixá-los falar livremente sobre suas histórias de vida e experiência na enchente sem nos mantermos presos ao roteiro.

ANEXOS

ANEXO A: Capa do Processo de Ação Pública efetuado pela Associação de Moradores Mutirão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor de Campina Grande

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE-PB.

001.2011.015932-2

JUIZ DE CAMPINA GRANDE 2011.1597.00001.1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, por seu representante *infra* firmado, no desempenho de suas atribuições legais, previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, no artigo 1º, II, arts. 3º, 11º, 12º e 13º da Lei nº 7.347/85, arts. 82, I e 84 do Código de Defesa do Consumidor, e no Decreto nº 2.181/97, vêm, com a presente mover:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA
com pedido de Tutela Antecipada

em face de CAGEPA – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA, com sede na Rua Feliciano Cirne, s/n, Jaguaribe, João Pessoa-PB, Cep: 58015-901, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos, a seguir expostos:

DA

FONTE: Associação dos Moradores do Mutirão.

ANEXO B: Repercussão na Mídia sobre Ação Pública no Mutirão.

1 >> diário da PARAIBA - Campina Grande, Paraíba, 20 de Julho de 2011 cotidiano

MP impetra ação que pede abastecimento no Mutirão

Cagepa pode ser obrigada a iniciar obras no prazo de 30 dias. Falta d'água é constante

Severino Lopes
severinolopes.pb@dabr.com.br

Na última quinta-feira a Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor de Campina Grande ingressou com uma ação civil pública com pedido de Liminar contra a Cagepa requerendo que a empresa, no prazo de 30 dias, inicie as obras para o abastecimento regular do bairro do Mutirão do Serrotão, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2 mil.

Ontem o advogado e chefe de gabinete da Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor Luciano Sodré, revelou que a ação já tramitava há 1 ano. Nesse período, o MP solicitou que a companhia executasse um plano para garantir o abastecimento na comunidade. De acordo com Luciano, a Cagepa foi até o Mutirão fez um levantamento

da situação, mas nunca executou o projeto que resolvesse o abastecimento. O projeto para regularizar o abastecimento no Mutirão está orçado em R\$ 45 mil. O MP agora aguarda a decisão da Justiça.

Segundo a promotora de Justiça, Ismânia Pessoa, a ação pede também que a Cagepa se abstenha de efetuar a cobrança dos consumidores da comunidade da tarifa sobre a prestação de serviço de distribuição de água, até que os princípios da continuidade e eficiência do serviço sejam garantidos e atestados por perícia a ser realizada pela Agência de Regulamentação do Estado da Paraíba (ARPB), sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 2 mil, bem como, que se abstenha de cobrar a taxa de esgoto de consumidores que não são beneficiados pela rede coletora de esgotos.

A ação, segundo a promotora, foi movida com base no Inquérito Civil Público que tramitou na Promotoria do Consumidor, onde restou verificada a má prestação de serviço essencial, pois naquela comunidade a água só

chega às torneiras no período de 5hs às 12hs, diariamente, causando privações, angústia e sofrimento àquela população, que sobrevive desse modo há 17 anos.

Ela informou ainda que a obra a ser executada pela Cagepa, "é simples e de custo ínfimo, pois consiste na interligação da zona de pressão do R-18-Mutirão à do R-13-Serrotão, orçada em apenas R\$ 44.535,57, e mesmo assim, esta se nega a executá-la. "Diante de tanto descaso e do desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, o Ministério Público ingressou com a referida ação", afirmou.

SOFRIMENTO NO JARDIM MENEZES

Segundo Luciano Sodré esta foi a segunda ação impetrada pelo Ministério Público contra a Cagepa em menos de um ano. O MP também ajuizou uma ação pedindo a normalização do abastecimento na comunidade Jardim Menezes, em Galante. No local 700 pessoas sofrem com a falta de água. O processo tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande e aguarda que o juiz determine a execução das obras.

De acordo com a vice-presidente da Associação dos Moradores, Lizoete Barreto, há muito tempo a comunidade clama por uma ação eficaz por parte da Cagepa.

Ouvida sobre o assunto, a gerente regional da Cagepa, Alexandrina Formiga, reafirmou que a Companhia não acompanhou o crescimento de Campina Grande nos últimos 10 anos. Segundo ela, muitos bairros como o Mutirão cresceram de forma vertiginosa e a empresa não conseguiu acompanhar essa evolução. A demanda é maior em relação há 10 anos atrás. Sobre a ação do Ministério Público que exige que a Cagepa regularize o abastecimento do Mutirão, a gerente disse que não iria se pronunciar sobre o assunto. Isso porque não tinha sido informada sobre a ação.

Katherine Nobrega/CPA Press



População do bairro sofre com problemas decorrentes da falta de infraestrutura

FONTE: Associação dos Moradores do Mutirão.